



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

VANESSA LACERDA MEDEIROS

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA E FINANÇAS SOLIDÁRIAS:
IMPASSES CONCEITUAIS; LIMITES E AVANÇOS NA PRÁTICA.**

Salvador

2017

VANESSA LACERDA MEDEIROS

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA E FINANÇAS SOLIDÁRIAS:
IMPASSES CONCEITUAIS; LIMITES E AVANÇOS NA PRÁTICA.**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Genauto Carvalho França Filho

Salvador

2017

Escola de Administração - UFBA

M488 Medeiros, Vanessa Lacerda.

Educação financeira e finanças solidárias: impasses conceituais; limites e avanços na prática / Vanessa Lacerda Medeiros. – 2017.
104 f.

Orientador: Prof. Dr. Genauto Carvalho França Filho.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2017.

1. Educação financeira – Estudo de casos. 2. Economia solidária.
3. Bancos comunitários. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD – 332.024

VANESSA LACERDA MEDEIROS

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA E FINANÇAS SOLIDÁRIAS:
IMPASSES CONCEITUAIS; LIMITES E AVANÇOS NA PRÁTICA.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração, Escola de Administração, da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 11 de julho de 2017.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Genauto Carvalho de França Filho – Orientador
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Profa. Dra. Isabelle Hillenkamp
Institut de Recherche pour le Développement (IRD – França)

Profa. Dra. Ariádne Scalfoni Rigo
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

AGRADECIMENTOS

À equipe do Banco Palmas e moradores do Conjunto Palmeiras, por me receberem tão bem e por me ensinarem tanto! Todos que, de alguma forma, contribuíram para a pesquisa, especialmente, Joaquim Melo, Angeline Freire e Nayara Sousa, por todo o apoio e por compartilharem comigo essa experiência incrível.

Ao Prof. Genauto França Filho, meu orientador, por me apresentar novos caminhos, já no meio do processo, e possibilitar um recomeço que fez tanto mais sentido. Obrigada por todo o apoio, generosidade, revisões, reflexões e conversas – dentro e fora d'água!

Aos professores do NPGA, por todo o conhecimento trocado e discussões provocadas. Em especial, ao Prof. Adriano Bruni, referência desde a graduação, por ter incentivado os primeiros passos a caminho do mestrado; e à Profa. Ariádne Rigo, pelas inspirações, sugestões, disponibilidade e suporte.

Aos funcionários do NPGA, em especial a Dacy e Anaélia, pela atenção e presteza em todas as dúvidas e solicitações.

Às professoras Isabelle Hillenkamp e Isabelle Guérin, pela troca de experiências durante nossas vivências em campo e, principalmente, pela disponibilidade e generosidade em discutir minhas primeiras inquietações com a pesquisa.

Aos colegas Ósia Passos e Timothée Narring, pela ajuda e parceria durante os trabalhos de campo. Timó, muito obrigada por tudo que trocamos, por compartilhar ideias, notas, questionamentos e por ter tornado as viagens, sem dúvida, muito mais divertidas!

Aos amigos da turma ME/DO 2015.1, obrigada por tornarem o processo mais leve – que encontro especial! Agradeço também por todas as leituras, revisões, sugestões e discussões sempre tão construtivas sobre o trabalho.

A meus pais e minha irmã pela base que sempre foram. Ele, o maior motivador do meu repensar e da mudança de rota que me trouxe até aqui. Elas, suporte e incentivo incondicionais. Tati, obrigada por ser minha referência desde sempre e nunca me deixar esquecer de olhar para além do óbvio.

E a Carol, por todos os dias. Obrigada pela leitura atenta, sugestões, motivação e inspiração para que eu busque o meu melhor, sempre.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 CONTEXTO.....	12
1.2 SOBRE A RELEVÂNCIA DA PESQUISA	19
1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	20
2 PERCURSO METODOLÓGICO.....	23
2.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO.	23
2.2 DESENHO METODOLÓGICO.	23
2.2.1 Primeira fase da pesquisa de campo; revisão e sistematização da literatura ..	24
2.2.2 Contexto, atores e práticas convencionais em Educação Financeira.....	26
2.2.3 Estudo de caso: Banco Palmas	27
<i>2.2.3.1 As vivências em campo</i>	<i>28</i>
3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	30
3.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA TEORIA: CONCEITOS E DEFINIÇÕES	30
3.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA PRÁTICA.....	34
3.2.1 Cenário: iniciativas em educação financeira no Brasil	34
3.2.2 Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)	36
3.2.3 A atuação do Banco Central do Brasil.....	43
3.2.3 Relatos de uma experiência prática	45
3.3 IMPASSES CONCEITUAIS E ABORDAGENS CRÍTICAS	48
4 OS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO E A DINÂMICA DO MICROCRÉDITO NO BRASIL	55
4.1 CONTEXTUALIZANDO O CENÁRIO DO MICROCRÉDITO NO BRASIL	55
4.1.1 O Campo das Finanças Solidárias no Brasil	57
4.2 BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO	59
4.2.1 Origens e constituição dos BCDs.....	59
4.2.2 Metodologia dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento	61
<i>4.2.2.1 Para além dos serviços financeiros.....</i>	<i>65</i>

5 EDUCAÇÃO FINANCEIRA E O BANCO PALMAS	67
5.1 O CONJUNTO PALMEIRAS E O BANCO PALMAS: BREVE HISTÓRICO	67
5.1.1 Palmas e-dinheiro: Banco Comunitário Digital.....	69
5.2 A ATUAÇÃO DO BANCO PALMAS	71
5.2.1 Serviços Financeiros	71
5.2.2 Projetos	74
5.3 PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BANCO PALMAS	80
5.3.1 Oficinas de “Palminhas”	81
5.3.2 Oficinas de Educação Financeira	82
5.3.2.1 <i>História e relatos sobre as oficinas</i>	82
5.3.2.2 <i>Conteúdos das oficinas</i>	83
5.3.3 Educação para além da formal (e financeira).....	90
5.3.3.1 <i>O papel das agentes de crédito</i>	90
5.3.3.2 <i>Processos de cobrança e renegociação</i>	92
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS.....	99
APÊNDICE A – Lista de Documentos e Fontes.....	107

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa conceitual da dissertação.....	21
Figura 2 – Desenho metodológico.....	24
Quadro 1 – Iniciativas aprovadas – “Selo ENEF”.....	42
Quadro 2 - Síntese de abordagens em educação financeira.....	50
Fotografia 1 – Palmas e-dinheiro.....	70
Quadro 3 – Linhas de Crédito Produtivo – Banco Palmas.....	72
Fotografia 2 – Oficina pedagógica das mulheres do ELAS	76
Fotografia 3 – Cozinha Comunitária: Cozinha D’ELAS.....	78
Fotografia 4 – Palminhas utilizadas nas oficinas.....	81
Fotografia 5 – Oficina de Educação Financeira	84
Fotografia 6 – Peça teatral sobre educação financeira	87
Fotografia 7 – Caderno de Atividades.....	88

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABDM	Associação Brasileira de Desenvolvimento do Microcrédito
ASIC	<i>Australian Securities and Investments Commission</i>
BCB	Banco Central do Brasil
BCD	Banco Comunitário de Desenvolvimento
BDTD	Banco de Teses e Dissertações
BNB	Banco do Nordeste
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CNC	Confederação Nacional do Comércio
CONEF	Comitê Nacional de Educação Financeira
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
EaD	Educação à Distância
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
FRS	Fundo Rotativo Solidário
FSA	<i>Financial Services Authority</i>
GIC	Grupo de Investimento Coletivo
INFE	<i>International Network for Financial Education</i>
MEC	Ministério da Educação
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONG	Organização Não Governamental

OSCIPI	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PCPP	Programa de Crédito Produtivo Popular
PEIC	Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
PDI	Programa de Desenvolvimento Institucional
PNMPO	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
PIB	Produto Interno Bruto
PROCON	Programa de Proteção e Defesa do Consumidor
RIF	Relatório de Inclusão Financeira
SCM	Sociedade de Crédito ao Microempreendedor
SCMEPP	Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SNDC	Sistema Nacional de Defesa do Consumidor
SPB	Sistema de Pagamentos Brasileiro
TAC	Tarifa de Abertura de Crédito

RESUMO

Nas últimas décadas, diante do cenário de desigualdade e exclusão social, iniciativas relacionadas às microfinanças e à inclusão financeira ganharam destaque. No entanto, em paralelo aos processos de bancarização e financeirização, ampliando o acesso de populações excluídas dos sistemas financeiros tradicionais a produtos e serviços financeiros, observa-se também a banalização da oferta de crédito, provocando riscos e resultados controversos, como é o caso dos crescentes níveis de endividamento. Diante desse cenário, o tema da educação financeira desponta, sendo visto, muitas vezes, como a solução para os problemas relativos ao que se coloca como “analfabetismo financeiro”. Abordagens mais críticas ao tema, no entanto, sugerem uma análise mais contextualizada, considerando aspectos estruturais e especificidades das diferentes realidades. Esta dissertação tem como principal objetivo, portanto, compreender as concepções e práticas de educação financeira em experiências alternativas ao sistema financeiro tradicional. Para tanto, realiza-se um estudo de caso, a partir de uma abordagem qualitativa, a fim de explorar as concepções e práticas de educação financeira em um Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD) brasileiro, o Banco Palmas. Os principais achados da pesquisa sugerem a confirmação de seu pressuposto inicial de que as experiências do Palmas, atuante sob a lógica das finanças solidárias, apresentam concepções e práticas ampliadas acerca do tema da educação financeira, buscando considerar aspectos estruturais, sociais, econômicos e culturais em suas metodologias. Ressalta-se, entretanto, algumas limitações e desafios relacionados às diversas abordagens práticas, bem como possibilidades de avanços para o campo.

Palavras-chave: Educação Financeira. Alfabetização Financeira. Finanças Solidárias. Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

ABSTRACT

Over recent decades, given the inequality and social exclusion scenario, initiatives related to microfinance and financial inclusion have gained highlight. However, besides the processes of “bancarization” and financialization, expanding access of excluded populations from the traditional financial systems to financial products and services, we also observe a kind of banalization of the credit offer, creating new risks and controversial results, such as the increasing levels of indebtedness. Therefore, financial education theme emerges and is often seen as a solution to the problems of what is referred to as “financial illiteracy”. Critical approaches on financial education, though, suggests a more contextualized analysis, considering structural aspects and specifics of different realities. In this context, this dissertation aims to understand the concepts and practices of financial education in alternative forms of finance experiences. For this purpose, we use a case study methodology, based on a qualitative approach, to explore the concepts and practices of financial education in a Brazilian Community Bank, Banco Palmas. The main findings of the research suggest confirming its initial assumption that Palmas’ experiences, acting under the logic of solidarity finance, presents expanded conceptions and practices on the financial education theme, once they try to consider structural, social, economic and cultural factors in its methodologies. However, there are some limits and challenges related to the different practical approaches, as well as possible future advances in the field.

Keywords: Financial Education. Financial Literacy. Solidarity Finances. Community Banks.

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTO

Nas últimas décadas, diante do cenário de crescente desigualdade e exclusão social consequente dos modelos políticos e econômicos dominantes, iniciativas relacionadas às microfinanças e, mais recentemente, à inclusão financeira, ganharam destaque – encaradas, muitas vezes, como alternativas para o desenvolvimento econômico e como ferramentas de combate à pobreza (FRANÇA FILHO; SILVA JUNIOR; RIGO, 2012; ZOUAIN; BARONE, 2007).

O conceito de microfinanças está associado à oferta de serviços financeiros (crédito, seguros, poupança etc.) para a população de baixa renda que não tem acesso ao sistema financeiro tradicional (BNDES, 2002; CGAP, 2016). Há, no entanto, um universo complexo de diferentes práticas e experiências envolvendo operações financeiras de pequena monta (FRANÇA FILHO; PASSOS, 2008), que buscam utilizar produtos e processos diferenciados e atuam sob lógicas diversas (ALVES; SOARES, 2006; JUNQUEIRA; ABRAMOVAY, 2005).

A atuação no campo das microfinanças perpassa desde os bancos privados (nacionais ou estrangeiros), as Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte (SCMEPPs)¹, organizações públicas – de forma direta, através dos “bancos do povo”, ou por meio dos correspondentes bancários, agências de fomento e bancos de desenvolvimento (Banco do Nordeste (BNB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por exemplo). Há, ainda, experiências formadas a partir da sociedade civil, como as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs de Microcrédito)², bem como aquelas oriundas de formas de organização popular e/ou comunitária, tais como as Cooperativas de Crédito, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs), os Fundos Rotativos Solidários e os Grupos de Investimento Coletivo (GICs), que formam o campo das chamadas finanças

¹ As SCMEPPs destinam-se à concessão de financiamentos e prestação de garantias a pessoas físicas, microempresas e empresas de pequeno porte, a fim de viabilizar empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial. Maiores detalhes sobre sua constituição e funcionamento podem ser encontrados na Resolução CMN nº 3.567, de 29 de maio de 2008.

² Mais informações sobre as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público podem ser encontradas através da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

solidárias no Brasil e atuam através de práticas de gestão comunitária, baseando-se em relações “sócio-aproximadoras” ao buscar incluir sujeitos e territórios tipicamente excluídos dos sistemas financeiros tradicionais (RIGO; FRANÇA FILHO; SILVA JUNIOR, 2012).

O microcrédito, conceito por vezes confundido com o de microfinanças, representa um dos serviços oferecidos pelas instituições microfinanceiras, através de empréstimos de pequeno valor para a população de baixa renda, micro e pequenos empreendimentos formais ou informais, sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem garantias reais. Geralmente menos burocrático, o microcrédito se diferencia das linhas de crédito tradicionais por operar com taxas de juros mais baixas e metodologias que buscam maior proximidade junto aos tomadores (ANDE, 2016; ZOUAIN; BARONE, 2007).

As diversas modalidades de microcrédito, além de outros serviços voltados à população de baixa renda, vêm crescendo em paralelo ao discurso de uma maior “democratização da economia” – que contemplaria a ampliação do alcance de produtos e serviços financeiros àqueles tradicionalmente excluídos do sistema. Erturk et al. (2007) e Guérin (2012) alertam, no entanto, que as diferentes abordagens por trás dos processos de financeirização e “bancarização dos mais pobres”, ou seja, o nível de acesso a serviços financeiros e o grau de uso desses serviços (FEBRABAN, 2011), podem produzir diferenciações econômicas e sociais, trazer riscos e resultados controversos.

Alguns desses riscos estão associados aos próprios mecanismos financeiros, como é o caso do crescente sobre-endividamento, que pode ser, inclusive, resultado da oferta excessiva de crédito (GUÉRIN; MORVANT-ROUX; VILLARREAL, 2013). A recente popularização do microcrédito por grandes instituições financeiras internacionais, a descoberta e exploração de forma banalizada deste “novo nicho de mercado” pelo setor financeiro privado, e a consequente “institucionalização do crédito pela via comercial” (KRAYCHETE, 2005, p. 150), formam a chamada “indústria da microfinança” (FRANÇA FILHO; PASSOS, 2008).

A partir dos anos 2000, observou-se um crescimento exponencial da oferta de crédito no Brasil. Para exemplificar, a relação crédito/Produto Interno Bruto (PIB), apurada pelo Banco Central do Brasil (BCB), situava-se em torno de 30% em março de 2007, até atingir índice recorde de

55% em dezembro de 2015³. Vale aqui ressaltar que, apesar do crescimento nos últimos anos, a relação crédito/PIB do Brasil ainda é considerada baixa se comparada a de países desenvolvidos. No entanto, é preciso levar em conta o custo do crédito (*spread* bancário⁴ e juros) e a capacidade de pagamento da população (FEBRABAN, 2011; RIBEIRO; LARA, 2016). Ribeiro e Lara (2016) alertam ainda que, para além do maior volume de crédito, o alcance da oferta também se ampliou, passando a atingir segmentos de menor renda.

Segundo dados divulgados pela pesquisa da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN, 2016), a taxa de bancarização do país, medida pelo relacionamento da população com os bancos a partir do acesso a serviços básicos, apresentou crescimento considerável nos últimos anos, chegando a 89,6% em 2015. Este índice registra a ampliação do acesso das pessoas a contas e outros serviços bancários através da expansão da rede de atendimento, alcançando maior capilaridade, tanto por meios físicos, quanto por canais digitais remotos (não presenciais, como computadores, celulares e *tablets*).

No entanto, apesar do maior acesso dos brasileiros a contas bancárias e uso de demais serviços financeiros, observa-se uma população com baixíssima propensão a poupar (BCB, 2015; RIBEIRO; LARA, 2016). Estudos do Banco Mundial mostraram que, em 2014, apenas 28% dos brasileiros declararam ter guardado algum dinheiro nos últimos doze meses. Quando questionados sobre poupanças para a aposentadoria, o número caiu para 4% – índice mais baixo das Américas e um dos piores do mundo (WORLD BANK, 2017).

Tais fatores, somados à forte cultura do consumo, à popularização dos cartões de crédito e ao cenário econômico, resultam em níveis crescentes de comprometimento de renda⁵ e endividamento das famílias. Segundo dados do BCB, em 2005, o endividamento situava-se em uma média de 20%, atingindo 46% em 2015. Em 2016, de acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), realizada pela Confederação Nacional do Comércio (CNC, 2017), 59% das famílias brasileiras estavam endividadas. A mesma pesquisa revelou que as principais dívidas estão relacionadas aos cartões de crédito, carnês de

³ Valores obtidos através do Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS), disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/>>, acesso em ago., 2016.

⁴ De forma simplificada, *spread* bancário é a diferença entre as taxas de juros cobradas nos empréstimos e aquelas pagas na captação de recursos pelos bancos.

⁵ O comprometimento de renda é medido pela razão entre serviço da dívida e a renda (BCB, 2015).

lojas, empréstimos pessoais, financiamento de carro e casa, cheque-especial e crédito consignado.

Outro dado relevante está relacionado ao perfil dos principais tomadores de crédito no país. De acordo com o último Relatório de Inclusão Financeira (RIF), divulgado pelo Banco Central (BCB, 2015), aproximadamente 61% dos tomadores situavam-se na faixa de renda de até três salários mínimos. Nesta faixa, o endividamento alcançou 73% em 2014. Conseqüentemente, esta também foi a mais representativa com relação à inadimplência⁶ em todas as modalidades de crédito apuradas no relatório, apesar de se tratar de uma questão geral entre as faixas de renda – os níveis de inadimplência globais, que apresentaram leves quedas em 2013/2014, voltaram a crescer a partir de 2015. Segundo dados da Serasa Experian, em março de 2016, o número de inadimplentes no Brasil chegou a 60 milhões, ou seja, aproximadamente 40% da população acima de 18 anos e, destes, 77% declararam ganhar até dois salários mínimos (SERASA, 2017).

Diante deste cenário de endividamento crescente, especialmente nas faixas de renda mais baixas, emergem discussões sugerindo que uma das principais causas nesse processo estaria relacionada ao nível de “analfabetismo financeiro” (*financial illiteracy*) das populações, principalmente mais pobres (GUÉRIN, 2012). O tema da educação financeira tem despontado, então, como uma panaceia. Estudos críticos sobre o assunto apontam, no entanto, para a necessidade de questionar mais profundamente os diversos aspectos envolvidos nos processos de endividamento das famílias de baixa renda. Guérin, Labie e Servet (2015), por exemplo, ao explorarem “crises do microcrédito” em realidades de diferentes países, discutem impactos, por vezes controversos, de algumas iniciativas no campo das microfinanças, mais especificamente de microcrédito, levantando a necessidade de rever as formas de implementação e adaptações das metodologias aos diferentes contextos. Nesta linha, Guérin (2012) argumenta que considerar sujeitos como “analfabetos financeiros” a partir da premissa de que cometem “erros” na gestão financeira de seus recursos por não adotarem comportamentos ideais, seria ignorar especificidades sociais, econômicas e culturais dos diferentes contextos.

O conceito de “alfabetização financeira” (*financial literacy*), pode ser compreendido, conforme a definição da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), como

⁶ De acordo com o Banco Central do Brasil, o índice de inadimplência deve ser calculado através dos valores em atraso de 1 a 90 dias em relação à carteira de crédito ativa.

“a combinação de consciência, conhecimento, habilidade, atitude e comportamento necessários para a tomada de decisões financeiras e, finalmente, o alcance do bem-estar financeiro individual” (OECD INFE, 2011, p. 3, tradução nossa). De maneira mais ampla, a mesma organização conceitua “educação financeira” (*financial education*) como um processo de melhoria do entendimento sobre produtos e conceitos financeiros que possam subsidiar a tomada de decisões e proporcionar bem-estar financeiro aos consumidores e investidores (OCDE, 2005).

Segundo Erturk et al. (2007), Padoan (2008) e Willis (2008), os principais argumentos utilizados para justificar a crescente necessidade de “alfabetizar” financeiramente os cidadãos, sobretudo os de mais baixa renda, estão relacionados a dois fatores: a maior democratização da economia e a maior complexidade dos produtos e serviços financeiros. O primeiro, através da ampliação e o aprofundamento do acesso ao mercado financeiro e o incentivo/necessidade de uma maior independência financeira com relação ao Estado, uma vez que novas demandas surgem no ambiente familiar, introduzindo decisões financeiras no nível individual – aposentadoria complementar, gastos com planos de saúde e seguros, escolas particulares, poupança etc. Em um processo de financeirização – fenômeno econômico, político e social em que o mercado financeiro passa a ter maior influência no comportamento de organizações e famílias –, amplia-se o acesso e o uso de produtos e serviços financeiros (ERTURK et al., 2007). O segundo está relacionado aos avanços tecnológicos, à crescente complexidade e sofisticação dos produtos e serviços financeiros e à velocidade das mudanças cada vez mais alta, demandando novas habilidades por parte dos usuários.

As iniciativas em educação financeira podem partir de diferentes atores sociais: governo, iniciativa privada, bancos e outras instituições financeiras, sociedade civil; e carregar diferentes propostas/justificativas que vão desde a necessidade de inclusão e proteção de populações mais expostas, à normalização e disciplina de comportamentos financeiros – assumindo, de formas mais ou menos explícitas, que o público-alvo dos programas tenha comportamentos financeiros arriscados que devem ser corrigidos ou normalizados (BIROCHI; POZZEBON, 2016; GUÉRIN, 2012).

Geralmente implementadas pelo sistema financeiro tradicional – e, portanto, a ele subordinadas –, as iniciativas predominantes de educação financeira, em geral, orientam-se para o desenvolvimento de habilidades e competências de modo mais instrumental e são focadas na

mudança de comportamentos individuais (GUÉRIN, 2012) e na manutenção do sistema econômico vigente (BIROCHI, 2011; KRAYCHETE, 2005).

No Brasil, a partir do Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, foi instituída, como política de Estado de caráter permanente, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), uma mobilização multissetorial com a finalidade de “promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores” (BRASIL, 2010, p.1). Criada através da articulação de oito órgãos e entidades governamentais e quatro organizações da sociedade civil⁷ (integrando o Comitê Nacional de Educação Financeira – CONEF), a ENEF é patrocinada, principalmente, por fundações de bancos comerciais (além de outras instituições financeiras) e atua a partir de programas transversais e setoriais e disponibiliza ferramentas e publicações através da sua página na internet (ENEF, 2016).

Para além de tais estratégias capitaneadas por órgãos oficiais, iniciativas locais, de caráter alternativo ao sistema financeiro tradicional, também atuam – em diversas partes e de diversas formas, com objetivos comuns de tentar contornar o processo de financeirização dominante e promover outras possibilidades de relações financeiras mais justas e solidárias. Através de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs), associações, redes e clubes de troca, cooperativas, sistemas de comércio justo, fundos e moedas sociais etc., e ancoradas nas especificidades dos territórios, essas organizações tentam criar circuitos e relações financeiras baseadas na solidariedade, valorizando as pessoas e as economias locais (FRANÇA FILHO, 2001; LAVILLE; GAIGER, 2009; SINGER, 2005). Os objetivos da educação financeira nesses contextos seriam, então, voltados ao empoderamento das pessoas e até mesmo à criação de serviços financeiros adaptados às realidades e necessidades dos territórios (BIROCHI; POZZEBON, 2016; GUÉRIN, 2012).

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs), foco de estudo empírico deste trabalho são definidos por França Filho e Silva Junior (2009) como práticas de finanças solidárias de

⁷ Os órgãos do governo são: Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários, Superintendência Nacional de Previdência Complementar, Superintendência de Seguros Privados, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério da Educação e Ministério da Fazenda. Os representantes da Sociedade Civil são, por sua vez: Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), BM&FBOVESPA, Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg) e a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) – criadoras da Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF – Brasil).

apoio a economias populares estruturados a partir de dinâmicas associativas locais, a partir de ferramentas voltadas à geração e ampliação de renda no território. Através da articulação de produtores, prestadores de serviços e consumidores locais, o objetivo central dos bancos comunitários é construir e desenvolver redes locais de economia solidária (FRANÇA FILHO; SILVA JUNIOR, 2009; FRANÇA FILHO; SILVA JUNIOR; RIGO, 2012; MELO NETO; MAGALHÃES, 2006).

Diante do agravamento nos processos de endividamento das famílias, sobretudo as de mais baixa renda, conseqüentes do crescimento, diversificação ou mesmo banalização da oferta de crédito em contextos de marcada exclusão socioeconômica, as discussões sobre educação financeira vêm emergindo. Essa dissertação pretende, portanto, discutir diferentes olhares e práticas relacionadas ao tema. Para tanto, buscou-se compreender os diversos conceitos e práticas no campo, partindo de um panorama relacionado ao sistema financeiro tradicional para, posteriormente, aprofundar uma experiência alternativa a ele – através do estudo de caso em um Banco Comunitário de Desenvolvimento, o Banco Palmas.

Desse modo, este trabalho parte do seguinte questionamento: **Como a educação financeira é concebida e praticada em experiências alternativas ao sistema financeiro tradicional, mais especificamente na realidade do Banco Palmas?**

O principal pressuposto desta dissertação é de que as experiências do Banco Palmas, Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD) atuante sob a lógica das finanças solidárias, apresenta concepções e práticas ampliadas acerca do tema da educação financeira, buscando considerar aspectos estruturais, sociais, econômicos e culturais em suas metodologias.

O objetivo geral da dissertação concentra-se, portanto, em **compreender as concepções e práticas de educação financeira em experiências alternativas ao sistema financeiro tradicional, mais especificamente na realidade do Banco Palmas.**

A fim de alcançá-lo, os objetivos específicos foram divididos da seguinte forma:

- a) Situar o debate acerca das concepções convencionais em educação financeira e identificar de que forma elas se manifestam, explorando práticas predominantes no Brasil;
- b) Identificar os principais impasses que se impõem às práticas convencionais e levantar o debate capitaneado por abordagens críticas de educação financeira;

- c) Descrever e analisar como o Banco Palmas, inserido no contexto das finanças solidárias, concebe e pratica educação financeira.

1.2 SOBRE A RELEVÂNCIA DA PESQUISA

Do ponto de vista teórico, esta pesquisa pode ser considerada de interesse de múltiplas disciplinas, tanto no campo dos Estudos Organizacionais, da Economia das Organizações, da Sociologia e Antropologia Econômica.

Pesquisas internacionais apontam para a necessidade de se explorar mais o tema, principalmente as experiências em países em desenvolvimento (GUÉRIN, 2012; PICHERIT, 2015). Observa-se, no entanto, que a produção acadêmica no tema é ainda incipiente no Brasil, principalmente sob uma perspectiva das alternativas às iniciativas convencionais.

Ao buscar diretamente o termo “educação financeira” ou “*financial education*” no SciELO, base eletrônica que reúne periódicos selecionados, foram encontradas apenas cinco publicações no Brasil (ver Ribeiro e Lara (2016); Birochi e Pozzebon (2016); Buaes (2015); Saleh e Saleh (2013) e Savoia, Saito e Santana (2007)). Pesquisando, por sua vez, o termo “alfabetização financeira” ou “*financial literacy*”, apenas dois resultados foram encontrados (ver Potrich, Vieira e Kirch (2015) e Kunkel, Vieira e Potrich (2015)). Os sete artigos encontrados, contudo, não exploram a temática sob o ponto de vista que este trabalho se propõe.

No Banco de Teses e Dissertações (BDTD) – que permite acessar repositórios de grande parte das universidades do país – a pesquisa do termo “educação financeira”, retornou 57 resultados nos últimos cinco anos, sendo 46 dissertações e 11 teses. Apesar do número mais expressivo, verifica-se, ao filtrar os resultados pelos seus temas, títulos e palavras-chave, que a maioria trata do assunto sob o olhar das teorias gerais da educação, de ensino e aprendizagem e do ensino escolar de matemática. Ao filtrar estas produções, 24 foram analisadas através da leitura de seus resumos. A partir de então, foram retirados 13 trabalhos do universo, pelo distanciamento da abordagem pretendida neste projeto, restando, ao final, 11. No entanto, nenhum dos trabalhos analisados, entre teses e dissertações, consolida as práticas nacionais ou trata das experiências em bancos comunitários.

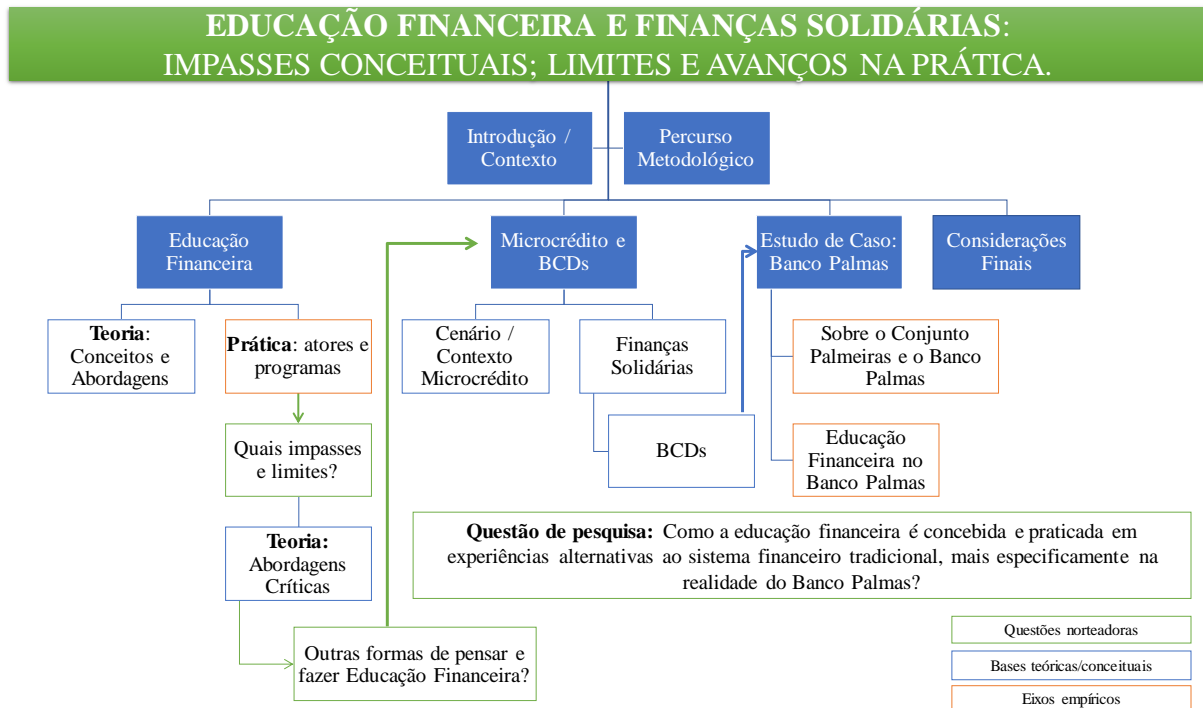
Sob o ponto de vista da relevância prática do tema, a pesquisa se justifica a partir da recente expansão de experiências (diversas) de microcrédito, principalmente após a maior popularização e o modismo de práticas no campo das instituições privadas, que passaram a enxergar o público de mais baixa renda como um “novo nicho de mercado” possivelmente rentável. A consequente expansão da oferta de crédito por iniciativas com propostas e abordagens variadas, somada ao atual contexto macroeconômico do país, vem desencadeando um processo de sobre-endividamento sistêmico das famílias e os programas de educação financeira passaram a ser tratados como principal forma de enfrentamento.

Espera-se, portanto, uma contribuição teórica multidisciplinar e prática, através da realidade observada em contextos locais. Os achados dessa pesquisa poderão servir de embasamento para promoção de mudanças e intensificação de práticas nos territórios estudados, bem como despertar *insights* para experiências correlatas e políticas públicas relacionadas tanto à educação financeira, quanto aos Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação está organizada em seis capítulos que objetivaram contemplar as três grandes etapas (e suas subdivisões) que estruturaram a lógica do desenvolvimento da pesquisa, a fim de alcançar seu objetivo central, conforme resumido na Figura 1, abaixo:

Figura 1 – Mapa conceitual da dissertação



Fonte: Elaboração própria (2017).

Neste primeiro capítulo é apresentado o contexto no qual o tema da dissertação se insere, introduzindo em seguida a questão norteadora da pesquisa, os objetivos gerais e específicos, bem como algumas notas acerca da relevância do trabalho. O segundo capítulo é dedicado a evidenciar o percurso metodológico empreendido na construção do trabalho, detalhando a natureza da pesquisa, as etapas e procedimentos utilizados. Embora o padrão dos trabalhos monográficos seja o de apresentar a metodologia após a construção do referencial teórico, optou-se, aqui, por não quebrar a fluidez na leitura do texto, uma vez que os eixos teóricos e empíricos se intercalam no decorrer da dissertação. Tais movimentos, aliás, ficam mais claros a partir da compreensão do percurso metodológico adotado.

O terceiro capítulo dedica-se ao levantamento e sistematização da literatura relacionada à educação financeira. Esta seção está dividida em três grandes partes: a primeira busca elucidar os principais conceitos teóricos acerca do tema, explorando diferentes abordagens e definições sobre educação financeira. Em seguida, é feito um panorama das práticas predominantes no campo da educação financeira no Brasil, contemplando a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), a participação do Banco Central neste campo, bem como relatos acerca de

uma experiência vivencial. Por fim, alguns dos impasses relacionados às práticas, identificados a partir das construções teóricas e práticas, são discutidos através da mobilização de literatura crítica em educação financeira, levantando reflexões acerca dos limites e possibilidades de avanço para o campo.

Diante das discussões colocadas na terceira seção, relacionadas à possibilidade de estudar o tema da educação financeira a partir de uma prática alternativa ao sistema financeiro tradicional, opta-se, então, por trabalhar o tema a partir de uma experiência em um Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD). Desse modo, o quarto capítulo dedica-se a levantar um apanhado acerca da dinâmica do microcrédito do Brasil e o contexto dos BCDs nesse cenário, explorando também o campo das Finanças Solidárias, origens e metodologia dos bancos comunitários.

Uma vez explorado o contexto em que se inserem os BCDs no Brasil e suas particularidades com relação à forma de atuação, o capítulo 5 se dedicará ao estudo de caso específico da pesquisa: educação financeira e o Banco Palmas. Esta seção divide-se em três partes principais: a primeira apresenta o caso, resgatando o processo histórico da constituição do Conjunto Palmeira e do Banco Palmas; a segunda relata os detalhes da atuação do banco, explorando seus serviços e projetos; e a terceira está focada nas especificidades da realidade do Palmas com relação ao tema da educação financeira.

O sexto e último capítulo, por sua vez, apresenta as considerações finais, resgatando os objetivos e pressupostos iniciais, a fim de relacioná-los aos principais achados da pesquisa. São apresentadas também algumas limitações do estudo, bem como perspectivas e possibilidades de futuras pesquisas no campo.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

2.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, ou seja, não utiliza modelos e ferramentas estatísticas na análise do fenômeno pesquisado. Por outro lado, caracteriza-se pela mobilização de técnicas metodológicas tipicamente qualitativas, tais como observação de campo, entrevistas e análise de documentos (BOAVENTURA, 2004; LAKATOS e MARCONI, 2003).

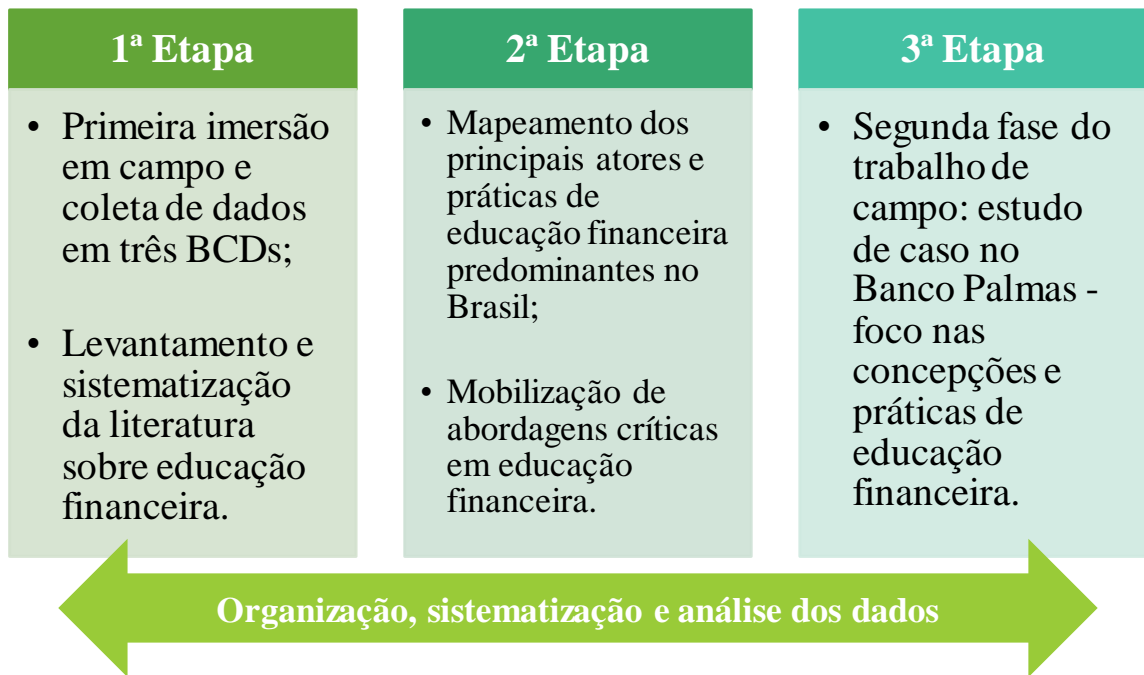
Essencialmente exploratório, descritivo e analítico, o trabalho busca uma maior aproximação com o objeto de estudo através de pesquisa empírica, a fim de compreender conceitos e práticas empregadas na realidade de um banco comunitário brasileiro no que tange ao tema da educação financeira – a partir do levantamento e posterior análise de dados e informações (BOAVENTURA, 2004; GODOY, 1995, LAKATOS e MARCONI, 2003). Portanto, com o objetivo de aprofundar o olhar e a compreensão acerca do problema e objeto, analisando o contexto e os processos sociais envolvidos, optou-se pela abordagem de estudo de caso, realizado no Banco Palmas, no Conjunto Palmeiras, em Fortaleza/CE.

Apesar de não se configurar enquanto etnografia, o posicionamento durante as etapas de pesquisa de campo teve caráter etnográfico; portanto, aberto às descobertas e à possibilidade de mudanças no decorrer do caminho; mantendo sempre o diálogo teoria-campo a fim de aprofundar os achados (JAIME JUNIOR, 2003). As técnicas de coleta de dados utilizadas foram típicas de tal abordagem, contemplando entrevistas, histórias de vida, observação participante, diário de campo e análise de documentos (GODOY, 2006).

2.2 DESENHO METODOLÓGICO

Conforme Quivy e Campenhoudt (2005), buscou-se sintetizar o desenho metodológico da pesquisa, que se divide em três etapas-chave, englobando sub etapas, conforme a Figura 2:

Figura 2 – Desenho metodológico



Fonte: Elaboração própria (2017).

Os exercícios de organização, sistematização e análise dos dados de campo foram feitos de maneira constante, concomitante às coletas, movimento característico da pesquisa qualitativa; e balizou decisões teóricas e metodológicas durante o processo (GODOY, 2006; GOULART; CARVALHO, 2005).

2.2.1 Primeira fase da pesquisa de campo; revisão e sistematização da literatura

O primeiro momento da pesquisa foi marcado pela vivência em campo, coletando dados e informações relativas a três Bancos Comunitários de Desenvolvimento em diferentes realidades do nordeste brasileiro e em fases distintas em seus processos atuação: o Banco Palmas, BCD pioneiro no Brasil, criado há quase 20 anos na periferia urbana da cidade de Fortaleza/CE; o Banco Olhos D'Água, que à época inaugurava suas atividades no agreste alagoano, em Igaci/AL, e o Banco Ilhamar, localizado na pequena comunidade tradicional de pescadores e marisqueiras de Matarandiba, município de Vera Cruz/BA. Dentro de um contexto mais amplo

de trabalho do grupo de pesquisa, que buscava compreender a relação dos sujeitos com suas finanças nas diferentes realidades, foi possível chegar ao questionamento que norteou esta dissertação.

Durante esta primeira etapa em campo, em julho de 2016, foi possível compreender os cenários e histórias das comunidades, acompanhar um pouco da rotina dos BCDs, suas relações com o território, fazer observações registradas no diário de campo, analisar documentos e realizar entrevistas com fortes lideranças locais – fundamentais para ampliar o olhar e fomentar reflexões-chave e delimitações para a pesquisa –, com clientes e funcionários dos bancos, bem como outros moradores das comunidades.

Mais especificamente no Banco Palmas, depois selecionado para estudo de caso da presente pesquisa, foram feitas entrevistas semiestruturadas e relatos de histórias de vida determinantes para a construção deste trabalho. Foram entrevistados membros da equipe de trabalho e participantes de projetos do Palmas, lideranças comunitárias, bem como clientes do banco. Nesta fase, as entrevistas tiveram caráter mais aberto, com objetivo principal de compreender as diversas relações dos sujeitos com suas finanças, conhecer as origens e práticas do Banco Palmas, além de conhecer histórias de vida marcantes dentro da comunidade através de suas próprias narrativas (ATKINSON, 2002). Foram realizadas também entrevistas de grupo, ampliando o escopo da coleta de dados e possibilitando a percepção de narrativas conjuntas para identificar especificidades de diferentes realidades sociais e obter informações a partir da interação dos participantes (FLICK, 2009).

As entrevistas foram registradas através de gravação, quando autorizada, posteriormente transcrita na íntegra; e notas, realizadas durante ou após a entrevista, envolvendo não apenas o conteúdo, mas observações relativas a gestos, expressões faciais e aspectos acerca do espaço físico.

Além das entrevistas, foram realizadas observações durante funcionamento de rotina do Banco Palmas e também nas visitas realizadas com as agentes de crédito a clientes novos ou já estabelecidos, o que possibilitou registros sobre o processo de tomada de crédito, as abordagens das agentes, os perfis de clientes, demandas e práticas financeiras. Documentos como brochuras informativas sobre os programas apoiados pelo banco, cartazes e folhetos também foram utilizados para análise.

Ao recortar o objetivo da pesquisa para a temática específica da educação financeira, foi preciso então mergulhar na literatura existente sobre o tema, explorando, principalmente livros e artigos acadêmicos, sobretudo nos campos da Administração, Economia, Psicologia Comportamental, Sociologia Política e Econômica. Em decorrência da diversidade de abordagens sobre o assunto, foram feitos exercícios de sistematização teóricas e conceituais. As revisões de literatura foram concentradas nesta etapa, mas aconteceram de forma contínua durante toda a construção do trabalho.

Apesar do objetivo central da pesquisa focar na identificação das concepções e práticas de educação financeira na realidade de um BCD, mostrou-se necessário conhecer também os principais atores e práticas mais disseminadas no Brasil no cenário do sistema financeiro tradicional, o que levou à próxima etapa da pesquisa.

2.2.2 Contexto, atores e práticas convencionais em Educação Financeira

Nesta etapa foi utilizada, prioritariamente, a análise de documentos referentes às iniciativas de educação financeira oficiais, ligadas ao sistema financeiro tradicional e/ou mais disseminadas no Brasil. Segundo Flick (2009), as fontes documentais podem ser instrumentos relevantes para a compreensão de realidades sociais em contextos institucionais, não devem ser analisadas enquanto elementos estáticos e podem se materializar em formatos diversos. O autor reforça, ainda, que para fins de pesquisa qualitativa, os documentos devem ser analisados dentro do contexto em que são produzidos e utilizados. As fontes documentais não são meras representações de processos ou experiências, mas formas de comunicar a construção de uma versão desses processos.

Os documentos analisados neste trabalho compõem-se por: relatórios, apresentações, cursos, livros, infográficos, páginas na internet, brochuras e demais publicações relacionadas a projetos e programas de educação financeira ligados, de alguma forma, ao sistema financeiro tradicional. A lista de documentos utilizados e suas fontes pode ser vista no Apêndice A.

Em alguns casos, foi possível participar de ações promovidas por instituições através de cursos *online* e palestras presenciais, incluindo registros de observação direta, tanto com relação aos conteúdos, abordagens, metodologias, bem como percepções sobre os demais participantes, instrutores etc.

A partir do mapeamento dos principais atores e práticas convencionais em educação financeira no Brasil, foi possível identificar uma série de impasses e limitações que se impunham à materialização dos conceitos e abordagens sobre o tema na prática. Optou-se, então, por um segundo levantamento bibliográfico focado na literatura crítica sobre o tema da educação financeira, principalmente no campo da Sociologia Política e Econômica.

2.2.3 Estudo de caso: Banco Palmas

De acordo com Stake (1995), o estudo de caso é indicado para pesquisas que buscam compreender um caso particular em suas idiossincrasias e complexidades. Godoy (2005) corrobora com tal premissa e sustenta tratar-se de um método para olhar a realidade social que aprofunda uma unidade de análise para tentar explicar determinada problemática a partir de experiências. Esta pesquisa pretende, portanto, valer-se dos achados presentes nas narrativas, vivências e imagens coletadas em campo para atingir seu objetivo de compreender os conceitos e práticas relacionados à educação financeira na realidade de um Banco Comunitário de Desenvolvimento, através da experiência emblemática do Banco Palmas.

A escolha do Palmas como caso único e exemplar para o estudo do tema recortado se justifica, portanto, no ineditismo e pioneirismo de suas ações em seu campo de atuação, pelo contexto de mobilização social e o enraizamento territorial presentes em sua forma de operar; como também pela possibilidade de utilizá-lo como “amostragem teórica” (GODOY, 2006, p. 136), sendo uma experiência significativa para o estudo da educação financeira em uma prática alternativa ao sistema financeiro tradicional.

De acordo com Godoy (2006), a escolha da abordagem condiz, também, com o percurso epistemológico e o uso de múltiplas técnicas de coleta de dados, utilizadas de forma sensível ao aparecimento de novos pressupostos, buscando conter concepções e dar espaço aos olhares e percepções que emergissem dos atores locais e vivências em campo, sem isolar os fenômenos de seu contexto mais amplo.

2.2.3.1 *As vivências em campo*

O segundo momento em campo, no Banco Palmas, se deu em novembro de 2016. Nesta etapa, foi possível aprofundar a coleta de dados através de entrevistas mais direcionadas, análise de documentos específicos ao tema e observações – a partir de um posicionamento de caráter etnográfico, buscando experienciar as práticas e realidades locais (JAIME JUNIOR, 2003). Foram entrevistados moradores do Conjunto Palmeiras, não necessariamente ligados diretamente ao Banco Palmas; além de clientes, funcionários e participantes de projetos apoiados pelo banco. A maioria das entrevistas com moradores do bairro foi realizada em formato de histórias de vida – ou seja, narrativas construídas pelos próprios personagens, guiadas através de estímulos mínimos por parte do pesquisador (LAVILLE; DIONE, 1999). O principal objetivo, nesses casos, foi conhecer os sujeitos e suas vivências para melhor compreender, sob o ponto de vista dos próprios atores sociais, os fenômenos políticos, culturais e socioeconômicos inerentes à comunidade. Em algumas situações, a partir dos achados, após a realização da entrevista em formato de narrativa de vida, foi realizada uma nova entrevista com o mesmo interlocutor, a fim de esclarecer pontos mais específicos à temática do trabalho.

Além das histórias de vida, foram realizadas entrevistas, de forma mais aberta e dialogada, considerando a subjetividade do tema e a possível dificuldade de abordar assuntos financeiros com alguns dos entrevistados. Para coletar dados e informações relacionados, principalmente, às práticas e conceitos de educação financeira e projetos do banco, entrevistou-se membros da equipe do Banco Palmas. Clientes e outros moradores da comunidade também foram entrevistados com o objetivo de ampliar a compreensão sobre suas experiências e interações com os sistemas financeiros e percepções sobre educação e práticas financeiras. O tema específico da pesquisa foi priorizado através de um roteiro norteador, porém flexível com relação à ordem, à retirada ou à entrada de questionamentos improvisados no decorrer da entrevista. Segundo Laville e Dione (1999) e Flick (2009), tal flexibilização possibilita um contato mais próximo entre entrevistador e entrevistado, o que pode favorecer a exploração em profundidade e a possibilidade de abordar temas relativos a crenças e valores ou assuntos mais delicados, como o caso da pesquisa ao tratar temas de ordem financeira, dívidas, relacionamentos com instituições bancárias etc.

Operacionalmente, todas as entrevistas e narrativas de vida foram registradas a partir de gravações, quando autorizadas, e posteriormente transcritas na íntegra; além de notas –

incluindo o apontamento de observações relacionadas à postura, expressões faciais, gestos e aspectos da organização física do ambiente, por exemplo. Os dois momentos de vivência em campo contemplaram a realização de sete histórias de vida, com duração média de 1h30min cada, além de dez entrevistas de, em média, uma hora; totalizando aproximadamente 20 horas de gravação.

Além das entrevistas, foram feitas observações, tanto participantes, durante visitas a clientes com as agentes de crédito; quanto não-participantes, em entrevistas, visitas pelo bairro, reuniões internas, durante atendimento a clientes e demais rotinas no banco. Foram realizadas oito visitas com as agentes de crédito, duas visitas de cobrança, duas reuniões internas e três visitas pelo bairro, cada uma com duração média de duas horas. Os registros das observações foram feitos através de fotografias e em um diário de campo, contemplando notas descritivas, compostas de apontamentos e percepções gerais, e analíticas – incluindo reflexões, *insights* a partir do que foi observado – validando ou não elementos oriundos de entrevistas ou análise de documentos (LAVILLE; DIONNE, 1999).

A fim de complementar a coleta de informações e evidências oriundas de outras fontes, confirmar ou confrontar dados, foram consultados também documentos, compostos por materiais escritos (brochuras, folhetos, cartazes, cartilhas, páginas na internet e relatórios) e iconográficos (fotos e vídeos – documentários e outros vídeos disponíveis na plataforma *YouTube*).

3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

3.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA TEORIA: CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Educação financeira não é um tema novo. Apesar do destaque nas últimas décadas, tanto em países desenvolvidos quanto em desenvolvimento, antigos programas de caridade e de base comunitária já ofereciam formas de apoio às populações de baixa renda para gerenciarem seus recursos (GUÉRIN, 2012; LANDVOGT, 2006). Atualmente, a crescente complexidade dos movimentos econômicos, políticos e sociais parece amplificar a importância de se discutir o tema da educação financeira e da necessidade de promover ações voltadas para a redução da pobreza e da exclusão social e financeira de indivíduos e comunidades.

Não há consenso na literatura acerca do conceito de “educação financeira” (*financial education*) – também encontrado como “alfabetização financeira” (*financial literacy*) (SPEER e SEEBER, 2013) ou *financial capacity*⁸ (CGAP, 2005; OCDE, 2005). Apesar de aparentemente semelhantes, os termos podem carregar algumas distinções relacionadas aos diversos olhares possíveis diante da pluralidade de discursos e abordagens sobre o tema (APREA et al., 2016; BIROCHI e POZZEBON, 2016).

De acordo com a OCDE (2005), a educação financeira é uma importante ferramenta de apoio aos consumidores na gestão de sua renda, elaboração de orçamentos, poupança e decisões inteligentes em investimentos e segurança contra fraudes. Considerando a maior sofisticação do mercado financeiro e as crescentes responsabilidades e riscos assumidos pelas famílias a partir da crise financeira desde o início do século XXI, seria necessário, então, assegurar níveis de proteção para consumidores e investidores, não somente para o melhor funcionamento do mercado financeiro, mas da economia em geral (HENCHOZ, 2016). A OCDE apresenta o conceito de educação financeira como sendo

o processo pelo qual consumidores e investidores melhoram o entendimento sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, através de informação, instruções e/ou orientação, possam desenvolver habilidades e confiança para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos envolvidos e possam, então, tomar decisões

⁸ O termo “*financial capacity*” poderia ser traduzido como “capacidade financeira”. Aqui, no entanto, optou-se por manter o termo original em inglês, uma vez que as discussões semânticas a respeito das diferenças conceituais entre *financial capacity* e *financial capability* encontram-se na língua inglesa e a tradução literal dos conceitos poderia resultar em igualdade de significados, o que não corresponde às discussões teóricas.

mais embasadas, saber onde buscar ajuda e agir de maneiras mais efetivas para melhorar seu bem-estar financeiro (OECD, 2005, p. 5, tradução nossa).

Alfabetização financeira (*financial literacy*) é concebida, em geral, como uma forma de educar pessoas sobre conceitos financeiros a fim de desenvolver conhecimentos, habilidades e comportamentos que melhor fundamentem e encorajem tomadas de decisões financeiras (ASIC, 2003; OCDE, 2005; WILLIS, 2008). O termo *financial capacity*, por sua vez, carrega um sentido prático e mais instrumental, relativo ao desenvolvimento de habilidades para o gerenciamento de questões de ordem financeira (CGAP, 2005).

Dentro desses conceitos, alguns autores centram suas abordagens acerca do tema nas habilidades e conhecimentos necessários para o melhor entendimento do mercado financeiro, tais como taxas de juros, orçamento, ferramentas e conceitos bancários (COLE; SAMPSON; ZIA, 2009; LUSARDI; MITCHELL, 2006). Gathergood (2012) e Roa Garcia (2011), por outro lado, acreditam que a educação financeira esteja diretamente associada a aspectos comportamentais dos indivíduos, tais como autocontrole, prudência, planejamento etc. Landgovt (2006), Sherraden e Ansong (2016) e Henchoz (2016) acrescentam ainda a necessidade de considerar dimensões sociais, ou seja, os diferentes contextos e fatores estruturais ao abordar o tema da educação financeira.

Com relação à materialização dos conceitos de educação financeira para a prática, Guérin (2012) destaca que são diversas as possibilidades nesse campo, sendo geralmente explorada através de aulas teóricas, cursos, materiais informativos, páginas na internet, jogos interativos, assessoria financeira individual etc.; variando em conteúdo, periodicidade, público-alvo e metodologia. Todas as formas, no entanto, estariam voltadas para o mesmo objetivo: melhorar as competências pessoais para o alcance do bem-estar financeiro.

Segundo Erturk et al. (2007), os primeiros programas formais de educação financeira surgiram no final dos anos 1990 em países de alta renda e altamente monetarizados, como EUA, Reino Unido e Austrália, com o objetivo de aumentar os níveis de alfabetização financeira, segundo a premissa de que cidadãos financeiramente educados seriam capazes de gerenciar seus próprios interesses. A maior disseminação dos programas se deu a partir do início dos anos 2000, com o Projeto Internacional de Educação Financeira, coordenado pela OCDE em 2004; o desenvolvimento da Estratégia Nacional para Alfabetização Financeira (*National Strategy on Financial Literacy*) pelo *Federal Reserve System* (EUA) e através das agências nacionais de regulação de serviços financeiros do Reino Unido (*British Financial Services Authority – FSA*)

e Austrália (*Australian Securities and Investments Commission – ASIC*). O envolvimento de agências de regulação justificava-se com a teórica redução da necessidade de normatização a partir de programas de educação financeira, aumentando a eficiência dos mercados (ERTURK et al., 2007).

Atualmente, os programas de educação financeira se espalharam e tornaram-se uma febre mundial (GUÉRIN; MORVANT-ROUX; VILLARREAL, 2013). De acordo com a OCDE (2013), em junho de 2012, líderes do G20 reconheceram a importância do tema e aprovaram os Princípios sobre Estratégias Nacionais de Educação Financeira, desenvolvidos pela OECD/INFE (*International Network for Financial Education* ou Rede Internacional de Educação Financeira), apoiando o desenvolvimento de ações nacionais adaptadas às necessidades de cada população. Até 2014, mais de 50 países em diferentes níveis de desenvolvimento, inclusive o Brasil, já haviam implementado ou encontravam-se em estágios avançados no desenvolvimento de estratégias nacionais para educação financeira (OECD, 2014).

Nos países que apresentam menores níveis formais de inclusão financeira, mas onde iniciativas de microfinanças, especialmente de microcrédito, estão ganhando espaço, geralmente os próprios *stakeholders* do campo criam programas de educação financeira na expectativa de proteger os clientes e reduzir os riscos de inadimplência – principalmente através de organizações não-governamentais e cooperações bi/multilaterais (GUÉRIN, 2012).

No Brasil, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) foi estabelecida em 2010, quando o tema passou a ser tratado como política pública, estimulando iniciativas e a participação de empresas, órgãos governamentais e da sociedade civil em ações que ampliassem o acesso gratuito à formação, informação e orientação financeira (ENEF, 2016). Assim como a maior parte das publicações governamentais e da indústria de serviços financeiros, a abordagem da ENEF segue a linha dos discursos mais convencionais, refletindo tendências internacionais, predominantes e, conseqüentemente, as mais difundidas (LANDVOGT, 2006).

Segundo Aprea et al. (2016), Guérin (2012) e Retzmann e Seeber (2016), algumas dessas abordagens derivam, principalmente, de teorias econômicas (sobretudo neoclássicas) e abordam temas do campo da educação geral e de estudos comportamentais. Landvogt (2006) distingue algumas linhas dentre as abordagens mais populares: a) *marketing*: apresenta conteúdos financeiros/educacionais, mas que, de alguma forma, podem ser pensados para vender produtos; b) serviços financeiros: atuam através de informações aparentemente neutras,

mas que visam aumentar a efetividade da participação financeira no mercado; c) desenvolvimento pessoal: aborda o gerenciamento financeiro como uma competência básica e individual para atingir o bem-estar; d) educação: assume que habilidades financeiras devem ser ensinadas de maneira formal, aplicadas a crianças e/ou adultos; e) defesa do consumidor: educação financeira como parte da educação do consumidor sobre seus direitos e deveres ao utilizar produtos/serviços financeiros.

Na linha da educação formal observa-se também o “Modelo de Competência” (*Competence Model*), apresentado por Retzmann e Seeber (2016), que se baseia na cognição e desenvolvimento de habilidades para o alcance de autonomia individual, domínio de competências específicas e responsabilização dos sujeitos frente a um cenário financeiro em constante mudança e complexificação, além das “novas” demandas financeiras das famílias (seguros, planos de saúde privado, previdência complementar, educação etc.). Os mesmos autores colocam que o aprendizado e a aplicação das competências econômico-financeiras dependem de conhecimentos prévios mais básicos de leitura e compreensão de textos, raciocínio lógico e resolução de problemas e de cálculos matemáticos.

Guérin (2012) aponta que, para além da visão econômica predominante, que privilegia a racionalidade dos sujeitos, conceitos das finanças comportamentais (*behavioral finance*) tais como rotinas mentais, vieses cognitivos, emoção e tendência à reprodução de atitudes vêm entrando nas discussões a respeito da tomada de decisões financeiras dos indivíduos. Como consequência, o enfoque comportamental da educação financeira dá maior peso a aspectos cognitivos e emocionais nos programas, e não apenas na transmissão técnica de informações. Loerwald e Stemmann (2016) apresentam um modelo de educação financeira comportamental cujo objetivo central é a tomada de decisões financeiras racionais e embasadas – não apenas economicamente, mas levando em conta aspectos psicológicos.

É possível perceber, então, que apesar de apresentar conceitos e abordagens distintas, as teorias mais convencionais e disseminadas no campo da educação financeira se aproximam ao expressarem vieses de ordem mais prática e ferramental sobre o tema. Algumas concepções seguem linhas comportamentalistas, centrando suas análises em hábitos e atitudes financeiras “ótimas”, que deveriam ser buscados de forma generalizada, no intuito de normalizar condutas e gerar impactos positivos para o bem-estar financeiro dos sujeitos. Além disso, a maior responsabilização dos indivíduos frente às “novas” demandas financeiras que lhes são postas, bem como diante da complexificação crescente dos mercados, produtos e serviços financeiros,

alerta os principais agentes do sistema financeiro tradicional, fazendo-os voltar atenções para os riscos envolvidos no funcionamento eficiente dos mercados financeiros, como por exemplo, o aumento das taxas de inadimplência.

De maneira geral, os programas de governo e/ou ligados a instituições financeiras tradicionais acabam por se basear em tais conceitos e abordagens – mais difundidas e alinhados às correntes internacionalmente predominantes – como principais orientadores de iniciativas relacionadas à educação financeira. Não obstante, buscou-se conhecer mais o campo de práticas relacionadas ao tema no Brasil para melhor compreender de que forma então tais concepções se materializam nas práticas, quais seriam os principais atores nesse campo e de que forma trabalham o tema.

3.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA PRÁTICA

3.2.1 Cenário: iniciativas em educação financeira no Brasil

Em 2013, um mapeamento realizado pela ENEF (2014a; 2014b) identificou 803 iniciativas relacionadas à educação financeira no Brasil; destas, 317 foram analisadas através do preenchimento de um formulário no site da ENEF. Os projetos foram divididos em quatro grandes grupos, de acordo com o foco de atuação: a) Educação Financeira para o Futuro (31%), abarcando iniciativas voltadas a crianças e jovens; b) Democratização da Educação Financeira (25%), englobando ações nacionais, sem público-alvo definido e focados em introduzir os principais temas financeiros para a população; c) Consultorias Especializadas (24%), que abrange iniciativas direcionadas a públicos específicos, venda de treinamentos e consultorias; e d) Empresas Privadas com Foco no Mercado de Atuação (20%), incluindo projetos de instituições privadas que buscam qualificar seus mercados e atender seus clientes e *stakeholders*.

Com relação aos conteúdos, orientações relativas ao consumo consciente, aspectos ligados à cidadania e à tomada de decisões quanto ao uso de produtos financeiros aparecem mais frequentemente. As abordagens apresentam-se, geralmente, enquanto: orientação (planejamento financeiro, consumo); informação (uso de crédito, estímulo à poupança); e

formação (através de ações educativas continuadas, oferecendo conhecimentos na área de economia, matemática, direitos do consumidor etc.).

Em termos de público, quase a metade das iniciativas atendem até 500 beneficiários e apenas 20% superam 10.000 beneficiários por ano. No que se refere ao custo, 60% das ações são totalmente gratuitas, 32% mistas e 8% pagas. Com relação à escolaridade, 43% das ações em educação financeira atuam sem distinção de nível de instrução, 39% são voltadas a públicos com ensino médio e 34% têm como foco pessoas com ensino superior. No que tange às formas de contato com o público, nota-se que a maioria das ações é realizada de forma presencial (46%) ou mista (37%) e 17% de forma exclusivamente virtual. Os principais recursos didáticos empregados são utensílios tecnológicos, como computadores, equipamentos de vídeo etc., além jornais e revistas, livros didáticos e jogos – em menor frequência.

A maior parte das ações de educação financeira (60%) é voltada para o público de Pessoas Físicas, 39% voltam-se tanto aos públicos de Pessoas Físicas quanto Jurídicas, e apenas 1% são focadas apenas em Pessoas Jurídicas. As iniciativas para Pessoas Físicas são oferecidas principalmente para o público de jovens (45%) e adultos (42%), demonstrando uma lacuna na oferta de ações focadas aos públicos de idosos – geralmente menos incluídos nos programas *online* – e crianças. Esses dados chamam atenção já que, entre os idosos, a população de aposentados de baixa renda se caracteriza por ser vulnerável social e economicamente, apresentando alto risco de inadimplência e superendividamento. O reduzido número de ações voltadas ao público infantil revela também a lacuna na criação de iniciativas paralelas às rotinas de sala de aula, aproveitando os espaços e oportunidades de ações transversais aos conteúdos curriculares e as vantagens de iniciar processos continuados que envolvam o contato com o tema nas diferentes fases de vida.

Com relação ao alcance das iniciativas, apresenta-se que metade delas é de abrangência nacional, principalmente por se realizarem através da internet. As ações regionais, no entanto, apresentam-se concentradas nas regiões Sudeste (55%), Sul (32%) e Centro-Oeste (16%), havendo, portanto, carência de iniciativas nas regiões menos desenvolvidas socioeconomicamente (regiões Norte e Nordeste apresentaram apenas 3% cada). Esses dados revelam, portanto, dois pontos de atenção importantes e relacionados. O primeiro diz respeito à tendência cada vez mais forte das metodologias de educação à distância, disponibilizadas através de plataformas *online* – na tentativa de aumentar a capilarização das ações e reduzir custos, mas que não parece passível de generalização para todos as áreas, públicos e contextos

socioeconômicos. O segundo ponto ratifica a concentração de programas no eixo sul-sudeste e alerta para a falta de iniciativas nas regiões do país que apresentam índices de desenvolvimento humano mais críticos e que demandam, portanto, ações que possam afetar positivamente a qualidade de vida e os processos de inclusão social, econômica e financeira de suas populações.

A natureza das instituições atuantes nos projetos mapeados é diversa, sendo quase a metade representada por empresas privadas (47%), seguida dos órgãos públicos (23%), iniciativas individuais (19%) e ONGs/Associações/Entidades (11%). A maior parte das iniciativas foi identificada como totalmente gratuita (60%). As iniciativas desenvolvidas por órgãos e empresas públicas concentram-se (77%) na esfera federal, através de ações do Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários, Superintendência Nacional de Previdência Complementar, Superintendência de Seguros Privados e os Ministérios da Fazenda e da Previdência – órgãos-membro da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).

Segundo o relatório da própria ENEF (2014a), o foco das propostas de governo é orientar o cidadão e oferecer informações relacionadas a planejamento financeiro, investimentos, direitos e consumo consciente, de forma transversal, visando também o fortalecimento do sistema financeiro nacional. A criação da ENEF é vista, portanto, como uma grande aposta para promover a articulação dos diversos atores do sistema financeiro com objetivo de desenvolver e implementar programas com diferentes focos de atuação, através de uma gestão centralizada e execução descentralizada nacionalmente.

3.2.2 Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)

Conforme mencionado, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) foi instituída no Brasil a partir do Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, como política de Estado de caráter permanente. Trata-se de uma mobilização multissetorial cujo principal objetivo é fortalecer a cidadania, eficiência e solidez do sistema financeiro nacional através da tomada de decisões mais conscientes por parte dos consumidores, através da promoção de educação financeira e previdenciária. Os objetivos e competências da ENEF foram definidos com base em duas dimensões: espacial e temporal. A dimensão espacial contempla conceitos de educação financeira relacionados aos impactos e consequências das ações individuais no contexto social,

enquanto a dimensão temporal baseia-se nos efeitos que decisões tomadas no presente têm no futuro e as inter-relações entre elas.

As ações da ENEF compõem programas transversais e setoriais, executados de maneira descentralizada. Os programas transversais são coordenados pela Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil), que contribui com a ENEF no desenvolvimento de tecnologias sociais e educacionais replicáveis, sem temática pré-definida, e suas execuções não são de responsabilidade exclusiva de determinado órgão ou entidade. O objetivo destes programas é de abarcar assuntos como endividamento, proteção e defesa do consumidor, poupança, planejamento financeiro, investimentos e crédito. Os programas transversais da ENEF dividem-se, essencialmente, em três grandes blocos: a) Programa de Educação Financeira nas Escolas; b) Programa de Educação Financeira para Adultos; e c) Semana Nacional de Educação Financeira.

O Programa de Educação Financeira nas Escolas tem como proposta levar temas como planejamento, prevenção, poupança, investimento e consumo consciente para o ambiente escolar, com foco no Ensino Fundamental e Médio. Segundo a ENEF (2017), o objetivo central do programa é trabalhar a temática desde os anos iniciais da vida escolar, em diálogo com diversas disciplinas curriculares e, assim, contribuir com a construção de competências necessárias para o enfrentamento de desafios sociais e econômicos nas futuras gerações. Em 2014 foi lançada uma plataforma digital⁹ aberta, dando acesso a informações e conteúdos, inclusive aos livros de educação financeira e um curso EaD para a formação de professores e multiplicadores da metodologia. O Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) estaria engajado, ainda, em inserir temas relacionados à educação financeira em proposta para a Base Nacional Comum Curricular, junto ao Ministério da Educação (MEC).

O programa voltado ao Ensino Médio foi criado entre 2010 e 2011, em escolas públicas de seis estados brasileiros (Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Tocantins), com a aplicação de um projeto piloto em 891 escolas públicas. A proposta desenvolveu materiais didático-pedagógicos, composto por situações que contextualizam conceitos de educação financeira aplicados ao dia a dia dos jovens. São três livros, um para cada ano, abordando três principais temáticas cada, totalizando nove grandes áreas: vida

⁹ Ver < <http://www.edufinanceiranaescola.gov.br/>>.

familiar e cotidiana, vida social e bens pessoais; trabalho, empreendedorismo e grandes projetos; e bens públicos, economia do país e economia do mundo (ENEF, 2017).

A partir dos resultados obtidos que, segundo *release* elaborado pela BM&FBOVESPA (2016), demonstraram que o programa seria capaz de impactar positivamente os jovens no que concerne a conhecimentos e comportamentos financeiros, e visando fortalecer a iniciativa, foi criado em 2014 o programa para o Ensino Fundamental, através de um Projeto Piloto, implementado em 2015, que envolveu 201 escolas da rede municipal de Joinville (SC) e Manaus (AM). Neste projeto, além da capacitação dos professores para atuar com as crianças, foram desenvolvidos nove livros, um para cada ano, integrando conteúdos financeiros formais a conteúdos sociais, divididos em eixos-temáticos com base em situações reais e comuns às faixas etárias dos alunos (ENEF, 2017). Os materiais tratam de temas como produção e consumo, cuidados, organização e planejamento, orçamento, tomada de decisões, poupança etc., e são explorados também através de jogos, livro-jogo e *impressite*.

Os resultados dos dois pilotos foram analisados em parceria com o Banco Mundial e sugerem que os programas tiveram impactos positivos para o aperfeiçoamento de conhecimentos e comportamentos financeiros dos alunos. No entanto, as análises demonstraram também que a eficácia dos programas depende de uma implementação mais criteriosa, além da necessidade de se repensar a forma de ensinar educação financeira para alunos mais novos, considerando, inclusive, os desafios crônicos na alfabetização e no desenvolvimento de competências matemáticas na educação brasileira (BRUHN et al., 2016).

A plataforma virtual dos projetos de educação financeira das escolas disponibiliza, gratuitamente, todo o material elaborado para *download*, incluindo os livros do aluno e do professor, divididos por temática. Segundo relatórios do próprio site, o objetivo é que os conhecimentos e metodologia se espalhem, podendo ser utilizados por alunos, professores ou outros interessados. Está disponível também um ambiente de aprendizagem virtual à distância com acesso gratuito a um curso de 40 horas em educação financeira, que tem como principal objetivo a formação de professores e outros multiplicadores. Paralelo ao curso há um fórum dedicado à troca de informações, reflexões, conhecimentos e boas práticas entre os participantes da comunidade. Especificamente para os professores, foram feitos vídeos contemplando os modelos pedagógicos propostos que embasam cada material, auxiliando também a compreensão dos conteúdos e conceitos a serem trabalhados a cada ano. Não há, no entanto, maiores informações sobre a aplicabilidade, acessos e utilização de fato de tais ferramentas.

O segundo eixo de programas transversais é composto pelas iniciativas de Educação Financeira para Adultos, dividido em dois grandes grupos-alvo: aposentados e mulheres do Bolsa Família (as mulheres representam mais de 90% dos titulares inscritos no programa). De acordo com o material do programa, o principal objetivo deste eixo é contribuir na formação e orientação para que as pessoas administrem melhor seus recursos e tomem decisões financeiras mais conscientes. Segundo a ENEF, o grande desafio no desenvolvimento de ações voltadas aos adultos é quebrar resistências criadas por valores e hábitos antigos, enraizados, além da dificuldade de acesso por não estarem necessariamente inseridos em programas regulares de ensino, como o caso das crianças e jovens. Não é possível notar, contudo, apresentação de estratégias e planos de ação para enfrentar tais desafios, seja para atrair e mobilizar tais públicos, seja apresentando metodologias adequadas e capazes de gerar impacto positivo e relevante.

O programa para aposentados é desenvolvido em parceria com o Ministério da Previdência Social, focado em aposentados com renda de até dois salários mínimos. Segundo informações da ENEF (2017), o principal objetivo do programa é desenvolver tecnologias sociais que possam “contribuir com a redução do superendividamento dos aposentados, de forma a ajudá-los a tomar decisões mais conscientes com relação à gestão de seus recursos”. Não há, entretanto, maiores detalhes sobre qual seriam de fato tais tecnologias sociais e como seriam implementadas na prática para cumprir efetivamente os amplos e subjetivos desafios que são postos. A única informação disponibilizada pelo órgão é a de que o projeto encontra-se atualmente em fase de testes, envolvendo a definição das principais ideias e “experimentação dos protótipos”.

O projeto focado em mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, por sua vez, é desenvolvido em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e seu objetivo principal é contribuir para melhorar a gestão do orçamento familiar, estimular reflexões sobre os sonhos e projetos de vida das mulheres, bem como o planejamento financeiro de longo prazo, através do desenvolvimento de uma tecnologia social aplicável a este público. O projeto também se encontra em fase de definições e testes e, novamente, os relatórios disponíveis não apresentam maiores detalhes e são pouco conclusivos com relação à metodologia, aplicabilidade e implementação de tais tecnologias.

Além destes programas, desde 2014 o CONEF organiza anualmente a Semana Nacional de Educação Financeira (Semana ENEF), reunindo iniciativas gratuitas focadas em disseminar conhecimentos financeiros para a população em todos os estados do país. Segundo dados da

última edição, em 2016, foram realizadas cerca de mil ações, presenciais ou *online*, organizadas por 153 instituições, alcançando aproximadamente 1,3 milhão de pessoas em 458 municípios de todas as unidades federativas (CVM, 2017). Apesar do crescimento quantitativo de iniciativas e do número de pessoas envolvidas na terceira edição, não estão disponíveis informações relacionadas aos conteúdos tratados durante o evento e/ou análises de resultados ou sobre os possíveis impactos que tais ações teriam efetivamente para os participantes.

Através do portal da ENEF na internet é possível acessar conteúdos gratuitos como dicas, testes, simuladores, vídeos, áudios, aplicativos e publicações relacionadas ao universo financeiro. As ferramentas estão organizadas em oito temas: consumo, crédito, direitos e deveres, investimento, planejamento, poupança, previdência e seguros. O objetivo, segundo o portal, é ajudar as pessoas a terem uma relação mais saudável com seu dinheiro. No entanto, apesar de apresentar uma vasta gama de materiais e aplicações, as iniciativas parecem fazer parte de um processo ainda incipiente e pontual.

De modo geral, um dos principais questionamentos com relação a tais programas está relacionado ao alcance, ao público que de fato é atingido por eles e aos propósitos buscados. Seriam os mais pobres, aqueles mais diretamente afetados pelas diversas formas de exclusão social, inclusive sem acesso ao sistema financeiro tradicional, atingidos e beneficiados por tais programas? A mera disponibilização de ferramentas *online*, o oferecimento de cursos e palestras em grandes centros urbanos, muitas vezes inacessíveis às populações mais demandantes de suporte e inclusão, seria suficiente para acessar tais públicos e promover algum tipo de transformação, como é proposto? O que se pretende de fato com tais programas: enfrentar o endividamento e reduzir as formas de exploração financeira para populações mais vulneráveis ou ampliar o público familiar ao mercado financeiro?

E este cenário não se configura muito diferente ao analisarmos outras iniciativas em Educação Financeira “reconhecidas” oficialmente pela ENEF. Conforme a Portaria Nº 9, de 06 de novembro de 2015, foi criado o “Selo ENEF”, que reconhece e aprova iniciativas em Educação Financeira cadastradas através do edital publicado no site da ENEF, passando a valer a partir de 1º de janeiro de 2016. Até janeiro de 2017 haviam sido listadas 33 iniciativas aprovadas, de 27 instituições – em sua maioria, bancos públicos e privados, empresas relacionadas a cartões de crédito, seguradoras e organizações vinculadas a programas de previdência.

Segundo a Cartilha Selo ENEF (ENEF, 2015), além do reconhecimento, o selo serve para divulgar as iniciativas de educação financeira que são oferecidas de acordo com os critérios e

diretrizes estabelecidos pelo CONEF. Ou seja, propostas que estejam alinhadas com o objetivo de promover educação financeira e previdenciária, contribuindo para a “cidadania, solidez e eficiência do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos cidadãos” (ENEF, 2015, p. 1). O selo tem validade de quatro anos, sendo que a cada dois anos deverá ocorrer a revisão do atendimento aos critérios.

Para ter acesso ao selo, as iniciativas devem ofertar programas de caráter permanente e de abrangência nacional, de forma gratuita, fazendo prevalecer o interesse público. As propostas devem abordar temas relacionados à orientação financeira nas escolas ou à orientação financeira para adultos, podem envolver ações à distância ou presenciais, e não devem ter objetivo de promover comercialmente produtos ou serviços de qualquer natureza. As iniciativas aprovadas atualmente estão relacionadas no Quadro 1, abaixo:

Quadro 1: Iniciativas aprovadas – “Selo ENEF”

INSTITUIÇÃO	INICIATIVA APROVADA
ABECS - Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços	Curso: Administrando suas finanças
	Vídeo-aulas ABECS: Como controlar seu cartão
Allianz Seguros S.A.	My Finance Coach
Associação Catarinense das Entidades de Previdência Complementar - ASCPrev	Portal A Escolha Certa
Associação dos Bancos no Distrito Federal	A Turma da Economia 2
Associação Junior Achievement do Brasil	1. Programa Meu Dinheiro, Meu Negócio
	2. Programa Economia Pessoal
	3. Programa Finanças Pessoais
Banco de Brasília S.A.	Programa de Educação Financeira do BRB
Banco do Brasil S.A.	Portal Tá na Hora
Banco Itaú	Uso Consciente do Dinheiro
Banco Santander (BRASIL) S.A.	Educação Financeira na comunidade escolar
BrasilPrev Seguros e Previdência S/A	Projetos de vida na ponta do lápis
Caixa Beneficente dos Empregados da Companhia Siderúrgica Nacional	Ciclo de Palestras "Educação Financeira para todos"
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Assessoria Previdenciária
Câmara dos Deputados	Programa de Educação Financeira na Câmara dos Deputados
CCLA do Centro Sul Rondoniense - SICOOB Credip	Oficina de Educação Financeira
Conselho Regional de Economia 4ª Região	Concurso de redação de educação financeira nas escolas do RS
Fundação Eletrobrás de Seguridade Social	Portal de Educação Financeira e Previdenciária - CULTIVAR
HSBC BANK BRASIL AS Banco Múltiplo	Programa Mais do que dinheiro
Intus Forma Cursos Livres Ltda	1. Finanças é coisa de criança
	2. Educação Financeira Interativa - O que é necessário, importante ou supérfluo
	3. Olimpíada Financeira
	4. Uma Ideia Sustentável
Mongeral Aegon Seguros e Previdência	Semana de Educação Financeira Mongeral Aegon
Postalís Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos	Universo Postalís - Programa de Relacionamento, Educação Financeira e Previdenciária do Postalís
Santander Microcrédito Assessoria Financeira S/A	Palestra Vida Financeira
SEBRAE PREVIDÊNCIA Instituto Sebrae de Seguridade Social	Fórum SEBRAEPREV de Economia
Serasa S/A	Programa Sonhos Reais
Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa	SEI Sebrae para Microempreendedor Individual
Universidade Federal de Itajubá	Quanto vale o dinheiro para os jovens? Avaliação e construção do conhecimento de educação financeira nas escolas públicas de Itajubá/MG
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Educação Financeira
Visa do Brasil Empreendimentos Ltda	Finanças Práticas

O projeto ainda se encontra em fase inicial, com poucas iniciativas cadastradas, mas é possível extrair algumas informações a partir das ações reconhecidas atualmente. Nota-se, por exemplo, que a grande maioria das instituições responsáveis pelas ações é composta por bancos comerciais, seguradoras, grupos que operam planos de previdência complementar ou administradoras de cartões de crédito que, apesar de não promoverem seus produtos e serviços diretamente em tais programas, trabalham de acordo com a lógica de mercado, baseadas em interesses comerciais e com fins lucrativos.

Outro aspecto importante é o alcance e efetividade das ações. A maioria das iniciativas concentram suas ações através de portais na internet, ou seja, apostam em conteúdos *online*, como cartilhas e planilhas para *download*, calculadoras, vídeos, glossários, *podcasts*, artigos, dicas, exercícios e jogos, simuladores, videoaulas. No entanto, a simples disponibilização em formato digital não garante o interesse, acesso e compreensão dos conteúdos, principalmente para populações excluídas social, financeira e tecnologicamente. Adicionalmente, alguns dos programas são focados em temas mais complexos, como investimentos e o funcionamento do mercado financeiro; outros apresentam título e conteúdos em língua estrangeira, por exemplo, demonstrando pouca adaptação à realidade local.

3.2.3 A atuação do Banco Central do Brasil

O Banco Central do Brasil, além de ter participado da formulação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e integrar o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) – responsável pelo planejamento, programas e coordenação da execução da ENEF –, tem também ações próprias nesse campo. Segundo o BCB (2017a), seu programa de educação financeira tem como objetivo principal “criar condições para que os indivíduos e a sociedade brasileira possam administrar seus recursos financeiros de maneira consciente e dessa forma contribuir para assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente”. Para tanto, o banco divulga que suas ações estariam focadas em elementos de conhecimento e comportamento, buscando abarcar temas como: “o uso da moeda”, “o papel do Banco Central”, “o hábito de poupança”, “a responsabilidade no uso do crédito” etc.

Apesar de ser aberto à sociedade como um todo, o Banco Central elege como prioritário o público de jovens universitários em suas ações, alegando que estes exercem alto poder de

influência em suas famílias e círculos sociais. O “BC Universidade” pretende, portanto, aproximar-se do estudante de ensino superior através de palestras sobre o SFN e Gestão de Finanças Pessoais, atingindo também, durante as ações, professores e demais funcionários de instituições públicas e privadas em todo o país.

De forma mais abrangente, com foco em educação, proteção e inclusão financeira da população, o Banco Central atua também através do Programa Cidadania Financeira, que tem como objetivo principal “garantir proteção aos consumidores de serviços financeiros e melhorar a qualidade do relacionamento do cidadão com as instituições do SFN” (BCB, 2017c). O banco divulga três frentes principais de trabalho: 1) Gestão de finanças pessoais, mais relacionada aos hábitos de poupança e responsabilidade no uso do crédito; 2) Relacionamento do cidadão com o SFN, através do fornecimento de informação, formação e orientação sobre produtos e serviços financeiros, canais de atendimento, resolução de conflitos, papel e funções do SFN e BCB; e 3) Relacionamento das instituições financeiras com o cidadão, fomentando boas práticas de educação na oferta de produtos e serviços. O principal veículo do programa é o site “Cidadania Financeira”, que disponibiliza conteúdos separados por áreas temáticas: Nossa relação com o dinheiro; Orçamento pessoal e familiar; Crédito e gestão de dívidas; Consumo planejado e consciente; Poupança e investimento; Prevenção e proteção; e Relacionamento com o SFN. Há também ambientes para diferentes perfis de acesso, como por exemplo, para professores, pessoas interessadas em tornar-se multiplicadores do tema, profissionais da área de defesa do consumidor, cidadãos endividados ou investidores. Além dos conteúdos disponibilizados para consulta, o portal conta também com glossário, calculadora do cidadão, blog com notícias e artigos, vídeos e uma plataforma de cursos *online* sobre o tema.

Seguindo a mesma linha didática de organização do site, o Banco Central disponibiliza também o Caderno de Educação Financeira, com o objetivo de “promover a reflexão do cidadão sobre sua relação com o dinheiro e sobre como a adequada gestão de suas finanças pessoais pode contribuir para seu bem-estar” (BCB, 2013, p. 7). O Caderno é desenvolvido em linguagem simples e aborda temas introdutórios sobre o tema. Na página do BCB dedicada à educação financeira, também é possível encontrar publicações sobre o assunto, a partir de glossários, cartilhas, folhetos etc.

Apesar de apresentar uma variedade de conteúdos institucionais sobre o tema, não há dados objetivos, resultados ou avaliações acerca das ações realizadas pelo banco. Tampouco são disponibilizadas informações que façam referência à capilaridade dos programas em educação

financeira propostos pelo Banco Central. Qual seria o público realmente alcançado por tais ações? A definição do público de jovens universitários como prioritário para os programas em educação financeira não parece suficientemente justificada, levantando reflexões, por exemplo, sobre o foco de ações voltadas a públicos com níveis de escolaridade mais avançados vis-à-vis as demandas de alcance àqueles mais vulneráveis. As próprias metodologias e recursos apresentados pelo banco não parecem aplicáveis aos diversos públicos: portais na internet, cursos *online*, calculadoras virtuais etc. Além do cunho mais instrumental, a concentração de conteúdos digitais limita a possibilidade de acesso, mesmo para aqueles incluídos digitalmente, uma vez que precisam ser buscados espontaneamente pelo usuário, ou seja, parte-se da premissa de que haveria um interesse prévio da população em utilizar tais ferramentas e que bastaria, então, torná-las disponíveis.

Adicionalmente, a despeito da junção dos membros para integrar a ENEF, não há menção às possibilidades de firmar alianças e parcerias que possibilitassem capilarizar as ações e disseminar, localmente, os conteúdos e ferramentas disponibilizados para grupos menos incluídos digital, bancária e financeiramente – sujeitos de baixa e baixíssima renda, espalhados em comunidades isoladas ou periferias urbanas.

3.2.4 Relatos de uma experiência prática

Ao longo da pesquisa documental acerca das principais práticas relacionadas ao tema da educação financeira, buscou-se também, de forma complementar, vivenciar algumas ações a fim de observar e registrar, a partir de experiências *in loco*, maiores detalhes sobre a condução, metodologias, público-alvo etc.

Relataremos aqui uma dessas iniciativas, realizada pelo Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon-SP), e que se constituía em uma palestra gratuita, aberta ao público geral, mas com foco principalmente em educação financeira para pessoas em situação de superendividamento. A fundação Procon integra o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), atuando de forma descentralizada através de órgãos estaduais ou municipais.

O evento aconteceu no auditório do prédio-sede do órgão, localizado no centro da cidade de São Paulo/SP, na tarde de uma segunda-feira, e teve duração de 3 horas. Além da palestra, o

espaço também tinha como objetivo sanar dúvidas e atender solicitações de renegociação de dívidas através da recepção de documentos para abertura dos processos. Para tanto, havia uma espécie de balcão montado no auditório, onde duas funcionárias da instituição atendia os interessados. Dos aproximadamente trinta participantes presentes, foi possível perceber, através de suas falas e dos atendimentos, que quase a totalidade estava ali por encaminhamento prévio do órgão, por já terem iniciado algum processo de renegociação de dívidas, sendo o comparecimento na palestra o passo seguinte à abertura de um processo.

Ao entrar no local, ainda pouco ocupado, nenhuma interação entre os que já estavam presentes foi vista. Ao se aproximar do horário marcado para o início, as pessoas iam chegando; alguns se dirigiam diretamente ao balcão para entrega de documentos e outras informações; outros buscavam um local para sentar, preferencialmente nas cadeiras localizadas nos cantos da sala, de forma bastante espaçada e isolada. Novos entrantes, notados pelos atendentes, eram chamados ao balcão para atendimento – o que acontecia de forma pouco acolhedora. Das cadeiras do auditório era possível ouvir todo o diálogo travado, desde a situação que levava aquelas pessoas até ali, os valores devidos, até informações pessoais e dúvidas relacionadas ao preenchimento dos formulários etc.

O início da palestra indicava os temas a serem compartilhados naquela tarde: educação financeira, direitos e deveres do consumidor e superendividamento. Seria o espaço indicado também para sanar dúvidas relacionadas ao tema e aos processos de renegociação de dívidas. Algumas perguntas foram feitas durante a exposição do palestrante, no entanto, era claro o constrangimento da maioria dos participantes em lidar com o tema e expor suas situações de endividamento ao fundamentar seus questionamentos. Foi possível observar, ainda, em algumas situações, pouca receptividade dos funcionários em acolher solicitações dos participantes – desde dúvidas não respondidas durante a palestra até falas carregadas de preconceitos sociais e linguísticos ao criticar a dificuldade de algumas pessoas, por exemplo, para o preenchimento do cadastro: “preenchem [o formulário] todo errado, parece até que estão falando no *WhatsApp*, tudo escrito errado [...], cadastro horroroso de se ler” (informação verbal, jan. 2017).

Durante a exposição, foi possível notar também a presunção de conhecimentos que não parece poder ser tomada como verdade, como por exemplo, citar que as pessoas não poderiam alegar desconhecimento das taxas contratadas ao aderir a cartões de crédito, em falas como “com certeza a pessoa que tem cartão sabe a taxa” ou “não pode reclamar de juros abusivos porque quando contratou, assinou lá e viu a taxa” (informação verbal, jan. 2017). Esses processos

seriam assim tão simples e diretos? Como será visto adiante, foi possível ouvir, em campo, diversos relatos sobre as dificuldades de compreensão, principalmente por parte de populações excluídas social e financeiramente, dos termos bancários mais básicos, quiçá aqueles relacionados a contratos, taxas de juros, cheque especial etc.

A tendência de classificar conhecimentos e comportamentos enquanto “certo x errado” foi evidenciada durante a seção reservada para orientação. Sem levar em conta a realidade específicas aos sujeitos ali presentes, “fórmulas” eram proferidas como soluções válidas independente do contexto em que cada situação particular pudesse se inserir.

A despeito de se tratar de uma ação específica e sem a pretensão de generalizá-la, alguns pontos analisados parecem convergir com observações feitas acerca de outros programas e iniciativas em educação financeira, seja por instituições públicas ou privadas, relacionadas ou não diretamente com o Sistema Financeiro Nacional. Um dos pontos de reflexão está relacionado ao acesso e ao público atingido por tais ações. Se, por um lado, conteúdos ofertados através de portais na internet não podem se configurar como efetivos apenas por estarem disponíveis; por outro, ações presenciais envolvem custos mais altos, tanto para quem promove, quanto para quem participa. Como exemplo, o caso apresentado acabava por restringir a participação de pessoas que não pudessem se ausentar do trabalho durante um dia útil, ou daqueles que não têm recursos para se locomover até o local definido. A falta de acolhimento e consideração de fatores estruturais relacionados aos processos de endividamento e a tendência em apresentar soluções padronizadas, que nem sempre são aplicáveis às diferentes realidades, também acabam por afastar os sujeitos que, além do constrangimento principal causado pela dívida, podem se deparar com diversas outras formas de exclusão.

Esses talvez se configurem nos principais impasses que se colocam às iniciativas relativas ao tema, uma vez que os públicos que mais necessitam de suporte e orientação são os que enfrentam as maiores barreiras, não somente financeiras, mas sociais e culturais, para acessar e se beneficiar, em alguma medida, dos programas oferecidos.

Ao analisar algumas das práticas mais convencionais e difundidas em educação financeira no Brasil, capitaneadas ou reconhecidas principalmente por organizações ligadas ao sistema financeiro tradicional, é possível identificar diversos pontos convergentes às ações. Em sua maioria, as iniciativas apresentam caráter mais conteudista, com atuações baseadas em transmitir os conhecimentos tomados como ideais para a alfabetização financeira dos cidadãos e o bom funcionamento do mercado financeiro. Concentrados em materiais digitais, os custos

de implementação dos programas podem ser reduzidos e a pretensão é atingir um número maior de pessoas através da tecnologia. No entanto, tais estratégias e metodologias acabam por esbarrar em questões estruturais mais complexas, principalmente por se tratar de um tema que, *a priori*, mais afasta do que aproxima as pessoas, ativando diversas formas de constrangimento, seja social, financeiro ou cultural. Existem, pois, barreiras e impasses – em alguma medida produzidos, inclusive, pela própria forma de organização do sistema financeiro tradicional – relacionados diretamente à efetividade e execução de práticas ligadas à educação financeira e que, como observado, parecem negligenciados em abordagens mais convencionais sobre o assunto. Sendo assim, buscaremos mobilizar a seguir alguns destes impasses através de provocações suscitadas por interpretações críticas a respeito do tema.

3.3 IMPASSES CONCEITUAIS E ABORDAGENS CRÍTICAS

Algumas abordagens acerca de educação financeira procuram incluir em suas análises considerações sobre os diferentes contextos socioeconômicos e buscam tratar o tema como um componente relevante dos processos de inclusão financeira e emancipação social. Birochi e Pozzebon (2016) citam as correntes que denominam de “críticas/transformadoras” como exemplos de propostas alternativas, que ampliam o olhar sobre o tema da educação financeira e buscam trabalhar o empoderamento dos sujeitos.

Guérin (2012) aponta a perspectiva da economia política como uma voz mais crítica ao entusiasmo direcionado a programas que colocam a educação financeira como solução para os efeitos adversos da maior financeirização presente nas sociedades contemporâneas e das diversas formas de diferenciação social e econômica que produzem. Sob tal perspectiva, coloca-se a importância de considerar fatores estruturais crônicos em determinados contextos nos quais seria irreal esperar que a solução dos processos de superendividamento estaria atrelada, simplesmente, à melhoria nos índices de alfabetização financeira. De acordo com a antropologia econômica, a própria ideia de “alfabetizar financeiramente” as pessoas seria mais um aspecto questionável, sugerindo a negligência com relação às especificidades locais na forma de gerenciar recursos. Os diferentes métodos e ferramentas utilizados nesses processos carregam dimensões socioculturais e cognitivas, não sendo necessariamente formais e sofisticados.

Nesta linha, Landgovt (2006) sugere haver uma maior coerência ao abordar a educação financeira não sob a perspectiva da alfabetização (*financial literacy*), mas da “capacidade” financeira (*financial capability*). Tomando como base o conceito de capacidades (*capabilities*) introduzido por Sen (1999/2010) e os princípios pedagógicos críticos de Paulo Freire (1968/2016), Landgovt (2006) argumenta que o termo “*capability*” permitiria englobar tanto as habilidades individuais para tomar decisões, quanto o contexto social mais amplo, capaz de fomentar ou inibir a ação individual. Segundo o autor, dois discursos se aproximariam mais desta visão: a) desenvolvimento comunitário, cujo enfoque está no empoderamento das pessoas para lidar com aspectos do sistema financeiro considerados difíceis ou opressores; e b) crítico, que se posiciona explicitamente fora do sistema de mercado, criticando seus efeitos desumanizadores e as formas de exploração e alienação existentes por trás de programas de alfabetização financeira.

A proposição de Landgovt (2006) é, em suma, de uma visão mais holística sobre o tema da educação financeira, considerando a capacidade financeira como um fenômeno social, não apenas econômico. Segundo o autor, as abordagens convencionais, com programas generalizados, do tipo *one-size fits all*, podem reforçar as desigualdades e a exclusão financeira ao desconsiderar os contextos sociais e as limitações estruturais – e não individuais. Sherraden e Ansong (2016) e Henchoz (2016), ao se referirem à linha da *critical financial capability*, corroboram com a perspectiva sociológica e destacam a importância da inclusão financeira mais ampla e da consideração das diferentes oportunidades existentes nos diversos contextos sociais. Através do Quadro 2, abaixo, buscou-se apresentar uma síntese das abordagens aqui destacadas:

Quadro 2 – Síntese de abordagens em educação financeira

Abordagens	Temas-chave	Referências
Convencionais / Tradicionais (<i>Mainstream</i>)	Habilidades operacionais e financeiras; competências individuais; serviços financeiros; direitos do consumidor	CGAP (2011); Cole; Sampson e Zia (2009); Lusardi e Mitchell (2006); OCDE (2005; 2011; 2013; 2015)
Modelo de Competência (<i>Competence Model</i>)	Cognição; desenvolvimento de competências	Retzmann e Seeber (2016)
Finanças Comportamentais (<i>Behavioral Finance</i>)	Fatores comportamentais, psicológicos	Gathergood (2012); Loerwald e Stemmann (2016); Roa Garcia (2011)
Economia Política (<i>Political Economy</i>)	Regulação; segurança social; inclusão financeira	Erturk et. al. (2007); Willis (2008)
Antropologia Econômica (<i>Economic Anthropology</i>)	Enraizamento social; contexto social, econômico e político	Guérin (2012)
Capacidade ou Capacidade Financeira (<i>Financial Capability</i>)	Capacidade financeira como fenômeno <i>também</i> social	Johnston e Maguire (2005); Landgovt (2006); Sherraden e Ansong (2016)
Sociológica (<i>Sociological</i>)	Inclusão financeira; contextos sociais; limitações estruturais; possibilidades x oportunidades	Henchoz (2016); Sherraden e Ansong (2016)

Fonte: Elaboração própria (2017).

Com relação aos principais impasses envolvidos nas práticas relacionadas ao tema da educação financeira, de modo geral, a literatura crítica em educação financeira discute que estão associados, principalmente, a quatro aspectos relacionados entre si: a) a transferência de responsabilidades coletivas e institucionais para a esfera individual (DICKERSON, 1999; ERTURK et al., 2007; PADOAN, 2008; WILLIS, 2008); b) a tendência de normalização dos comportamentos financeiros (GUÉRIN, 2012; HENCHOZ, 2016); c) a negligência de fatores estruturais e contextuais e as complexas relações financeiras das populações de baixa renda (BIROCHI, 2011; GUÉRIN, 2012; LANDVOGT, 2006; SHERRADEN; ANSONG, 2016); e d) os conflitos de interesse de quem promove o tema e as dificuldades de alcance das ações (LANDVOGT, 2006; ARAÚJO; SOUZA, 2012, PADOAN, 2008).

A respeito da transferência de responsabilidades, Dickerson (1999), Erturk et al. (2007) e Willis (2008) alertam que, para além da delegação de atribuições de políticas públicas e segurança social para os indivíduos que, em tese, seriam beneficiados pela maior inclusão financeira, um dos principais riscos das abordagens mais difundidas em educação financeira que fazem uso de tais justificativas para embasar seus objetivos, estaria relacionado à regulação, uma vez que um

maior nível de alfabetização financeira pode ser utilizado como argumento para reduzir a necessidade de regulação do mercado. Para Augsburg e Fouillet (2010), Mayoux (2010) e Erturk et al. (2007), educar financeiramente o cidadão poderia se tornar, então, uma tecnologia de controle, uma forma de governança para as instituições financeiras.

Padoan (2008), em consonância, coloca que um dos principais impasses às abordagens em educação financeira estaria justamente ligado a este processo de transferência de responsabilidades de instituições e/ou do coletivo para os indivíduos, parte do que Hacker (2008) definiu como “*risk shift*”. Desse modo, as principais causas relacionadas aos processos de endividamento dos sujeitos estariam atreladas ao “mau” comportamento financeiro, às decisões “erradas” e à gestão “inadequada” dos recursos – visão que negligenciaria, portanto, a importância da consideração de fatores estruturais (BIROCHI, 2011; GUÉRIN, 2012).

Guérin (2012), aponta outra crítica importante relativa aos fatores estruturais, que levam à escassez de recursos e ao sobre-endividamento das famílias, e são geralmente negligenciados pelos programas convencionais e que, implicitamente, assumem os sujeitos como “ignorantes” ou portadores de comportamentos financeiros “inadequados”. Muitas vezes, no entanto, não se leva em conta que pessoas se endividam não por cometerem “erros” na gestão de seus recursos, mas pela ausência dos mínimos recursos necessários à sobrevivência de sua família, ou por precisar lidar com emergências, por exemplo. Abordagens convencionais sobre o tema, geralmente fundamentadas em princípios da economia neoclássica, tendem a defender que os indivíduos são racionais e tomam suas decisões considerando suas expectativas e informações disponíveis a fim de maximizar seu bem-estar. Dessa forma, decisões financeiras consideradas “erradas” do ponto de vista utilitário seriam consequência da falta de conhecimentos adequados. A educação financeira, sob esta lógica, serviria à demanda de melhorar o acesso das pessoas tidas como “analfabetas financeiras”, embasando-as para tomar decisões mais acertadas, de acordo com as expectativas do mercado através de habilidades e ferramentas necessárias ao gerenciamento tomado como correto pelo sistema financeiro tradicional, levando a uma certa padronização dos comportamentos (GUÉRIN, 2012; HENCHOZ, 2016).

Birochi e Pozzebon (2016), colocam, por exemplo, que para as correntes mais convencionais, a educação financeira é vista como um meio de promover maior eficiência e eficácia ao sistema financeiro através do compartilhamento de responsabilidades dos indivíduos (direitos e deveres), tomando os sujeitos, na maioria das vezes, como consumidores. Seguindo esta linha, os programas de educação financeira acabam voltando-se ao desenvolvimento de capacidades

operacionais. Retzmann e Seeber (2016) destacam, ainda, que a maioria das definições sobre educação financeira nesse campo são pautadas em conhecimentos práticos: habilidades relacionadas a gastar/poupar dinheiro; saber gerenciar uma conta bancária, empréstimos e dívidas; saber calcular riscos de seguros, taxas de juros, depreciação etc.

Nesse sentido, Henchoz (2016) e Sherraden e Ansong (2016) pontuam algumas reflexões em torno desses vieses mais individualistas e instrumentais presentes em grande parte das abordagens mais disseminadas em educação financeira ao tratar os sujeitos como “agentes individuais”, que devem se concentrar em tomar decisões que maximizem sua utilidade e bem-estar através de comportamentos esperados e previsíveis. Tais autores sugerem a possibilidade de considerar, para além da transmissão de conhecimentos e informações sobre ferramentas e conceitos financeiros, aspectos estruturais e culturais – envolvendo insuficiências na educação básica, déficits cognitivos, especificidades e costumes regionais, por exemplo –, bem como elementos econômico-financeiros, que excluem financeiramente aqueles que não têm renda suficiente para participar efetivamente de sociedades baseadas no mercado. Ou seja, disponibilizar conteúdos relacionados a investimentos, poupança, seguros etc. para populações que vivem realidades de restrições profundas, pode configurar somente discursos retóricos e desconectados com os diversos contextos.

Adicionalmente, Guérin (2012) coloca o alerta da antropologia econômica sobre a não-neutralidade por trás dos conceitos de educação financeira e destaca a influência do enraizamento social (*social embeddedness*) (GRANOVETTER, 1985) no processo de tomada de decisões financeiras. A racionalidade dos sujeitos não pode ser separada do seu contexto social, econômico, cultural e político e nem da sua posição social. Nesse sentido, o termo “analfabetismo financeiro” (*financial illiteracy*) estaria baseado na falsa premissa de que há comportamentos financeiros “corretos” e que as pessoas cometem erros ao não adotá-los, negligenciando as diversas formas com que as pessoas percebem as finanças e utilizam seus recursos. As diversas lógicas de se relacionar e gerir recursos têm componentes socioculturais, legais e normativos e não são, necessariamente, formais e sofisticados.

Nessa linha, Henchoz (2016), corroborando com a abordagem das capacidades financeiras proposta por Landvogt (2006), discute, sob uma perspectiva sociológica, três pressupostos relacionados à educação financeira tradicional. O primeiro se concentra na relação entre a falta de conhecimentos financeiros e condições econômicas desfavoráveis; o segundo, na presunção de que alfabetização financeira é adquirida a partir do acesso a informações, instruções e

aconselhamento apropriado e o terceiro, que assume a igualdade de condições e oportunidades entre os sujeitos para mobilizar tais informações em ações financeiras efetivas. As análises tradicionais acerca dos níveis alfabetização financeira estariam baseadas em aspectos como planejamento, investimentos, poupança etc., assumindo, a priori, que esses recursos não apenas seriam suficientes, mas excedentes, permitindo a aplicação de conceitos de planejamento ou poupança, por exemplo. Para a autora, portanto, as atividades financeiras e os processos de aprendizagem vão além do desenvolvimento de habilidades individuais: estão ancoradas nas relações e contextos sociais.

Birochi e Pozzebon (2016) argumentam, por exemplo, que a maioria das iniciativas vistas em regiões mais remotas do Brasil são programas *top-down*, ou seja, utilizam-se de princípios e metodologias de diferentes contextos culturais, não adaptados às realidades locais. Nesse sentido, perspectivas críticas apontam para a necessidade de analisar a questão de forma mais ampla, considerando os diferentes contextos sociais, econômicos e políticos, bem como as especificidades das relações financeiras nas diferentes realidades, que fazem pungir as alternativas lançadas pelos que precisam fazer verdadeiros malabarismos para dar conta de seus compromissos financeiros (LANDVOGT, 2006).

Sherraden e Ansong (2016), também ancorados em perspectivas sociológicas da educação financeira, destacam a importância da inclusão financeira e das diferentes oportunidades que existem nos diversos contextos sociais, ressaltando duas dimensões das capacidades financeiras: as habilidades para agir vis-à-vis as oportunidades para agir. Ou seja, a apresentação de ferramentas e a transmissão de conceitos para o desenvolvimento de habilidades individuais não seriam suficientes para elevar o nível de educação financeira se as oportunidades que esses sujeitos têm para agir economicamente não são favoráveis. Em condições de baixa renda, por exemplo, os desafios são acentuados. Na falta de recursos para satisfazer as necessidades mais básicas, torna-se utópico falar de poupança, investimentos e decisões financeiras que maximizem o bem-estar individual.

Outro aspecto relevante neste debate está relacionado às limitações relativas às metodologias e às estratégias de atingir públicos com diferentes demandas, bem como aos possíveis impasses e conflitos de interesse relacionados aos propósitos dos principais atores no cenário de educação financeira. Segundo Landvogt (2006), apesar do uso de linguagem similar e do compartilhamento de alguns objetivos, é preciso distinguir principalmente a quais interesses servem os discursos por trás das iniciativas e quais suas posturas em relação às populações de

baixa renda. No cenário brasileiro, é possível perceber que a grande maioria das ações na área estão, direta ou indiretamente, relacionadas a instituições financeiras tradicionais, públicas ou privadas, mas que atuam sob lógica comercial e fins comerciais. Os programas de educação financeira promovidos ou patrocinados por tais instituições (ou através de suas associações e fundações) podem conter vieses comerciais, acompanhando a venda de produtos ou serviços financeiros, o que pode afetar em alguma medida a credibilidade e a confiança na ação de tais instituições (ARAÚJO; SOUZA, 2012). Os mesmos autores (2012) salientam, no entanto, limitações de outras ordens relacionadas a instituições que seriam, em tese, mais isentas em promover tais ações, como a falta de recursos financeiros, logísticos e de pessoal, principalmente quando atuam isoladamente.

Padoan (2008) coloca também o desafio das iniciativas de educação financeira em alcançar os diversos públicos – de diferentes estágios de vida e de possibilidades financeiras –, atender suas diferentes demandas e sensibilizá-los para a importância do assunto. Para o autor, é importante que as ações sejam cada vez mais diversas, não focadas apenas no público de investidores, por exemplo, uma vez que o tema é tão ou mais importante para as famílias de baixa renda e classe média, que lutam para equilibrar seus orçamentos e ainda têm o desafio de poupar para a aposentadoria, educação dos filhos etc., mas que dificilmente irão buscar ajuda espontaneamente.

Como consequência, coloca-se em xeque a efetividade das iniciativas estritamente *online* que, mesmo repletas de conteúdos, ferramentas e metodologias bem elaboradas, correm o risco de não alcançar o público para o qual foram desenhadas ou que realmente precise acessar tais informações ou, ainda que cheguem, não atuem como mecanismo que impacte positivamente nos processos de mudança de comportamento e obtenção de conhecimento.

Ao analisar algumas das limitações e impasses que se impõem às práticas de educação financeira mais convencionais e disseminadas, levanta-se, então, o questionamento acerca da possibilidade de abordar o tema sob uma outra perspectiva. A partir dessa inquietação, buscou-se, portanto, compreender como a educação financeira seria concebida e praticada à luz de uma outra ideia. Para isso, procurou-se estudar o tema a partir de uma experiência alternativa à lógica do sistema financeiro tradicional, explorando o caso de um Banco Comunitário de Desenvolvimento inserido na perspectiva da Economia Solidária.

4 OS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO E A DINÂMICA DE MICROCRÉDITO NO BRASIL

4.1 CONTEXTUALIZANDO O CENÁRIO DE MICROCRÉDITO NO BRASIL

Há, no Brasil, uma diversidade de iniciativas e políticas no cenário das microfinanças e do microcrédito, funcionando sob lógicas diferentes e envolvendo uma diversidade de atores públicos, privados e organizações da sociedade civil (BARONE; SADER, 2008). Entre os representantes do Governo, temos como exemplos mais significativos os Bancos Federais e Estaduais (Bancos do Povo), as agências de fomento, bancos de desenvolvimento (BNB, BNDES), dentre outras instituições envolvidas. Com relação à Iniciativa Privada, é possível citar os bancos comerciais (nacionais e estrangeiros), bem como as Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte (SCMEPPs)¹⁰. Há, ainda, outras experiências formadas a partir da Sociedade Civil, como as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs de Microcrédito)¹¹, as Cooperativas de Crédito e outras iniciativas como os Bancos Comunitários e os Fundos Rotativos Solidários – que ampliam e complexificam o cenário de experiências relacionadas às microfinanças (FRANÇA FILHO; PASSOS, 2008).

As primeiras experiências de microcrédito no país partiram da sociedade civil e remontam os anos de 1950, com a criação da “carteira de empréstimos”, no Rio de Janeiro; de 1970, quando foi criada a União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (Programa UNO) em Recife (PE) e Salvador (BA); e 1980, com o surgimento do Banco da Mulher (Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Mulher), no Rio de Janeiro e da Rede CEAP, a partir do Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra, no Rio Grande do Sul (BARONE; SADER, 2008).

Após o Plano Real, em 1994, com a estabilização do ambiente macroeconômico e a mobilização dos governos, o número de instituições operadoras de microcrédito começa a crescer. A partir

¹⁰ As SCMEPPs destinam-se à concessão de financiamentos e prestação de garantias a pessoas físicas, microempresas e empresas de pequeno porte, a fim de viabilizar empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial. Maiores detalhes sobre sua constituição e funcionamento podem ser encontradas na Resolução CMN nº 3.567, de 29 de maio de 2008 (BCB, 2016).

¹¹ Mais informações sobre as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público podem ser encontradas através da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

de 1996, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) passa a apoiar organizações especializadas em microcrédito através do Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP) do Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI) (ZOUAIN; BARONE, 2007). Em 1998, o Banco do Nordeste inicia sua atuação diretamente no setor através do Programa de Microcrédito Produtivo Orientado – o Crediamigo – que veio a tornar-se o maior programa do Brasil no setor (NERI; BUCHMANN, 2008).

Outros importantes marcos no histórico do microcrédito brasileiro foram a chamada nova lei do terceiro setor (Lei 9.790/99), incluindo o microcrédito como uma das finalidades das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs); a não sujeição das OSCIPs à lei de usura (que limita as taxas de juros cobradas a 12% ao ano); a criação de uma nova entidade jurídica pelo Conselho Monetário Nacional: a Sociedade de Crédito ao Microempreendedor¹² (SCM), que regulava a participação da iniciativa privada no cenário das microfinanças; bem como a fundação da Associação Brasileira de Desenvolvimento do Microcrédito (ABDM), em 2001 (BARONE; SADER, 2008).

A partir da Lei 10.735, de 11 de setembro de 2003¹³, fica obrigatória a destinação de parte dos depósitos à vista captados pelos bancos comerciais exclusivamente para operações de microcrédito, caso contrário, os recursos seriam depositados no Banco Central, sem remuneração (BCB, 2009). Em 2011, a partir da Resolução nº 4.000, estabeleceu-se que 80% da exigibilidade deveria ser direcionada para operações de microcrédito produtivo orientado, reduzindo os valores disponíveis para crédito de consumo. A mesma resolução unificou a Tarifa de Abertura de Crédito (TAC) máxima para operações do setor.

Dando continuidade às políticas de ampliação e democratização do acesso a crédito no país, foi criado o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) por meio da Lei 11.110, de 25 de abril de 2005, coordenado e executado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O programa promoveu mudanças relevantes no campo das microfinanças no Brasil, articulando instituições de microcrédito produtivo e habilitando outras organizações a executarem operações financeiras (BARONE; SADER, 2008; RIGO, 2014). Em agosto de

¹² A Resolução nº 3.567, de 29 de maio de 2008, ampliou o escopo de atendimento dessas instituições para também atender as empresas de pequeno porte, tendo sua denominação alterada para Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte (SCMEPP).

¹³ Com a regulamentação dada pela Resolução nº 3.422, de 30 de novembro de 2006, alterada pela Resolução nº 3.706, de 27 de março de 2009.

2011, o PNMPO foi revisado, sendo lançado pelo governo o Crescer – Programa Nacional de Microcrédito –,

com o intuito de estimular o empreendedorismo no país, dar oportunidade a novos negócios e atender às necessidades financeiras de empreendedores de atividades produtivas de pequeno porte, objetivando a elevação do padrão de vida e a geração de trabalho e renda (BCB, 2015, p. 141).

O Programa Crescer utiliza a metodologia do PNMPO, baseada na proximidade e contava com a subvenção do Tesouro Nacional para a concessão de crédito até o início de 2015, quando foi suspensa pelo governo.

Em 2012, foi aprovada a Resolução nº 4.152, de 30 de outubro, visando impulsionar o crescimento responsável do microcrédito e garantir maior transparência e informações sobre o mercado, além de reforçar o uso de metodologias específicas e adequação do teto do saldo devedor do microempreendedor, em consonância com preceitos internacionais (BCB, 2015).

A despeito das diversas iniciativas e programas criados, o cenário de microcrédito no Brasil ainda é muito frágil e com alcance limitado. Braga (2011) demonstrou, por exemplo, através de análise dos resultados do PNMPO, que a taxa de penetração do microcrédito produtivo orientado era de apenas 8,55% (considerando 8,7 milhões de trabalhadores autônomos, com renda individual do trabalho principal de até um salário mínimo). Ou seja, o índice de capilaridade do programa estava muito aquém do necessário para provocar resultados eficazes de transformação.

Os limites e desafios envolvidos em atender as populações de mais baixa renda através das políticas tradicionais de microcrédito no Brasil alertam, portanto, para a necessidade de ampliar o olhar e vislumbrar outras possibilidades e alternativas nesse campo, outras formas de organização, como é o caso, por exemplo, das iniciativas típicas de finanças solidárias.

4.1.1 O Campo das Finanças Solidárias no Brasil

As finanças solidárias, ou finanças de proximidade, pressupõem relações sócio comunitárias para que possam existir. Um dos principais objetivos das iniciativas nesse campo é democratizar o sistema financeiro através da gestão comunitária e da solidariedade, criando alternativas aos

excluídos do sistema financeiro tradicional a partir de práticas enraizadas territorialmente (MATTOS, 2010; FRANÇA FILHO; PASSOS, 2013).

França Filho e Passos (2013) destacam que, diferentemente das práticas de microcrédito tradicionais, as iniciativas em finanças solidárias não tomam as operações financeiras de pequena monta como um nicho mercadológico, submetendo-as a critérios de mercado como rentabilização do capital investido e de ganhos de escala. A proposta seria, justamente, a de privilegiar os padrões de relacionamento sócio-aproximadores, priorizando os sujeitos e suas demandas em determinado contexto territorial de pequena escala.

Os autores colocam, ainda, a importância de reconhecer as especificidades de diferentes contextos e realidades onde diferentes lógicas possam fazer sentido. Não se trata de comparar formas de organização e economia sem olhar para as diversas conjunturas, como se houvesse uma única forma possível ou superior. As finanças de proximidade, sob a lógica da economia solidária, ratificam, portanto, a possibilidade de construção de uma outra economia e a pluralidade ao lidar com o fato econômico.

As práticas de finanças solidárias representam, então, uma manifestação de auto-organização coletiva, encontrada por grupos organizados em seus respectivos territórios ou comunidades para gerirem seus próprios recursos econômicos tendo como base princípios de solidariedade, ajuda mútua e confiança (FRANÇA FILHO; PASSOS, 2013).

As principais formas de expressão das finanças solidárias no Brasil estão relacionadas às experiências dos Fundos Rotativos Solidários (FRS), das Cooperativas de Crédito Solidário, dos Grupos de Investimento Coletivo (GICs) e dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BDCs). Os Fundos Rotativos Solidários funcionam como uma espécie de poupança comunitária em que os recursos poupados são investidos na própria comunidade, financiando projetos de geração de trabalho e renda (FRANÇA FILHO; PASSOS, 2013). As Cooperativas de Crédito – que tem origens na Alemanha, formadas por artesãos e camponeses em meados do século XIX – são consideradas por Singer (2005), como alternativas às formas convencionais de crédito, potencializando o acesso através do financiamento mútuo com base em sistemas autogestionários, em que todos os que as operam são também sócios. Grande parte das cooperativas de crédito existentes no Brasil atualmente, no entanto, não pertence ao campo das finanças solidárias e atua, segundo Parente (2002), como uma grande instituição financeira – o que pode distanciá-las de seus associados, enfraquecendo a gestão democrática relacionada principalmente aos processos de tomada de decisão. Há uma distinção, portanto, entre tais

práticas e aquelas pertencentes ao campo das finanças solidárias, que buscam preservar princípios originais do cooperativismo de crédito, as chamadas cooperativas de crédito solidário (FRANÇA FILHO; PASSOS, 2013). O campo mais específico à realidade dos BCDs, por sua vez, será explorado de forma mais detalhada na próxima seção.

4.2 BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

4.2.1 Origens e constituição dos BCDs

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) podem ser definidos como práticas de finanças solidárias de apoio a economias populares, estruturados a partir de associações locais, com o objetivo de gerar e ampliar trabalho e renda nos territórios (FRANÇA FILHO; SILVA JUNIOR, 2009; MELO NETO; MAGALHÃES, 2006).

Segundo França Filho e Silva Junior (2009), o processo de intervenção dos BCDs é orientado ao território ao qual pertencem, e não a indivíduos isoladamente, e articula-se com base em quatro eixos centrais: fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em economia solidária.

A experiência dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento teve seu início no Brasil em 1998, com a implantação do Banco Palmas, promovida pela associação de moradores do Conjunto Palmeiras, bairro da cidade de Fortaleza, Ceará. Os resultados positivos dessa experiência, principalmente com relação à ampliação de oportunidades de geração de renda e redução da exclusão no bairro, fizeram com que a metodologia de finanças solidárias dos BCDs passasse a ser mais discutida e reconhecida enquanto instrumento de mudança social, culminando, em 2003, na criação do Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária (ou Instituto Banco Palmas), com o intuito de implantar e replicar tecnologias sociais de economia solidária em parceria com outras instituições no Brasil (MELO NETO; MAGALHÃES, 2006).

Em 2004, fruto das ações do Instituto em replicar a metodologia, foi fundado o segundo Banco Comunitário, também no Ceará, no município de Paracuru: o Banco PAR. No ano seguinte, foram fundados mais quatro bancos, entre eles o Banco BEM em Vitória, Espírito Santo. A

partir daí a então Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE) firma parceria com o Instituto Banco Palmas para apoiar a consolidação e disseminação da metodologia de BCDs, o que culminou na criação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento – articulando todos os BCDs do país. Em 2006, o Banco Popular do Brasil (subsidiário do Banco do Brasil para o segmento de microcrédito e correspondente bancário) integrou-se como parceiro da Rede, dando suporte às iniciativas de bancos comunitários a partir da disponibilização de recursos financeiros para a constituição do fundo de crédito (MELO NETO; MAGALHÃES, 2006; FRANÇA FILHO; SILVA JUNIOR, 2009).

Como resultado dos esforços coletivos, até o final do primeiro semestre de 2008 já haviam sido implantados cerca de 30 BCDs em diferentes cidades brasileiras e, dez anos após sua criação, em 2016, a Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento já integrava 113 BCDs distribuídos em 80 municípios de 20 estados do país; além de 10 bancos em processo de credenciamento. Calcula-se que a Rede tenha injetado, ao longo desses anos, aproximadamente R\$ 22 milhões em créditos para micro e pequenos produtores rurais e urbanos, além de beneficiar mais de um milhão de pessoas com os serviços prestados pelos BCDs (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2016).

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento procuram investir tanto nas capacidades de produção e geração de serviços, quanto no consumo territorial. Portanto, para além da oferta de diferentes linhas de microcrédito, seu maior compromisso deve ser a construção de redes locais de economia solidária, articulando produtores, prestadores de serviço e consumidores: as chamadas “redes de prossumidores” ou, ainda, “redes de prossumatores” – uma vez que os sujeitos exercem efetivo papel de atores locais e são os protagonistas do processo de desenvolvimento em seus respectivos territórios (FRANÇA FILHO; SILVA JUNIOR, 2009; FRANÇA FILHO; SANTANA, 2013).

Segundo França Filho e Silva Junior (2009), a partir da associação de produtores, prestadores de serviços e consumidores locais, promovendo circuitos específicos de relações de troca, é possível romper com a lógica capitalista de organização do funcionamento econômico, estabelecendo a expressão de uma outra forma de economia possível nos territórios – com o objetivo de fortalecer as economias locais e possibilitando o desenvolvimento do território com base nos princípios da economia solidária, atuando para além da oferta pontual de microcrédito.

A atuação dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento se dá em territórios com baixo índice de desenvolvimento humano, caracterizados pela pobreza e exclusão financeira e bancária

(MELO NETO; MAGALHÃES, 2006). Em geral, localizam-se em comunidades quilombolas, periferias urbanas, assentamentos, áreas indígenas, distritos isolados no semiárido nordestino etc., ou seja, locais em que bancos tradicionais não têm interesse em se instalar devido aos altos custos, baixa escala e dificuldade de acesso. O público atendido pelos BCDs é, em geral, de pessoas que dificilmente teriam acesso a linhas de crédito em instituições financeiras convencionais – tanto por não atenderem requisitos impostos (comprovação de renda, restrições em órgãos de proteção ao crédito, por exemplo), quanto pela ausência de agências e serviços adequados às comunidades.

Nota-se, no entanto, que apesar dos avanços importantes e das conquistas relativas à inclusão financeira e bancária e ampliação do acesso ao crédito aos pequenos negócios, a relevância da atuação dos BCDs no Brasil ainda não é suficientemente reconhecida. Apesar do apoio conferido através da SENAES, principalmente entre os anos de 2011 e 2015, a carência de políticas públicas que reconheçam e apoiem a atividade dos Bancos Comunitários e de alternativas para que a metodologia possa se multiplicar de maneira sustentável ainda desafia o BCD na sua afirmação como instrumento eficaz de redução das desigualdades sociais e da busca por desenvolvimento socioeconômico.

4.2.2 Metodologia dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento

A criação de um BCD deve partir da mobilização endógena do território, ou seja, do desejo intrínseco da própria comunidade, ainda que existam outras motivações e estímulos por parte de agentes externos (FRANÇA FILHO; SANTANA, 2013). Para França Filho e Silva Junior (2009), alguns requisitos devem ser atendidos, tais como a disponibilidade de capital financeiro para o fundo de crédito, recurso financeiro para pagamento das despesas operacionais do banco, organização comunitária (associações, conselhos, fóruns etc.) que possa assumir a gestão do banco, pessoas capacitadas para as funções de agente e gerente de crédito, bem como multiplicadores da tecnologia para a comunidade.

Os recursos para a oferta de crédito por um Banco Comunitário se dão a partir de um Fundo Solidário de Investimento Comunitário. De acordo com Melo Neto e Magalhães (2006), as fontes de recursos são múltiplas, geralmente envolvendo doações (de pessoas físicas ou

jurídicas), cotizações de associados, prestação de serviços mercantis não-concorrenciais, além da prestação de outros tipos de serviços e relação com bancos públicos.

Segundo França Filho e Santana (2013), quatro características são tidas como principais para resumir as especificidades na metodologia dos BCDs: a) a coordenação do banco e a gestão dos recursos são efetuadas por uma organização comunitária; b) a utilização de linhas de microcrédito para produção e consumo local com juros justos, possibilitando a geração de trabalho e renda na comunidade; c) a concessão e cobrança dos empréstimos com base nas relações de proximidade, impondo mecanismos de controle sociais; e d) a criação de instrumentos alternativos de incentivo ao consumo local, como cartão de crédito e moeda social circulante local.

É fundamental, portanto, que exista o interesse coletivo e a institucionalização de espaços para que sejam manifestados os desejos, opiniões, decisões. Rigo (2014) cita dois espaços que geralmente representam a gestão coletiva de um BCD: o Conselho Gestor e o Comitê de Análise (ou Avaliação) de Crédito (CAC). Os representantes nesses espaços são definidos pelos membros da comunidade envolvidos na constituição do BCD. Ao Conselho Gestor cabem as assembleias para que sejam tomadas decisões e traçadas diretrizes relacionadas às ações do BCD, com a participação de lideranças locais e tendo como base mecanismos de democracia direta. O CAC, por outro lado, é geralmente constituído por agentes de crédito e, eventualmente, por líderes e representantes comunitários, e sua função é discutir e deliberar sobre as solicitações de crédito. Outros espaços, no entanto, podem ser criados e adaptados à realidade de cada BCD.

Melo Neto e Magalhães (2006) ressaltam ainda o poder de organização e mobilização de um BCD em uma comunidade. Através de reuniões e assembleias os grupos decidem pela criação ou não do banco e, partir da definição, seguem-se todos os detalhes operacionais e estratégicos, desde o nome do banco, da moeda, a marca e cores que o banco utilizará, quais serão os produtos e serviços, as linhas de crédito, quem serão os gestores, os agentes de crédito etc. Todo esse processo de construção coletiva mobiliza a comunidade e articula diversos atores sociais da região.

Com relação às linhas de microcrédito solidário, os BCDs geralmente trabalham com pelo menos duas linhas: produção e consumo. O crédito produtivo é voltado para o estabelecimento ou desenvolvimento de micro, pequenos e médios empreendimentos, individuais ou coletivos; já o crédito para consumo, usualmente oferecido em moeda social local, destina-se a

empréstimos de pequenas quantias, sem juros, tanto para estimular o consumo dentro da comunidade, quanto para satisfazer necessidades mais urgentes da população local. Além disso, as linhas de crédito baseiam-se em juros justos, geralmente taxas menores que a de outras instituições de mercado que operam microcrédito e são, geralmente, proporcionais ao valor do crédito. Cada BCD tem liberdade para formatar sua operação de acordo com suas fontes de captação e possíveis exigências de seus financiadores. O mesmo acontece com a adaptação das linhas de crédito de acordo com a realidade e necessidades locais. Podem haver linhas específicas para beneficiários de programas sociais do governo, crédito para reformas, para o público jovem, para setores específicos de atividade etc. (MELO NETO; MAGALHÃES, 2006; FRANÇA FILHO; SANTANA, 2013).

Outro ponto que caracteriza a ação original dos BCDs é que tanto a concessão quanto a cobrança do crédito, quando necessária, baseiam-se em relações de proximidade e confiança mútua, traduzindo-se em mecanismos de controle muito mais sociais que econômicos. Ou seja, o BCD considera o cadastro formal do tomador de crédito como um registro, mas as formas de controle vão para além das formais: o agente de crédito consulta a rede de relações e o histórico do solicitante com o BCD como fontes de conhecimento e a cobrança do crédito acontece a partir de um sistema de controle social, onde a própria comunidade exerce mecanismos de pressão moral (FRANÇA FILHO; SILVA JUNIOR, 2009). Tipicamente, esse processo não envolve a consulta da situação do solicitante em outros bancos e sistemas de proteção ao crédito, como Serasa, Cadin e SPC, por exemplo.

No intuito de estimular o consumo local, são criados e mantidos, a partir dos BCDs, instrumentos como cartão de crédito e moeda social circulante local, reconhecidos por produtores, comerciantes e consumidores como mecanismos de dinamização da economia local. Rigo (2014) salienta que a legitimação dessas alternativas pode exigir um processo longo de sensibilização comunitária, mas é fundamental não apenas do ponto de vista econômico, com a circulação interna dos recursos locais, mas também pelo seu papel social e político. O uso de uma moeda própria desempenha um papel simbólico, envolvendo a apropriação cidadã da moeda, da história da comunidade e o fortalecimento da identidade local.

Segundo Melo Neto e Magalhães (2006), o intuito de criar instrumentos como o cartão de crédito solidário e a moeda social seriam o de fazer com o que os moradores fizessem suas compras no próprio território, contribuindo com o desenvolvimento local, valorizando o comércio e incentivando a geração de renda e de postos de trabalho na comunidade. O cartão

de crédito solidário criado no início do Banco Palmas, por exemplo, funcionava de forma “virtual”, a partir da adesão de estabelecimentos que aceitavam o pagamento dos clientes que tinham um limite de crédito para consumo local aprovado no banco comunitário. A moeda social, por outro lado, emitida em forma de “papel-moeda”, circulava no território através de pagamentos, trocos, troca por moeda oficial nos BCDs etc.

Com origens que remontam os clubes de trocas, a primeira moeda social no mundo foi criada em 1931, na Alemanha. No Brasil, a pioneira foi a “Palmas”, em 2000. França Filho e Santana (2013) e Melo Neto e Magalhães (2006) destacam as principais características das moedas sociais circulantes locais: a) são lastreadas em moeda nacional, sendo, portanto, complementares a esta e não substitutivas e, para cada moeda social emitida pelo BCD, há um correspondente em moeda oficial (ou seja, 1 moeda social = 1 Real); b) as moedas são confeccionadas com componentes de segurança, como número de série, marca d’água etc.; c) geralmente são oferecidos descontos para incentivar seu uso nos comércios locais; d) podem ser trocadas por moeda nacional nos BCDs, garantindo a possibilidade de acessar produtos e serviços indisponíveis localmente; e e) não são cobrados juros pelo seu uso, estimulando sua circulação e não sua acumulação. As principais formas de acesso à moeda social são: a) fazendo empréstimos em moeda social, sem juros; b) prestando serviço ou vendendo algum produto e recebendo o pagamento em moeda social; e c) trocando moeda oficial por moeda circulante local diretamente no Banco Comunitário.

Em 2013, a partir Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013 e Resolução nº 4.282, de 4 de novembro de 2013, pelo Banco Central do Brasil, o uso da moeda eletrônica passa a integrar o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), abrindo o caminho para a evolução da moeda social e cartão de crédito solidário para a moeda social eletrônica e para os Bancos Comunitários atuarem de forma digital.

Em 2015, em parceria com uma empresa brasileira privada, foi criada a plataforma financeira digital: “e-dinheiro”. A ferramenta disponibiliza funções de depósito, extrato, transferência, pagamento, cobrança, recarga de créditos para celulares pré-pagos, além de ferramentas de controle de gastos e educação financeira, tendo, como objetivos principais a facilitação e democratização do acesso e utilização de serviços bancários através de celulares e *smartphones*. O e-dinheiro passa então a ser utilizado pelo Banco Palmas e, posteriormente, também por outros bancos comunitários da Rede, até que em novembro de 2016 o Instituto Palmas compra, com recursos conseguidos junto ao BNDES, o sistema e-dinheiro, e garante a construção de um

Banco Comunitário Digital de propriedade exclusiva da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, além da possibilidade de auferir rendimentos e, conseqüentemente, maior independência de atuação e maior capacidade de sustentabilidade financeira (INSTITUTO BANCO DA PERIFERIA, 2017; INSTITUTO BANCO PALMAS, 2017).

Outros serviços financeiros também são prestados pelos BCDs, como por exemplo os microsseguros (geralmente oferecidos em parceria com instituições financeiras privadas), além da atuação como correspondente bancário. Ou seja, em parceria com instituições públicas ou privadas, o Banco Comunitário passa a oferecer, como correspondente, uma série de serviços como abertura de conta, extratos, depósitos, saques, pagamentos etc. A parceria é positiva, portanto, para os bancos, que podem expandir sua capilaridade e penetração em territórios de difícil acesso e os BCDs contribuem com a inclusão financeira dos moradores locais, além de garantirem uma fonte de recursos para o banco através das taxas pagas pelo banco oficial conveniado. Vale ressaltar que a decisão de atuar como correspondente bancário é própria a cada BCD, que deve considerar sua estratégia local e as necessidades da comunidade onde atua (MELO NETO; MAGALHÃES, 2006; FRANÇA FILHO; SANTANA, 2013).

4.2.2.1 Para além dos serviços financeiros

Além dos serviços financeiros solidários prestados por um BCD, há também os serviços de natureza educativa, ou serviços solidários de organização local. Ou seja, ações voltadas ao fortalecimento dos processos de organização e desenvolvimento comunitário (FRANÇA FILHO; SANTANA, 2013). Dentre estes serviços, destacam-se, por exemplo: a) acompanhamento e assessoria técnica aos empreendimentos e iniciativas locais; b) sensibilização comunitária; c) promoção de fóruns locais; d) fomento das redes locais de economia solidária; e e) ações de educação, formação e capacitação.

De acordo com França Filho e Santana (2013), o acompanhamento dos empreendimentos locais é uma das atividades essenciais de um BCD. Através de trabalhos de educação financeira e fundamentos básicos de gestão, busca-se orientar e capacitar os empreendedores que tomam crédito produtivo junto ao banco, além da formação necessária de consultores populares e dos próprios agentes de crédito para que possam atuar nesse processo.

Ações de mobilização e sensibilização comunitária também são de fundamental importância para conscientizar as pessoas, principalmente aquelas que não estão tão próximas do dia-a-dia das atividades do banco, a vivenciarem os princípios de economia solidária, bem como para fortalecer as relações sociais no território. Esses processos acontecem por meio de campanhas, oficinas, cartilhas, fotonovelas, vídeos, grupos de teatro, rádio comunitária, além de outros instrumentos educativos e formas de comunicação popular acessíveis aos diversos públicos do território (MELO NETO E MAGALHÃES, 2006).

França Filho e Santana (2013) destacam ainda o papel dos BCDs no fomento de Fóruns Econômicos Locais (Fecol's) ou Fóruns de Desenvolvimento Comunitários (FDCs), que representam importantes espaços para o trabalho de mobilização política na comunidade, possibilitando a discussão de problemas, levantamento de demandas, esclarecimento de dúvidas, canal de informação, deliberações etc. Espera-se, também, por parte dos BCDs, o papel central no fomento às Redes Locais de Economia Solidária (RLES), ou seja, a articulação de empreendimentos e/ou iniciativas em economia solidária de diferentes campos de atuação em prol do desenvolvimento local.

Por fim, ressalta-se também o papel dos BCDs no processo de formação e capacitação da comunidade, fundamental para a autonomia e emancipação das pessoas, inclusive os gestores e colaboradores do banco, como agentes de crédito, coordenadores, gerentes de crédito, membros dos comitês de avaliação de crédito (CAC), caixas etc. As formas de práticas dessas iniciativas são diversas, muitas vezes se materializando através de parcerias. França Filho e Cunha (2009) destacam o caso das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), vinculadas a universidades, que cumprem um importante papel de capacitação e articulação. O caráter educativo, de forma geral e não apenas no âmbito das finanças, faz parte da própria natureza e da lógica que norteia a atuação de um banco comunitário. Dentre as ações de formação, este trabalho ressalta o papel das iniciativas em Educação Financeira.

5 EDUCAÇÃO FINANCEIRA E O BANCO PALMAS

5.1 O CONJUNTO PALMEIRAS E O BANCO PALMAS: BREVE HISTÓRICO

Em 1973, na periferia da cidade de Fortaleza, Ceará, região Nordeste do Brasil, nasce o Conjunto Palmeira. Fruto de ações de despejos de famílias que moravam no centro e litoral da cidade para uma região sem o mínimo de infraestrutura (água, saneamento básico, transporte etc.), para ceder espaço à execução do plano de urbanização e consequente especulação imobiliária. Diante das dificuldades enfrentadas pelos moradores, lideranças locais surgem, principalmente ligadas a organizações sob a orientação de padres e seminaristas da Igreja Católica, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), e dão início a uma história de lutas e reivindicações pela melhoria das condições de vida no local (DOCUMENTÁRIO PALMAS, 2016).

Após anos batalhando por direitos básicos para a população do bairro, como água tratada e encanada, energia elétrica, educação e transporte público, através de protestos, passeatas, pressões junto ao poder público, além das assembleias de discussão, a comunidade percebeu que, unida, poderia lutar e alcançar o que precisavam. O bairro foi erguido com a resistência dos moradores. Em regimes de mutirões, construíram casas, ruas, a creche comunitária, o centro de nutrição, o sistema de drenagem e até mesmo a casa de parto comunitária – na época, a maternidade mais próxima localizava-se a mais de 15 quilômetros de distância do bairro e não havia linhas de ônibus que atendessem o local. A partir dessa organização dos habitantes locais, surge, em 1981, a Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP). Em janeiro de 1990, a comunidade se organiza para discutir as questões relativas à urbanização do bairro, resultando no 1º seminário “Habitando o inabitável”, cujo resultado foi o compromisso popular para mobilizar esforços e mutirões a fim de urbanizar o Palmeiras em 10 anos (DOCUMENTÁRIO PALMAS, 2016).

Passados sete anos, a comunidade se reúne novamente no 2º seminário “Habitando o inabitável”, para discutir que, apesar da urbanização do bairro antes mesmo do prazo estabelecido, as pessoas ali ainda eram muito pobres. Fato que, inclusive, começa a gerar consequências como a saída de alguns moradores em busca de bairros mais pobres, já que a urbanização acarretou em novos custos que não podiam arcar, como contas de água e luz. Constata-se, então, que a grande demanda passara a ser um projeto de geração de trabalho e renda para a população local. Segundo relatos de Joaquim Melo, a pergunta de partida naquele

momento era: “Por que nós somos pobres?”. A resposta encontrada, no entanto, contrariava as expectativas iniciais. O primeiro mapeamento da circulação financeira no bairro demonstrou que R\$ 1,2 milhões circulavam no bairro, no entanto, apenas 20% dos moradores compravam efetivamente no Palmeiras. Ou seja, 80% das finanças locais estavam saindo da comunidade. É a partir desse levantamento que surge então a ideia de criar um banco comunitário para estimular o consumo e a produção localmente.

Finalmente, em 1998, a ASMOCOP cria o Banco Palmas. Inicialmente, o fundo do banco para empréstimos era de R\$ 2 mil e a estratégia para estimular o consumo local foi a criação do PalmaCard – um cartão de crédito solidário para compras dentro da comunidade. O objetivo central do projeto de criação do Palmas era o de garantir microcréditos para produção e consumo local, a juros abaixo dos valores de mercado e sem a exigência de comprovações formais de renda ou consultas cadastrais (DOCUMENTÁRIO PALMAS, 2016; MELO NETO; MAGALHÃES, 2006). A concessão do crédito baseava-se nas relações de proximidade; os agentes de crédito consultavam os vizinhos como fonte de informações e a cobrança se dava por mecanismos de pressão moral (FRANÇA FILHO; PASSOS, 2013).

O período inicial do Banco Palmas foi marcado por dificuldades que envolviam desde a falta de recursos financeiros, ausência de parcerias com o poder público e, inclusive, enfrentamentos e processos judiciais com o governo brasileiro. No entanto, a força da mobilização social, aliada às parcerias com instituições nacionais e internacionais e a capacidade inovadora da comunidade permitiu que o Palmas avançasse com seus projetos.

A partir do início dos anos 2000, com o reconhecimento da atuação dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento pelo Banco Central do Brasil como prática importante para a inclusão financeira no país, o espaço de diálogo com o Estado se amplia. Segundo Rigo (2014), a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE), em 2003, com o objetivo de fomentar políticas de microfinanças e estimular o cooperativismo de crédito e outras formas de organização neste setor, deu bases para a instituição de políticas públicas direcionadas e mais efetivas para as finanças solidárias e maior espaço de discussão para o tema no âmbito do governo federal. Mais especificamente com relação aos bancos comunitários, a partir de 2005, a SENAES começou a investir no Projeto de Apoio à Implantação e Consolidação dos Bancos Comunitários, proposto pelo Instituto Palmas, dando apoio para a disseminação e consolidação da metodologia dos BCDs (FRANÇA FILHO; SILVA JUNIOR, 2009). Esta fase marca, portanto, a maior aproximação dos Bancos Comunitários com governos e prefeituras,

possibilitando acordos e convênios, bem como a flexibilização das regras para contratos de parceria entre os BCDs e bancos públicos voltados, principalmente, à oferta de crédito e aos serviços de correspondente bancário. Nesse período, os moradores do Conjunto Palmeiras criam o Instituto Banco Palmas, uma OSCIP de microcrédito que passa a ser a responsável jurídica pelo Banco Palmas a partir de 2003.

Mais recentemente, sobretudo pós 2013, observou-se o enrijecimento das regras e contratos entre os BCDs e bancos públicos, o aumento na burocracia e a redução de espaço de diálogo com as mudanças no cenário político e econômico do país. As dificuldades de acesso às linhas de crédito, a crescente burocracia e cobranças nos convênios com os bancos públicos resultou em um cenário de redução de recursos para atender às demandas das comunidades atendidas pelos BCDs e de aumento na pressão e das exigências para o atingimento de metas e maior rentabilização das operações de crédito, reduzindo a autonomia e liberdade de atuação dos bancos comunitários de desenvolvimento.

Apesar da turbulência e complexificação do cenário para os Bancos Comunitários no Brasil neste período, em 2013, depois do reconhecimento das moedas eletrônicas pelo Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), o Banco Palmas se prepara para ser o primeiro banco comunitário digital do país e, em 2014, a comunidade cria o Instituto Banco da Periferia, uma Organização Não Governamental (ONG), para tratar especificamente das estratégias relacionadas à moeda social eletrônica e dos bancos digitais, assumindo a responsabilidade pelas operações eletrônicas do Banco Palmas. Como citado anteriormente, o Palmas Digital começa a operar a partir da plataforma “e-dinheiro”, desenvolvida em parceria com uma empresa privada e que, ao final de 2016 foi comprada, através de recursos do BNDES, pelo Instituto Palmas, sendo atualmente de propriedade das comunidades e da Rede Brasileira de Bancos Comunitários do Brasil.

5.1.1 Palmas e-dinheiro: Banco Comunitário Digital

Hoje, o Palmas e-dinheiro é um Banco Comunitário Digital, que independe de agências físicas e atua com alcance ilimitado através de moeda social eletrônica. A ferramenta pode ser utilizada por qualquer pessoa que tenha uma linha de celular ativa, inclusive por aparelhos sem acesso à internet. Conforme pode ser visto na Fotografia 1 abaixo, através do Palmas e-dinheiro podem

ser efetuadas aberturas de contas, transferências, pagamentos, cobranças, recarga de celulares, compra de seguros, extrato, contratação de pequenos créditos, além do acesso a ferramentas de controle de gastos.

Fotografia 1 – Palmas e-dinheiro



Fonte: Arquivos da pesquisa (2016).

As principais vantagens para os usuários da ferramenta estão relacionadas à possibilidade de acessar produtos e serviços financeiros mesmo sem ter uma conta bancária, cartões de débito ou crédito etc. Destaca-se ainda a segurança com a utilização da plataforma, a praticidade, a possibilidade de economizar com taxas de serviços bancários, organizar e controlar melhor as finanças pessoais e da família. Além destas, para os comércios e prestadores de serviços, por exemplo, destaca-se também o menor custo e menores prazos de recebimento em relação a outras alternativas, como as máquinas de cartões de crédito e débito predominantes no mercado. Para os BCDs, atualmente, as principais fontes de receitas geradas pelo Palmas e-dinheiro são provenientes das taxas recebidas com os pagamentos de boletos bancários, recargas de celulares pré-pagos e as compras nos comércios cadastrados. Há ainda a possibilidade de geração de renda para os promotores do aplicativo, através da venda de seguros, recarga de celulares etc.

Para além das citadas vantagens de cunho mais prático, relacionadas à utilização da plataforma, a grande inovação trazida pelo Palmas e-dinheiro é a oportunidade de geração de receitas a partir da oferta de produtos e serviços, sem intermediários, o que reduz as formas de dependências institucionais e amplia a capacidade de captação de recursos pelos BCDs. Torna-se, portanto, uma alternativa para a sustentabilidade financeira dos Bancos Comunitários, garantindo mais autonomia e independência na atuação e, conseqüentemente, mais benefícios para os territórios onde atuam.

Criada no início de 2015, a plataforma foi operada em fase piloto, inicialmente no Banco Palmas, e se espalha para outros BCDs a partir de meados de 2016, movimentando na época cerca de R\$ 100 mil mensais (maio/2016). Ao final de 2016, em novembro, apenas com 18 bancos ativos no e-dinheiro, já circulavam quase R\$ 2 milhões na plataforma, o que apontava para seu potencial de crescimento e as oportunidades que poderiam ser criadas através dela. Hoje, a estratégia é criar uma estrutura integrada para a Rede Brasileira de Bancos Comunitários a partir da ferramenta (INSTITUTO BANCO DA PERIFERIA, 2017).

Apesar do alto potencial e das diversas possibilidades geradas a partir do Palmas e-dinheiro, o grande desafio que se coloca atualmente está relacionado à necessidade de crescimento em termos quantitativos para possibilitar a sustentabilidade econômico-financeira da plataforma, mas sem se distanciar da lógica da economia solidária (e, portanto, da dimensão comunitária de sustentabilidade), em um contexto com diversos outros atores disputando espaços. Seria então possível trabalhar em escala, utilizando tecnologia, e manter princípios de proximidade e solidariedade na atuação? E, ainda, como mobilizar politicamente as comunidades com relação às particularidades e benefícios socioeconômicos na adesão aos BCDs? São novos questionamentos que se colocam, levantando reflexões e demandando novas estratégias de ação por parte dos Bancos Comunitários diante das mudanças no cenário.

5.2 A ATUAÇÃO DO BANCO PALMAS

5.2.1 Serviços Financeiros

Com relação aos serviços financeiros prestados pelo Banco Palmas, destaca-se a oferta de diferentes linhas de microcrédito para a população local. Em geral, a oferta se dá em dois grandes grupos: crédito produtivo, voltado para o desenvolvimento dos empreendimentos

locais; e crédito para consumo, geralmente disponibilizado em moeda social (Palmas), sem cobrança de juros, objetivando estimular o consumo dentro do bairro e, conseqüentemente, a economia local.

Atualmente, são disponibilizadas cinco linhas de crédito produtivo. Os detalhes de cada uma podem ser observados no Quadro 3, abaixo:

Quadro 3 – Linhas de Crédito Produtivo – Banco Palmas

Modalidade	Limite do 1º crédito	Juros	Parcelas
Bolsa Família	R\$ 150	1,5% a.m.	4
Revenda / Economia Popular	R\$ 450	2,5% a.m.	4
	R\$ 500	2,5% a.m.	8
Empreendimentos formais e informais	Até R\$ 2.500	2,5% a.m.	12
	De R\$ 2.501 a R\$ 5.000	3,0% a.m.	12
	De R\$ 5001 a R\$ 12.000	3,5% a.m.	12
Empreendimentos formais	De R\$ 12.000 a R\$ 15.000	2,5% a.m.	6
Casa Produtiva	R\$ 500	2,5% a.m.	6

* Em todos os créditos é cobrada TAC de 3%.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa de campo (2017).

A linha Bolsa Família é voltada para as mulheres beneficiadas pelo programa governamental, de contratação rápida e sem exigências, tem por objetivo o apoio nos seus processos socioprodutivos. A linha para Revenda/Economia Popular é disponibilizada para revendedores de produtos que trabalham nas ruas, de porta em porta; bem como para a constituição de empreendimentos populares e solidários realizados coletivamente. A modalidade específica para empreendimentos formais e informais visa atender os pequenos empreendedores locais, sejam registrados ou não, e é a maior linha de crédito do Palmas. O crédito voltado aos Empreendimentos formais abarca os negócios locais formalizados e mais estruturados, que geralmente demandam valores mais altos. O Casa Produtiva, por sua vez, destina-se principalmente para reformas das moradias onde são realizadas atividades produtivas.

As linhas de crédito voltadas para consumo, em moeda social, encontravam-se suspensas no período em que foi realizada a pesquisa por questões, principalmente, relacionadas a dificuldades de financiamento. Apenas duas linhas específicas estavam em atividade: o crédito para financiar a retirada da carteira de habilitação e para uma operadora de TV por assinatura.

Ambos se mantinham graças às parcerias estabelecidas com a autoescola do bairro e com a agência da operadora de TV instalada no Palmeiras – os pagamentos dos funcionários de ambas estavam sendo feitos através da plataforma e-dinheiro, o que garantia receitas adicionais para o Palmas. A principal estratégia, portanto, seria a de trabalhar com as possibilidades geradas a partir da moeda social eletrônica através do Palmas e-dinheiro.

Além da disponibilização de crédito, o Banco Palmas atua também como correspondente bancário da Caixa (Caixa Aqui). Através dessa parceria, o Palmas disponibiliza acesso aos serviços bancários para os moradores na própria comunidade e garante ao banco maior capilarização de seus produtos e serviços. A atividade também gera recursos através das taxas recebidas pelo Banco Palmas para operacionalizar alguns produtos e serviços.

Através de uma parceria com uma seguradora, foi criado o Palmas Microseguros, um seguro de vida para morte natural ou acidental, acessível e adequado ao público de baixa renda, que inclui indenizações e serviços funerários a preços populares. Os planos podem ser contratado de forma simples e rápida pelo Palmas e-dinheiro e há adaptações para os diversos tipos de públicos e demandas, com apólices que vão de R\$ 10 a R\$ 90 anuais.

Com relação ao volume de transações, em 2016, foram mais de 400 operações de crédito, atendendo mais de 300 empreendimentos com um total de R\$ 760 mil emprestados. Através do serviço de correspondente bancário (Caixa Aqui), mais de 6 mil famílias foram atendidas, totalizando quase 300 mil operações e R\$ 47 milhões movimentados.

O Palmas e-dinheiro, Banco Comunitário Digital, mesmo em fase de consolidação de suas operações, já apresenta números expressivos. Segundo dados do Instituto Banco da Periferia (2017), até dezembro de 2016 foram movimentados mais de R\$ 10,5 milhões através dos 2.477 usuários e 166 negócios cadastrados, nos 20 municípios atendidos por meio de 43 promotores e 34 agências, sendo a grande maioria no Ceará, uma no Rio de Janeiro e outra no Pará. As principais movimentações estão relacionadas à venda de seguro de vida funeral, que movimentou cerca de R\$ 2 mil no ano; as operações de crédito em parceria com o BNDES, mais de R\$ 500 mil; e os serviços de correspondente bancário (Caixa Aqui), que contou com uma média de 30 mil operações por mês, e hoje movimenta cerca de R\$ 3 milhões mensalmente.

5.2.2 Projetos

Além da disponibilização de produtos e serviços financeiros, o Banco Palmas atua em diversos projetos, promovendo e/ou apoiando iniciativas populares que gerem benefícios sociais e econômicos para a comunidade. Os projetos se materializam de maneiras distintas, em formato de cursos, oficinas, grupos de trabalho etc., e abrangem diversas áreas como cultura, educação, turismo, tecnologia. O financiamento para que essas iniciativas possam acontecer geralmente se dá através de parcerias com instituições públicas ou privadas, bem como pela participação em editais.

Um dos primeiros projetos promovidos pelo Palmas foi o curso de Consultores Comunitários, voltado principalmente para os jovens do bairro. A primeira turma do curso aconteceu no ano 2000 e seu principal objetivo era capacitar agentes comunitários para atuar como consultores dos pequenos empreendimentos do bairro, auxiliando-os com questões relacionadas à gestão, principalmente financeira, de seus negócios. Os selecionados para o curso teriam o uma bolsa de estudos e, deste curso, emergiram diversas iniciativas e pessoas que se mantêm engajadas até hoje com as atividades do Palmas. Uma dessas iniciativas foi o PalmaLimpe, que surgiu a partir de um grupo formado pelo curso de Consultores Comunitários e, com o apoio do Banco Palmas e do SEBRAE, começou o processo de fabricação e venda de materiais de limpeza.

Outra importante iniciativa do Palmas é o Projeto ELAS. O ELAS iniciou em 2011, idealizado a partir de um projeto anterior, o “Incubadora Feminina”, que esteve ativo entre 2001 e 2007 e voltava-se à inclusão social de mulheres através do trabalho. Este projeto evidenciou a necessidade da criação de uma rede que atuasse além da capacitação profissional das mulheres, uma iniciativa mais ampla, que articulasse as participantes e envolvesse outras temáticas. Surge então o Projeto ELAS, cujo principal objetivo é atuar nos processos de inclusão e emancipação socioproductiva, financeira e bancária das mulheres beneficiárias do programa Bolsa Família, através de ações de formação, orientação e crédito, com base em princípios da Economia Solidária.

O projeto começou a partir da disponibilização, pelo Banco Palmas, de uma linha de crédito produtivo específica para as mulheres beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, residentes da região do Grande Jangurussu, regional IV de Fortaleza, composta pelos bairros Jangurussu, Conjunto Palmeira, Conjunto São Cristóvão, Conjunto Sítio São João e adjacências. Observou-se que a maior parte das mulheres que buscavam a linha de crédito no Palmas encontrava-se

em situação de fragilidade, motivando a criação de um grupo de agentes de inclusão socioprodutiva, treinados pelo Instituto Palmas, para fazer o acompanhamento destas mulheres. No início do projeto eram aproximadamente dez agentes, da própria comunidade, cada um responsável por acompanhar mensalmente um grupo de 100 mulheres. Além da atuação do Palmas, diversas instituições estavam envolvidas como parceiras do projeto, a exemplo dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Banco do Nordeste, BNDES, a SENAES/MTE, a Caixa, o Governo do Ceará e a Prefeitura de Fortaleza.

O acompanhamento das mulheres girava em torno de informações financeiras e não-financeiras. Para além dos indicadores relacionados à inadimplência, atrasos nos pagamentos, outras formas de relacionamento bancário/financeiro etc., os agentes abordavam também questões pessoais, desde a estrutura familiar, situação da moradia, questões de saúde e educação, até demandas por cursos e formações, atividades sociais etc. Durante este processo de acompanhamento, os agentes começaram a perceber que algumas das mulheres que haviam tomado crédito não conseguiam começar nenhuma atividade produtiva. Algumas alegavam necessidades ou outras prioridades para utilização do dinheiro, outras acreditavam que o crédito (de até R\$ 150) era insuficiente. Então, os agentes passavam do processo de acompanhamento para também aconselhar, incentivar e tentar ajudar na organização financeira destas mulheres. Foi então que surgiu a ideia de criar a Oficina de Educação Financeira: uma capacitação financeira focada no orçamento familiar, voltada para as mulheres beneficiárias do Bolsa Família, com o intuito de construir uma base para a administração das finanças do lar para que, então, elas pudessem se organizar e gerir seus pequenos negócios. Maiores detalhes a respeito dessas oficinas serão tratados na próxima seção.

Além da Oficina de Educação Financeira, o projeto conta também com cursos de capacitação profissional, a exemplo dos cursos de corte e costura, culinária e artesanato, ministrados por professores especializados. Os cursos são realizados na própria comunidade, facilitando o acesso e encorajando mais mulheres a participarem em conjunto com familiares, vizinhas etc., e em horários flexíveis, permitindo que as mulheres deixem e peguem seus filhos na escola.

As mulheres acompanhadas pelo projeto são também orientadas a se organizarem em Grupos Setoriais, agregando-as de acordo com o ramo de atividade, com o objetivo de estimular ações conjuntas. Os grupos são compostos por 15 a 20 mulheres, têm duração de duas horas e promovem o espírito associativo e cooperativo entre as mulheres, que se reúnem para trocar

informações e experiências sobre seus segmentos de trabalho, possibilitam a compra coletiva de insumos, estratégias de comercialização conjunta através de feiras, por exemplo.

Há também encontros com objetivos que vão além de tratar de atividades produtivas ou capacitações financeiras, como as Oficinas Pedagógicas. Nestas, o objetivo é que as mulheres se reúnam para debater temas do dia a dia, como a educação dos filhos, violência doméstica, direitos, oportunidades de trabalho, emancipação feminina etc. Nesses momentos, busca-se também proporcionar a visita a lugares nunca frequentados por grande parte das participantes do programa, como praias, museus, praças, cinemas. A Fotografia 2, abaixo, retrata um desses momentos. As próprias mulheres decidem o local e o tema a ser discutido – que é abordado, inicialmente, por um técnico do Instituto Palmas ou por um palestrante convidado, abrindo o espaço para a conversa entre as participantes.

Fotografia 2 – Oficina pedagógica das mulheres do ELAS



Fonte: Documentário PALMAS (2016).

Uma das participantes do projeto relata a importância do ELAS, das oficinas e da possibilidade de troca com outras mulheres para o processo de emancipação: “[o Projeto ELAS] é muito voltado tanto a essa questão de se manter financeiramente quanto a essa coisa de ter me livrado várias vezes da violência [doméstica] que sofria. E também a questão da minha entrada na universidade. É uma conquista muito grande para mim. É tudo isso, sabe? Acho que é

importante agora ajudar outras mulheres, e minha experiência permite ajudar outras mulheres” (Moradora do Conjunto Palmeira e participante do Projeto ELAS, informação verbal, nov. 2016).

Em 2014, as mulheres do Projeto ELAS, em cooperação com o projeto CESI (de Mosqueiro, em Belém/PA), juntaram-se e formaram a Associação Emancipadas. Com o apoio de ONGs, a associação busca hoje aumentar sua capacidade de organização interna, fomentar a mobilização junto ao poder público, expandir com a criação de núcleos em outros estados do país e ofertar educação profissional e formação em Economia Solidária, associativismo e gênero para as mulheres beneficiárias do Bolsa Família. Até o final de 2016 o Projeto ELAS/Emancipadas, com o apoio do Instituto Banco da Periferia, já havia atendido aproximadamente 4 mil mulheres.

Outro projeto surge a partir do Projeto ELAS: a Cozinha Comunitária, ou a Cozinha D’ELAS. Este projeto, realizado em parceria com a ONG Brazil Foundation, consiste em apoiar o restaurante comunitário localizado no Conjunto Palmeiras, formado e gerido por um coletivo de sete mulheres integrantes do Projeto ELAS. As fases iniciais desse projeto envolveram a reforma da Associação Emancipadas e da Cozinha D’ELAS, a compra dos equipamentos e a formação profissional, de comunicação e de melhorias na gestão do restaurante comunitário. Hoje, o restaurante atende, principalmente, parte dos funcionários do Banco Palmas, visitantes, pesquisadores, moradores e hóspedes da pousada gerida pelo PalmaTur.

Fotografia 3 – Cozinha Comunitária: Cozinha D’ELAS



Fonte: Arquivos da pesquisa (2016).

A PalmaTur é uma agência de turismo de base comunitária responsável por gerenciar a pousada localizada no Conjunto Palmeiras. O principal objetivo é estimular a visitação do bairro, seja por turistas ou pesquisadores, proporcionando uma experiência de maior proximidade com a comunidade, além de proporcionar trabalho e renda para as participantes do Projeto ELAS – responsáveis pela gestão da pousada – que, além de cuidar das acomodações, fornecem alimentos e bebidas para consumo na pousada e opção de alimentação no restaurante comunitário.

A PalmaFashion, especializada em confecção e venda de roupas, também surgiu a partir dos cursos de corte e costura disponibilizados pelo Palmas. As mulheres formadas a partir desses cursos gerenciam a marca e são responsáveis pela fabricação e comercialização das peças – disponíveis também na Loja Solidária (espaço reservado na estrutura do Banco Palmas para a comercialização e exposição dos produtos locais) e nas feiras de Economia Solidárias organizadas pelo Palmas. Outro espaço reservado para a compra e venda de produtos a preços populares no bairro é o Bodegão da Solidariedade. O espaço foi montado a partir da articulação

de diversas associações para que as famílias do Palmeiras e adjacências pudessem adquirir produtos novos ou usados, frutos de doações, como roupas, sapatos, livros, móveis, eletrônicos etc., a preços mais baixos; bem como para promover eventos culturais com grupos artísticos do bairro. Com isso, o projeto tem como objetivos estimular a geração de trabalho e renda no território, arrecadar fundos para trabalhos sociais na comunidade e também contribuir no processo de organização e mobilização das famílias para a implantação da Regularização Fundiária¹⁴ no bairro. Vale ressaltar que toda a circulação econômica do Bodegão é feita através do Palmas e-dinheiro, fortalecendo a utilização do banco da comunidade.

No setor de cultura e arte, destaca-se a Companhia Bate Palmas, projeto que começou com uma pequena oficina de instrumentos musicais voltada para os jovens do bairro e hoje desenvolve diversas apresentações artísticas e culturais através da banda, do estúdio próprio, oficinas de arte, montagens de espetáculos etc.

Outro projeto criado pelo Palmas é o Laboratório de Inovações e Pesquisas em Economia Solidária (PalmasLab). Desde 2013, o PalmasLab tem como principal objetivo implantar, junto com a comunidade do Conjunto Palmeiras, ferramentas de tecnologia da informação que permitam o aperfeiçoamento dos serviços financeiros oferecidos no bairro, além de buscar soluções para disponibilizar serviços de internet de qualidade a preços mais baixos para a população do Palmeiras. Além disso, o PalmasLab proporciona também uma série de projetos e cursos relacionados à tecnologia. Durante a pesquisa, estava em andamento, por exemplo, o “Mulheres Hackers”, com foco em desenvolvimento e programação para um público exclusivamente de mulheres jovens da comunidade.

A partir do PalmasLab surge, então, o PalmasNet, cuja principal motivação é garantir o direito de acesso à internet e a inclusão digital para os moradores do Conjunto Palmeiras. Atualmente, o PalmasLab trabalha no estabelecimento de parcerias para a construção de um modelo inovador de provimento comunitário de internet, prospectando tecnologias de qualidade a um preço justo e acessível para os moradores.

¹⁴ O processo de Regularização Fundiária no Conjunto Palmeira foi iniciado no início de 2016, através da solicitação da regularização residencial de 1.000 famílias. Mais tarde, a comunidade realizou uma plenária e lançou o manifesto “Regularização Fundiária para Todos”, reivindicando a contemplação da iniciativa para todas as residências do bairro através do Plano de ação da Comunidade para o Projeto de Regularização Fundiária do Conjunto Palmeira (INSTITUTO BANCO DA PERIFERIA, 2017).

É possível perceber que os projetos desenvolvidos e apoiados pelo Banco Palmas têm um viés educativo e de capacitação dos sujeitos na tentativa de torna-los cada vez menos dependentes do próprio Banco, empoderando-os dentro de suas possibilidades e de seus contextos singulares. Mais especificamente com relação à educação financeira, nota-se que de maneiras mais ou menos explícitas, o tema está na agenda de cada programa, oficina, curso, palestra promovidos através do Palmas. Parece ser inerente à razão de ser e forma de funcionar do BCD o envolvimento em termos de educação financeira (mas não somente), além de outras formas diversas de capacitação – inferência reforçada pelas narrativas dos moradores do Conjunto Palmeiras e usuários de produtos e serviços do Banco Palmas.

5.3 PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BANCO PALMAS

A implantação de um Banco Comunitário traz para o dia a dia de um território novas oportunidades, vivências e, também, novas práticas e vocabulários. Taxa de juros, moeda social, lastro, câmbio, crédito, inadimplência. Conceitos que passam a fazer parte da rotina do bairro e que precisam ser compreendidos, tanto pelos gestores e funcionários do banco, quanto pela comunidade que deverá se apropriar do banco e usufruir de seus produtos e serviços (MELO NETO; MAGALHÃES, 2006).

É fundamental que a população compreenda o processo de funcionamento de um banco, principalmente do seu banco. E, para tanto, é importante disseminar ao máximo os objetivos do BCD, a metodologia, além dos conceitos de economia e finanças que norteiam o seu funcionamento. Melo Neto e Magalhães (2006) destacam, portanto, a importância na construção coletiva de instrumentos de educação popular, tais como cartilhas, fotonovelas, vídeos, cordel – relacionados com a cultura do território –, na promoção de campanhas, realização de oficinas, dentre outras formas de capacitação da comunidade. O objetivo é que os conteúdos e conceitos sejam sempre multiplicados, levado para as conversas em família e amigos e estejam na base das lutas e reivindicações comunitárias.

Segundo Melo Neto e Magalhães (2006), para que o processo de educação financeira se estabeleça na realidade dos diferentes territórios, são fundamentais as criações de parcerias que

possam apoiar os BCDs, tanto com relação a recursos financeiros quanto de pessoal, que nem sempre estarão disponíveis nas comunidades.

Atualmente, no Banco Palmas, além das ações e práticas inerentes à lógica de atuação do banco e dos projetos por ele apoiados, existem duas iniciativas especialmente focadas em educação financeira: a Oficina de “Palminhas”, realizada com crianças nas escolas da comunidade; e a Oficina de Educação Financeira do Projeto ELAS, com foco nas mulheres beneficiárias do programa Bolsa Família.

5.3.1 Oficinas de “Palminhas”

As Oficinas de “Palminhas” foram criadas, em 2013, com o objetivo de levar para as crianças do Conjunto Palmeiras, através de ações nas escolas, um pouco da história do bairro em que vivem, o processo de lutas e conquistas, a criação do Banco Palmas, seu funcionamento e a importância da utilização da moeda social para o desenvolvimento da comunidade.

De acordo com relatos de um dos criadores do projeto, as oficinas passaram a ter relevância ainda maior atualmente, com a utilização da moeda social digital, através do Palmas e-dinheiro, substituindo a circulação da moeda social em papel. Seria importante, portanto, resgatar o histórico da criação e a importância da moeda local para as futuras gerações da comunidade, e, principalmente, para fomentar o tema da educação financeira desde a infância.

Fotografia 4 – Palminhas utilizadas nas oficinas



Fonte: Arquivos da pesquisa (2016).

De forma lúdica e criativa, através de técnicas de teatro, música e outras formas de recreação, os animadores das oficinas contam a história das moedas, dos processos de troca e abordam temas como consumo consciente, economia solidária, matemática, negociação, orçamento familiar, prioridades nos gastos etc.; influenciando, além dos alunos, também professores e gestores das escolas.

Ao final das oficinas, as crianças são desafiadas a levarem para a prática aquilo que aprenderam. São simulados espécies de mercadinhos, com materiais escolares a preços simbólicos, para que eles façam as compras com as moedas sociais disponibilizadas para cada um, estimulando os alunos a priorizarem os materiais que não têm, o que mais necessitam etc.

Atualmente, a metodologia utilizada nas oficinas de Palminhas tem se expandido, sendo replicada também para outros BCDs, principalmente do interior do Ceará. Na periferia de Fortaleza, mais especificamente, segundo o Instituto Banco da Periferia (2017), em 2016, 1.560 crianças participaram das 78 oficinas realizadas em 13 escolas da rede pública de ensino.

5.3.2 Oficinas de Educação Financeira

5.3.2.1 História e relatos sobre as oficinas

Conforme introduzido na seção que contemplou um pouco da história Projeto ELAS, as Oficinas de Educação Financeira, focadas para as mulheres beneficiárias do programa Bolsa Família que tomavam crédito no Banco Palmas, foram criadas a partir da sensibilidade dos agentes de inclusão socioprodutiva, responsáveis por acompanhar estas mulheres. Conforme relatos da atual responsável pelo programa e uma das primeiras agentes de inclusão, durante as visitas às casas das mulheres era possível perceber a dificuldade de muitas em relação a conceitos e operações financeiras simples. Um dos exemplos mais marcantes é de que muitas não sabiam o que era conta bancária. Todas tinham, já que precisaram criar para o recebimento do benefício do governo; no entanto, a grande maioria não sabia o que era, como utilizar, para que servia. O processo de orientação começava, então, desde as visitas, quando precisavam explicar que o cartão, que possibilitava o saque do benefício, era um mecanismo de movimentação da conta que elas tinham em um banco.

De posse do cartão para sacar o benefício social, muitas mulheres, ao realizar o saque, relatavam visualizar uma mensagem de um “dinheiro a mais”, acreditando que o valor recebido havia aumentado, quando, na realidade, era o Cheque Especial disponibilizado pelo banco. A ilusão de que seria um “bônus”, algo “especial”, levou a muitas confusões inclusive com os agentes, que precisavam explicar porque no mês seguinte ao “bônus” havia sempre um desconto maior e que o Palmas, como correspondente, não tinha ação sobre tais valores, além de explicar o que era o Cheque Especial e das consequências ao sacá-lo.

Além disso, como clientes da linha de crédito para beneficiárias do programa, as mulheres deveriam iniciar alguma atividade produtiva com o dinheiro emprestado, o que, muitas vezes não acontecia. Havia muita dificuldade por parte das mulheres em priorizar os gastos, organizar o orçamento doméstico, além das necessidades, urgências, que as impossibilitavam de cumprir com o que fora acordado. Aos agentes cabia, também, o papel de aconselhar, auxiliar na organização do orçamento doméstico.

Com a realização desse trabalho, surgiu então a ideia de reunir essas experiências e oferecer capacitações financeiras mais estruturadas. A proposta era fazer algo muito simples, utilizando linguagem e instrumentos acessíveis, para falar das despesas de casa, partindo da premissa de que era preciso primeiro capacitá-las de forma geral, utilizando a realidade do dia a dia, antes de fazer alguma capacitação focada na abertura ou gestão de seus pequenos negócios.

5.3.2.2 Conteúdo das oficinas

As oficinas de sensibilização em Educação Financeira contam com instituições parceiras do Instituto Palmas e são facilitadas pelas próprias integrantes do Projeto ELAS. Mulheres com trajetórias de vida e vivências, em geral, próximas às das participantes das oficinas, que falam a mesma língua, o que possibilita uma interação mais direta e descontraída, a criação de um ambiente de confiança e ajuda mútua. Uma das primeiras integrantes do projeto ELAS e facilitadora da oficina conta que o projeto mudou sua vida e a de muitas famílias e que aprendeu “como poupar para repassar para as outras mulheres” (Participante do ELAS, informação verbal, jul. 2016).

As oficinas são gratuitas, realizadas em grupos de, em média, 20 mulheres, duram aproximadamente 2 horas e não exigem recursos audiovisuais, o que permite que possam

acontecer em qualquer lugar, seja na sede do Banco Palmas, escolas, igrejas, residências, eventos, enfim, podem se deslocar e facilitar o atendimento ao grupo e reduzir gastos com transporte das participantes, por exemplo.

Fotografia 5 – Oficina de Educação Financeira



Fonte: Arquivos da pesquisa (2016).

A filosofia que norteia a proposta é a de que o conhecimento é produzido e o aprendizado se dá através de construções coletivas. As oficinas são, portanto, conduzidas de forma participativa, promovendo debates e troca de experiências. Considera-se que cada participante já conheça e utilize conhecimentos e ferramentas relacionadas às finanças individuais e domésticas e que, há, então, muito a ser compartilhado no grupo. Guérin (2012), ao destacar o olhar da antropologia econômica acerca do tema da educação financeira, contempla a importância de considerar os diversos componentes socioculturais – e não necessariamente sofisticados – relativos à gestão de recursos financeiros pelas pessoas de baixa renda e que são, geralmente, negligenciados por abordagens mais convencionais, condicionadas a considerar que há comportamentos financeiros corretos e ideais a serem ensinados.

A proposta não é trazer receitas prontas ou reproduzir práticas de sala de aula, mas usar instrumentos lúdicos, que fazem parte da cultura popular para tratar de temas que fazem parte

de cotidiano das mulheres. Os relatos sobre as oficinas retratam momentos leves, de descontração, mas também levados muito a sério, vistos como espaço de construção de conhecimento e troca de experiências.

O principal objetivo das oficinas é discutir temas como organização e planejamento familiar, cuidados com as diversas fontes de crédito, a importância da valorização do consumo local e outros conceitos relacionados à Economia Solidária. Para tanto, são utilizados três instrumentos pedagógicos: uma peça teatral em forma de esquete de comédia, de curta duração; um Caderno de Atividades, contendo jogos interativos e orientações financeiras; e um Cordel sobre Educação Financeira, escrito em linguagem da cultura popular e de fácil assimilação.

A peça teatral, cujo roteiro foi escrito pela equipe do Instituto Palmas, é encenada pelas próprias participantes do Projeto ELAS, e tem como objetivo despertar o interesse e levar o conteúdo de forma mais lúdica, leve e descontraída e permite, ainda, o envolvimento de mais mulheres do programa, além das facilitadoras das oficinas. As próprias participantes decidem seus personagens durante os ensaios e, se necessário, fazem adaptações para que as falas sejam alinhadas à realidade e à linguagem popular. A peça dura aproximadamente dez minutos, é dividida em três cenas e aborda temas relacionados ao consumo consciente, a importância do consumo no bairro para o desenvolvimento local, os riscos atrelados ao uso do cartão de crédito, os benefícios de poupar, organizar o orçamento doméstico e priorizar as despesas, compreendendo os conceitos de necessidade e desejo.

Fotografia 6 – Peça teatral sobre educação financeira



Fonte: Arquivos da pesquisa (2016).

Ao final da peça, é proposto que as mulheres se reúnam em grupos menores e discutam os aspectos que mais lhe chamaram atenção nos esquetes, compartilhando os principais com o grande grupo. As animadoras da oficina são capacitadas pelo Instituto Palmas e ficam responsáveis por conduzir o debate e fazerem um fechamento com os principais pontos levantados na discussão. A partir de então, os Cadernos de Atividade são distribuídos

A primeira atividade do Caderno é composta pelo “Exercício da Despesa Domiciliar”, que propõe a cada participante que faça uma lista com todas as despesas familiares mensais. Há um guia com despesas consideradas principais, mas que pode (e deve) ser adaptado a depender da realidade de cada mulher. Feita a lista, é hora de somar todos os gastos. Calculadoras à mão, uma auxiliando a outra, muitas acabam se assustando com os resultados e começam a refletir onde podem economizar. Totalizadas as despesas, as mulheres partem para o “Exercício do Orçamento Domiciliar”, onde devem indicar as fontes e valores das receitas domiciliares, seja através de benefícios como o Bolsa Família, aposentadoria, pensões, trabalho formal ou informal, doações etc.

Depois desses primeiros exercícios, vem o “Jogo do Lençol Curto”. Um desafio para que cada uma eleja as cinco despesas que são prioritárias em sua realidade familiar. Esse momento gera uma série de discussões e trocas de experiências entre as participantes e facilitadoras, enriquecendo a vivência da oficina. Destaca-se aqui a importância da flexibilidade na condução da oficina, respeitando as diferentes realidades e demandas dos participantes (LANDVOGT, 2006; BIROCHI; POZZEBON, 2016; HENCHOZ, 2016).

Além dos exercícios, no material utilizado para apoiar a oficina há uma parte de recomendações, contendo dicas sobre educação financeira, relacionadas ao orçamento familiar, formas de economizar e controlar melhor os gastos etc. Muitas participantes relatam guardar o material para eventuais consultas, outras declaram deixá-lo exposto na geladeira para manter a família atenta e não esquecer dos conteúdos debatidos na oficina. A reprodução do Caderno de Atividades pode ser vista abaixo, na Fotografia 7:

Fotografia 7 – Caderno de Atividades da oficina de educação financeira

INSTITUTO PALMAS DE DESENVOLVIMENTO E SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA	INSTITUTO PALMAS DE DESENVOLVIMENTO E SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA																																																																																																
<p align="center">OFICINA DE SENSIBILIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA</p> <p align="center">Exercício da Despesa Domiciliar</p> <p>Pense em sua casa e na sua família. Marque com um X apenas aquelas despesas que sua família tem por mês e diga quanto você gasta com cada uma delas.</p> <table border="0"> <tr><td>()</td><td>MEDICAMENTO</td><td>R\$</td><td>_____</td></tr> <tr><td>()</td><td>PLANO FUNERÁRIO</td><td>R\$</td><td>_____</td></tr> <tr><td>()</td><td>CORTE DE CABELO/BELEZA</td><td>R\$</td><td>_____</td></tr> <tr><td>()</td><td>GÁS DE COZINHA</td><td>R\$</td><td>_____</td></tr> <tr><td>()</td><td>EMPRÉSTIMO</td><td>R\$</td><td>_____</td></tr> <tr><td>()</td><td>PÃO</td><td>R\$</td><td>_____</td></tr> <tr><td>()</td><td>LUZ</td><td>R\$</td><td>_____</td></tr> <tr><td>()</td><td>COLÉGIO</td><td>R\$</td><td>_____</td></tr> <tr><td>()</td><td>LAZER</td><td>R\$</td><td>_____</td></tr> <tr><td>()</td><td>MERCANTIL</td><td>R\$</td><td>_____</td></tr> <tr><td>()</td><td>FEIRA</td><td>R\$</td><td>_____</td></tr> <tr><td>()</td><td>ROUPA/CALÇADO</td><td>R\$</td><td>_____</td></tr> <tr><td>()</td><td>CARTÃO DE CRÉDITO</td><td>R\$</td><td>_____</td></tr> <tr><td>()</td><td>PLANO DE SAÚDE</td><td>R\$</td><td>_____</td></tr> <tr><td>()</td><td>ÁGUA</td><td>R\$</td><td>_____</td></tr> <tr><td>()</td><td>ALUGUEL DE CASA</td><td>R\$</td><td>_____</td></tr> <tr><td>()</td><td>TELEFONE</td><td>R\$</td><td>_____</td></tr> <tr><td>()</td><td>CARNE/FRANGO/PEIXE</td><td>R\$</td><td>_____</td></tr> </table> <p align="right">TOTAL R\$ <input type="text"/></p>	()	MEDICAMENTO	R\$	_____	()	PLANO FUNERÁRIO	R\$	_____	()	CORTE DE CABELO/BELEZA	R\$	_____	()	GÁS DE COZINHA	R\$	_____	()	EMPRÉSTIMO	R\$	_____	()	PÃO	R\$	_____	()	LUZ	R\$	_____	()	COLÉGIO	R\$	_____	()	LAZER	R\$	_____	()	MERCANTIL	R\$	_____	()	FEIRA	R\$	_____	()	ROUPA/CALÇADO	R\$	_____	()	CARTÃO DE CRÉDITO	R\$	_____	()	PLANO DE SAÚDE	R\$	_____	()	ÁGUA	R\$	_____	()	ALUGUEL DE CASA	R\$	_____	()	TELEFONE	R\$	_____	()	CARNE/FRANGO/PEIXE	R\$	_____	<p align="center">OFICINA DE SENSIBILIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA</p> <p align="center">Exercício do Orçamento Domiciliar</p> <p>Pense em sua casa e na sua família. Marque com um X apenas aquele dinheiro que você e sua família ganham por mês e diga quanto recebem.</p> <table border="0"> <tr><td>()</td><td>BOLSA FAMILIA</td><td>R\$</td><td>_____</td></tr> <tr><td>()</td><td>APOSENTADORIA</td><td>R\$</td><td>_____</td></tr> <tr><td>()</td><td>PENSÃO</td><td>R\$</td><td>_____</td></tr> <tr><td>()</td><td>TRABALHO COM CARTEIRA ASSINADA</td><td>R\$</td><td>_____</td></tr> <tr><td>()</td><td>TRABALHO SEM CARTEIRA ASSINADA</td><td>R\$</td><td>_____</td></tr> <tr><td>()</td><td>DOAÇÃO</td><td>R\$</td><td>_____</td></tr> </table> <p align="right">TOTAL R\$ <input type="text"/></p>	()	BOLSA FAMILIA	R\$	_____	()	APOSENTADORIA	R\$	_____	()	PENSÃO	R\$	_____	()	TRABALHO COM CARTEIRA ASSINADA	R\$	_____	()	TRABALHO SEM CARTEIRA ASSINADA	R\$	_____	()	DOAÇÃO	R\$	_____
()	MEDICAMENTO	R\$	_____																																																																																														
()	PLANO FUNERÁRIO	R\$	_____																																																																																														
()	CORTE DE CABELO/BELEZA	R\$	_____																																																																																														
()	GÁS DE COZINHA	R\$	_____																																																																																														
()	EMPRÉSTIMO	R\$	_____																																																																																														
()	PÃO	R\$	_____																																																																																														
()	LUZ	R\$	_____																																																																																														
()	COLÉGIO	R\$	_____																																																																																														
()	LAZER	R\$	_____																																																																																														
()	MERCANTIL	R\$	_____																																																																																														
()	FEIRA	R\$	_____																																																																																														
()	ROUPA/CALÇADO	R\$	_____																																																																																														
()	CARTÃO DE CRÉDITO	R\$	_____																																																																																														
()	PLANO DE SAÚDE	R\$	_____																																																																																														
()	ÁGUA	R\$	_____																																																																																														
()	ALUGUEL DE CASA	R\$	_____																																																																																														
()	TELEFONE	R\$	_____																																																																																														
()	CARNE/FRANGO/PEIXE	R\$	_____																																																																																														
()	BOLSA FAMILIA	R\$	_____																																																																																														
()	APOSENTADORIA	R\$	_____																																																																																														
()	PENSÃO	R\$	_____																																																																																														
()	TRABALHO COM CARTEIRA ASSINADA	R\$	_____																																																																																														
()	TRABALHO SEM CARTEIRA ASSINADA	R\$	_____																																																																																														
()	DOAÇÃO	R\$	_____																																																																																														
<p align="center">OFICINA DE SENSIBILIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA</p> <p align="center">Jogo do Lençol Curto</p> <p>O dinheiro que você e sua família ganham só dá pra pagar 05 dos itens abaixo. Imagine que você tem despesas em todos os itens. Assinale os 05 itens que você priorizaria pagar.</p> <table border="0"> <tr><td>()</td><td>MEDICAMENTO</td><td>R\$</td><td>_____</td></tr> <tr><td>()</td><td>PLANO FUNERÁRIO</td><td>R\$</td><td>_____</td></tr> <tr><td>()</td><td>CORTE DE CABELO/BELEZA</td><td>R\$</td><td>_____</td></tr> <tr><td>()</td><td>GÁS DE COZINHA</td><td>R\$</td><td>_____</td></tr> <tr><td>()</td><td>EMPRÉSTIMO</td><td>R\$</td><td>_____</td></tr> <tr><td>()</td><td>PÃO</td><td>R\$</td><td>_____</td></tr> <tr><td>()</td><td>LUZ</td><td>R\$</td><td>_____</td></tr> <tr><td>()</td><td>COLÉGIO</td><td>R\$</td><td>_____</td></tr> <tr><td>()</td><td>LAZER</td><td>R\$</td><td>_____</td></tr> <tr><td>()</td><td>MERCANTIL</td><td>R\$</td><td>_____</td></tr> <tr><td>()</td><td>FEIRA</td><td>R\$</td><td>_____</td></tr> <tr><td>()</td><td>ROUPA/CALÇADO</td><td>R\$</td><td>_____</td></tr> <tr><td>()</td><td>CARTÃO DE CRÉDITO</td><td>R\$</td><td>_____</td></tr> <tr><td>()</td><td>PLANO DE SAÚDE</td><td>R\$</td><td>_____</td></tr> <tr><td>()</td><td>ÁGUA</td><td>R\$</td><td>_____</td></tr> <tr><td>()</td><td>ALUGUEL DE CASA</td><td>R\$</td><td>_____</td></tr> <tr><td>()</td><td>TELEFONE</td><td>R\$</td><td>_____</td></tr> <tr><td>()</td><td>CARNE/FRANGO/PEIXE</td><td>R\$</td><td>_____</td></tr> </table> <p align="right">TOTAL R\$ <input type="text"/></p>	()	MEDICAMENTO	R\$	_____	()	PLANO FUNERÁRIO	R\$	_____	()	CORTE DE CABELO/BELEZA	R\$	_____	()	GÁS DE COZINHA	R\$	_____	()	EMPRÉSTIMO	R\$	_____	()	PÃO	R\$	_____	()	LUZ	R\$	_____	()	COLÉGIO	R\$	_____	()	LAZER	R\$	_____	()	MERCANTIL	R\$	_____	()	FEIRA	R\$	_____	()	ROUPA/CALÇADO	R\$	_____	()	CARTÃO DE CRÉDITO	R\$	_____	()	PLANO DE SAÚDE	R\$	_____	()	ÁGUA	R\$	_____	()	ALUGUEL DE CASA	R\$	_____	()	TELEFONE	R\$	_____	()	CARNE/FRANGO/PEIXE	R\$	_____	<p align="center">RECOMENDAÇÕES</p> <ol style="list-style-type: none"> Anote todas as suas despesas em um caderno. Compare com o que você ganha. Saiba separar suas NECESSIDADES de seus DESEJOS. Você PRECISA ou você realmente QUER esse produto. Opte sempre por pagamentos à vista. Portanto, se não tiver o valor total do bem, poupe antes de comprar. Pagamento mínimo do cartão, só em último caso. Somente se você não tiver outra alternativa. Esperar as liquidações para comprar roupas, sapatos, e outros produtos que não são urgentes. Controle os gastos com celular, luz, água, energia elétrica, etc; Tire os eletrônicos da tomada quando não estiverem em uso. Tenha apenas 01 cartão de crédito, carregue-o com você somente quando necessário. Faça empréstimo somente se for extremamente necessário. Você vai pagar juros. Quando for preciso, utilize os produtos financeiros da comunidade: crédito solidário, moeda social, microsseguro, pagamentos por celular, correspondente bancário e outros. <p> </p>																								
()	MEDICAMENTO	R\$	_____																																																																																														
()	PLANO FUNERÁRIO	R\$	_____																																																																																														
()	CORTE DE CABELO/BELEZA	R\$	_____																																																																																														
()	GÁS DE COZINHA	R\$	_____																																																																																														
()	EMPRÉSTIMO	R\$	_____																																																																																														
()	PÃO	R\$	_____																																																																																														
()	LUZ	R\$	_____																																																																																														
()	COLÉGIO	R\$	_____																																																																																														
()	LAZER	R\$	_____																																																																																														
()	MERCANTIL	R\$	_____																																																																																														
()	FEIRA	R\$	_____																																																																																														
()	ROUPA/CALÇADO	R\$	_____																																																																																														
()	CARTÃO DE CRÉDITO	R\$	_____																																																																																														
()	PLANO DE SAÚDE	R\$	_____																																																																																														
()	ÁGUA	R\$	_____																																																																																														
()	ALUGUEL DE CASA	R\$	_____																																																																																														
()	TELEFONE	R\$	_____																																																																																														
()	CARNE/FRANGO/PEIXE	R\$	_____																																																																																														

Fonte: Arquivos da pesquisa (2016).

Ao final da oficina, é apresentado um cordel que faz um resgate da história do bairro, desde quando nada havia ali, até o momento atual, em que os produtos e serviços que antes só poderiam ser encontrados na parte desenvolvida da cidade, estão disponíveis também no Palmeiras. De maneira lúdica e com linguagem regional, aborda temas como o consumo consciente; a importância de consumir os produtos e serviços locais para o desenvolvimento do território, inclusive através da moeda social; os riscos e cuidados na utilização de cartões de crédito; as vantagens de poupar; além de fornecer informações e divulgar produtos e serviços do Banco Comunitário, como o microcrédito, o microsseguro e o e-dinheiro.

É possível perceber que as metodologias utilizadas nas oficinas de educação financeira do Banco Palmas contemplam fortes elementos da cultura local e buscam respeitar especificidades do território, corroborando a relevância de considerar aspectos estruturais e costumes regionais em tais processos, conforme destacado por Birochi e Pozzebon (2016), Henchoz (2016), Landvogt (2006) e Sherraden e Ansong (2016).

As oficinas são focadas nas mulheres, no entanto, algumas pedem para levar os maridos – o que é acolhido e incentivado. Além das clientes da linha de crédito do Bolsa Família, a oficina passou a ser oferecida também em outros cursos disponibilizados pelo Palmas, atingindo mais moradores, bem como em ações esporádicas, principalmente quando há parcerias. Atualmente o espaço das oficinas é usado também para informar, divulgar e ensinar detalhes sobre a utilização do Palmas e-dinheiro que possui, inclusive, ferramentas de controle de gastos e orçamento, importantes na educação financeira dos usuários.

O retorno das mulheres sobre as oficinas é bastante positivo, tanto sobre o conteúdo, quanto sobre a condução e metodologia. Algumas tocam na importância de fazer os exercícios mais práticos para “ver tudo que você pode economizar, o que pode rever como prioridade”, bem como de repensar práticas de consumo e “comprar só aquilo que realmente precisa (...) antes eu comprava mais por impulso”, “antes eu não tinha essa consciência” (Moradoras do Conjunto Palmeiras, informações verbais, nov. 2016).

Segundo informações obtidas em entrevistas, no passado eram realizadas muitas oficinas. Estima-se que já foram feitas mais de 3 mil oficinas, cada uma atendendo, em média, de 15 a 20 mulheres. Vale ressaltar que as oficinas são realizadas não apenas no Conjunto Palmeiras, atingindo também moradores de bairros vizinhos e não limita a participação em caso de presença anterior. Atualmente, funcionários relatam uma dificuldade no estabelecimento de parcerias para o financiamento desse projeto. Em 2016, oito oficinas foram realizadas,

beneficiando 120 mulheres no total (INSTITUTO BANCO DA PERIFERIA, 2017). Durante a realização da pesquisa, uma nova sequência de oficinas estava sendo desenvolvida através de uma nova parceria que financiou sessões para iniciar em 2017.

5.3.3 Educação para além da formal (e financeira)

Para além dos instrumentos especificamente voltados à Educação Financeira em prática no Banco Palmas, é possível observar que há, como parte da essência da metodologia dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, diversas maneiras de levar informação, capacitações e conhecimento para a comunidade – em um sentido mais amplo de educação – não apenas financeira.

5.3.3.1 O papel das agentes de crédito

Durante o trabalho em campo, acompanhando algumas visitas das agentes de crédito a clientes (estabelecidos ou potenciais), foi possível observar o sensível papel das agentes, que vão além do registro de informações, atuando também como orientadoras financeiras.

O processo de obtenção de crédito no Palmas se inicia com a solicitação por parte do cliente por um determinado valor em alguma das linhas de crédito disponíveis. O segundo passo é a visita de uma das agentes de crédito do banco até a residência/estabelecimento comercial do requisitante, a fim de colher informações pessoais, financeiras e relativas ao empreendimento. Na sequência da visita, as agentes utilizam tais informações para alimentar o sistema de crédito, verificar as condições possíveis para aquele cliente e discutir o caso no CAC – Comitê de Avaliação de Crédito.

No entanto, o que acontece na prática é que alguns dos clientes que solicitam crédito no Banco Palmas muitas vezes não têm clareza sobre os detalhes financeiros de seus empreendimentos, não fazem controles e registros de gastos e receitas pessoais ou do negócio, não compreendem o funcionamento das operações de crédito, como taxas, prazos, linhas etc. Cabe, então, às agentes de crédito, nesse primeiro contato, orientar os clientes sobre a linha mais adequada, os

valores máximos de contratação, taxas e prazos. Além disso, durante as visitas, as agentes dão dicas, sugerem maneiras de organização de notas e documentos, ensinam ferramentas simples de acompanhamento de receitas e despesas pessoais e do empreendimento, a importância do controle das mercadorias, orientam sobre o uso do recurso, caso concedido etc. Às agentes compete também informar os clientes sobre os cursos oferecidos pelo Palmas, convidar para rodas de conversa, oficinas e palestras que possam lhes ser úteis. Parece haver aí, no entanto, uma oportunidade ainda não tão bem explorada de identificação de demandas e sistematização para que clientes não atendidos, por exemplo, por falta de capacidade de pagamento, possam ser direcionados às oficinas de educação financeira ou a capacitações sobre sua área de atuação etc.

O importante papel na relação de proximidade das agentes de crédito é relevante também para manter sempre atualizadas as informações sobre os clientes. Além das visitas para análise do primeiro crédito, é através das visitas de renovação que as agentes podem observar se os recursos emprestados previamente foram utilizados de acordo com as expectativas, se foram compradas as máquinas que eram demandadas, se há diversificação de mercadorias, ou se as ferramentas de controle foram postas em prática, por exemplo.

Todo esse processo, em cada visita, leva cerca de uma hora, e exige flexibilidade da agente, inclusive para obter as informações necessárias ao cadastro dos clientes. Estes, muitas vezes, apresentam dificuldades em informar dados básicos ou fazer operações matemáticas simples. Ao notar hesitações, uma das estratégias utilizadas pelas agentes é tentar obter a informação através de diferentes formulações da mesma pergunta, estimulando o cliente a responder de acordo com suas possibilidades. Outro ponto que fortalece a relação de confiança entre o cliente e a agente de crédito, representante do Palmas, é a escuta sem julgamentos durante as visitas e a maior compreensão acerca da realidade local. Em algumas visitas, foi possível notar que algumas falas mais íntimas ou temas mais difíceis de serem abordados no início da conversa, aos poucos iam se abrindo a partir da sensibilidade e imparcialidade na escuta, evidenciando a construção de uma relação mais próxima, aspecto que faz parte da essência da metodologia dos BCDs (FRANÇA FILHO; SILVA JUNIOR, 2009)

Essa relação de maior proximidade e confiança é relatada em diversos contatos com usuários de serviços do Palmas. Uma cliente diferencia a atuação do Palmas da de bancos convencionais, afirmando que ali “as pessoas se sentem mais seguras. É da própria comunidade (...), é uma

extensão da casa da gente” (Moradora do Conjunto Palmeiras e cliente do Banco Palmas, informações verbais, nov. 2016).

5.3.3.2 Processos de cobrança e renegociação

Conforme destacado por França Filho e Silva Junior (2009), um dos principais aspectos que caracterizam a ação original dos BCDs é que mesmo o processo de cobrança de crédito, quando necessário, baseia-se, principalmente, em relações de proximidade e confiança mútua, traduzindo-se em mecanismos de controle mais sociais que econômicos.

Na prática, o que se pôde observar no Banco Palmas é que o processo de cobrança, além de considerar aspectos mais subjetivos e sociais, também envolve orientações e negociações com os clientes. A cobrança inicia a partir de 180 dias de inadimplência, através de ligações e visitas da agente, buscando manter sempre a discrição sobre a natureza dos contatos. O principal objetivo é compreender as razões do atraso e tentar negociar da melhor forma possível, tanto para o Banco – que precisa receber os montantes para ter caixa e poder dar suporte a outras pessoas da comunidade que demandam por créditos –, quanto para quem está em situação, muitas vezes, de vulnerabilidade, sem capacidade de pagamento.

As agentes buscam, portanto, conversar e entender o que levou à situação de inadimplência, se há um descontrole, outras dívidas, dificuldades com o negócio, doenças na família, desemprego ou até mesmo descaso. Com base em cada caso, as agentes atuam de formas distintas, orientando e adequando as possíveis soluções para que se resgate, ao menos, o valor do principal, sem os juros. A depender da situação do cliente e das informações que o Banco consegue obter, pode ser oferecida uma alternativa de parcelamento maior, com parcelas que sejam viáveis à situação atual daquele cliente, a melhor data para o pagamento, se pode ir até o banco pagar ou se prefere que algum agente receba em outro local.

A partir do relato das agentes é possível perceber também que o número de inadimplentes diminuiu a partir do estabelecimento das visitas mais frequentes das agentes de crédito nas residências/empreendimentos, principalmente da visita de renovação de crédito. O acompanhamento mais próximo parece ser ferramenta chave para que os tomadores se organizem mais, esclareçam dúvidas e obtenham orientações, reforçando um aspecto fundamental presente na metodologia dos BCDs: a relação de proximidade e confiança

estabelecida entre o banco e a comunidade (FRANÇA FILHO; SILVA JUNIOR (2009). Colocações de clientes do banco também reforçam a importância da maior proximidade. Uma delas, por exemplo, afirma que “no Palmas é possível negociar, eles ouvem você, renegociam, ajudam, te conhecem... Nos outros bancos você tem que pagar e ponto” (Moradora do Conjunto Palmeiras, informações verbais, nov. 2016).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema da educação financeira vem sendo tratado como uma grande panaceia frente ao crescente processo de superendividamento das famílias, sobretudo as de mais baixa renda, consequência, principalmente, do aumento e da banalização da oferta de crédito em contextos sociais marcados por diversas formas de exclusão. Diante desse cenário e das diferentes possibilidades e abordagens acerca da educação financeira, buscou-se então investigar o tema a partir de uma lógica distinta à de práticas mais convencionais, a partir da questão “Como a educação financeira é concebida e praticada em experiências alternativas ao sistema financeiro tradicional, mais especificamente na realidade do Banco Palmas?”, tratando-se, portanto, de uma abordagem que contempla em suas ações aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais do contexto local.

O objetivo central dessa dissertação foi compreender as concepções e práticas de educação financeira em experiências alternativas ao sistema financeiro tradicional, mais especificamente na realidade do Banco Palmas. Para tanto, em consonância com os objetivos específicos estabelecidos, buscou-se, inicialmente, compreender os conceitos e teorias gerais sobre o tema, contemplando um apanhado conceitual que perpassou por diferentes abordagens e possibilitou uma sistematização das teorias mais difundidas sobre educação financeira. Posteriormente, realizou-se um mapeamento de atores e práticas relacionadas ao tema no Brasil, a fim de compreender melhor como os conceitos e teorias em geral se traduzem empiricamente. Tal percurso acabou por evidenciar algumas limitações e impasses relacionados à materialização dos conceitos e abordagens nas principais iniciativas sobre o assunto, demonstrando diferentes formas de constrangimento que podem se relacionar à temática, bem como a tendência das práticas em normatizar as condutas através da transferência de conceitos e comportamentos considerados “corretos”, negligenciando aspectos estruturais dos diferentes contextos sociais, econômicos e culturais. A fim de explorar teoricamente tais impasses, foram então mobilizadas abordagens críticas sobre o tema, evidenciando o questionamento sobre outras formas possíveis de se pensar e fazer educação financeira. A partir daí, buscou-se então estudar a temática sob a perspectiva de uma lógica alternativa à do sistema financeiro convencional, através de um estudo de caso realizado no Banco Palmas – experiência emblemática no campo da Economia Solidária.

O pressuposto central que guiou a dissertação era o de que as experiências do Banco Palmas, Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD) atuante sob a lógica das finanças solidárias, apresentaria concepções e práticas ampliadas acerca do tema da educação financeira, levando em consideração aspectos estruturais, sociais, econômicos e culturais em suas metodologias. A partir dos achados desta pesquisa, foi possível confirmar tal pressuposto. Através das experiências relatadas, nota-se que a concepção por trás das práticas relacionadas ao tema da educação financeira está presente, em alguma medida, nas diferentes frentes de atuação do Banco Palmas.

Os diversos projetos, relacionados diretamente ou não com o universo financeiro, reforçam o pressuposto de que no Banco Palmas o conceito de educação é praticado de maneira mais ampla, para além da financeira. A própria razão de ser do banco, que surge com o objetivo de estimular a consciência sobre a importância da circulação dos recursos a partir do consumo local para o desenvolvimento do território, já aponta para uma natureza educacional importante em sua forma de atuar.

Busca-se, portanto, a valorização da economia local e a emancipação dos sujeitos através de ações articuladas em rede, compostas de iniciativas de capacitação e orientação, mas que não tiram o protagonismo dos atores locais. A experiência das oficinas de educação financeira ilustra isso: as animadoras das oficinas são mulheres da própria comunidade, falam a mesma língua, passam ou passaram por situações próximas, o que amplia a possibilidade de identificação e da criação de uma relação de confiança para tratar de temas delicados como endividamento, inadimplência, dificuldades financeiras etc. A utilização de metodologias que incorporam e valorizam manifestações típicas da cultura local, a exemplo do cordel e do teatro de comédia, demonstram o enraizamento natural das ações com o contexto territorial. Há, ainda, a preocupação em adequar a agenda de realização dos programas e oficinas para contemplar as diversas realidades dos participantes, com sessões, por exemplo, realizadas à noite, aos finais de semana, em horários alternativos e, inclusive, indo até o público, uma vez que deslocamentos nem sempre são possíveis considerando barreiras de custos e disponibilidade de transporte em realidades mais vulneráveis.

De modo geral, pode-se dizer que a própria forma de atuação do banco permite a construção de relações de confiança e proximidade que facilitam o processo de orientação. A sensibilidade envolvida no papel das agentes de crédito e de cobrança, por exemplo, fazem com que as formas de capacitação e orientação não se limitem apenas aos espaços especificamente formatados para

isso. Através do acompanhamento mais próximo, o processo torna-se, então, mais natural e continuado, reduzindo também as diferentes formas de constrangimento que podem ser ativadas ao tratar de temas financeiros.

Como foi possível observar, programas relacionados à educação financeira podem envolver níveis de embaraço e tolhimento, posto que mobilizam aspectos econômicos, sociais e culturais. Tais aspectos têm relação, inclusive, com o caráter muitas vezes seletivo de alguns programas sobre o tema, que acabam criando limitações com relação ao alcance das iniciativas aos públicos mais expostos às diversas formas de exploração e exclusão socioeconômica. O que vimos com relação às práticas mais difundidas em educação financeira desperta para discussões sobre quais públicos realmente são atingidos pelos programas, já que os públicos de baixa renda tendem a enfrentar barreiras maiores, sejam elas mais práticas, relativas aos locais e custos envolvidos para a participação; ou mais subjetivas, envolvendo fatores estruturais relacionados às fragilidades na educação básica, dificuldades de acesso à tecnologia e o próprio constrangimento ao se expor.

Os desafios de trabalhar educação financeira, tanto por resistência e constrangimento, quanto pela passividade e inércia percebidas em relação ao tema, sugerem a necessidade de explorar metodologias diversas, que se apliquem às diferentes realidades e demandas sobre o assunto, inclusive através de contatos mais próximos, que possibilitem o estabelecimento de níveis mínimos de confiança. O que se percebe, no entanto, é uma “onda” de novas iniciativas sobre educação financeira, incentivadas pelo aumento nos índices de bancarização e oferta de crédito e os consequentes crescimentos nas taxas de inadimplência e superendividamento, mas que se limitam à disponibilização de materiais, cursos e outras ferramentas em sites na internet, o que não garante o acesso espontâneo aos conteúdos, a efetividade nos resultados e o alcance para públicos mais excluídos e expostos às diversas formas de exploração financeira.

Questiona-se, portanto, a real efetividade das iniciativas que buscam trabalhar o tema com vistas à redução dos índices de superendividamento e inadimplência, ou que incluem em seus objetivos gerar impacto positivo no bem-estar financeiro com foco em populações de baixa renda, por exemplo. Apreende-se o teor retórico na argumentação, formulação de estratégias, planos e teorias dos principais atores do campo, sem a contrapartida de ações efetivas e apresentação de resultados. As próprias análises acerca dos programas da ENEF, por exemplo, reconhecem as limitações e dificuldades em acessar determinados públicos e de implementar ações efetivas, inclusive diante de aspectos estruturais da realidade brasileira.

Por outro lado, iniciativas empreendidas alternativamente e que buscam estabelecer relações de confiança e já estão inseridas em contextos de maior vulnerabilidade, têm, portanto, atuação mais próxima e canal mais aberto, conhecem as necessidades locais e procuram trabalhar com metodologias que reconheçam e valorizem aspectos típicos da cultura e realidade local. No entanto, tais ações esbarram em uma série de outras barreiras, principalmente de caráter operacional, diante da escassez de recursos e dificuldades em estabelecer parcerias para manter os projetos em funcionamento.

Ou seja, o que se configura de maneira geral às iniciativas é que as limitações e impasses vislumbrados pelas diversas lógicas envolvidas podem ser distintos, mas estão presentes e desafiam as práticas no campo da educação financeira. Nota-se a existência de recursos e ações disponíveis, principalmente por parte de instituições mais ligadas (e interessadas) ao sistema financeiro tradicional, como bancos, corretoras de seguros, operadoras de cartão de crédito etc., mas que enfrentam, principalmente, barreiras de alcance, adequação e acesso às populações mais vulneráveis. Enquanto iniciativas alternativas às formas mais convencionais, que nascem da própria organização da sociedade civil, podem construir relações mais próximas e ampliar o alcance e a adequação de suas ações, acabam esbarrando em dificuldades de gestão e sustentabilidade, principalmente pela carência de recursos, sejam humanos, técnicos, metodológicos, financeiros, limitando sua capacidade de atuação.

O caminho da articulação dos diversos atores do campo das finanças, mesmo que atuando sob lógicas diversas, parece ser, portanto, uma possibilidade de conciliação das oportunidades e das potencialidades que cada ator tem a oferecer – seja através de *expertise* de conteúdos técnicos e de gestão, recursos humanos e financeiros; ou a proximidade e relação de confiança estabelecidas em comunidades mais isoladas, onde nem sempre as ações convencionais são capazes de chegar efetivamente. A pluralidade nesse contexto pode ser trabalhada para possibilitar a criação de alternativas que gerem impacto positivo na luta pela redução dos danos consequentes de um longo processo de exclusão social, econômica e financeira.

Finalmente, parece pertinente tecer algumas observações acerca das limitações referentes a este trabalho. Primeiramente, convém ressaltar que os achados desta pesquisa, relativos às experiências observadas no Banco Palmas, não pretendem e nem poderiam ser generalizadas para a realidade da Rede Brasileira de BCDs. É preciso considerar suas particularidades históricas, pioneirismo e consolidação na atuação, bem como as singularidades do território, da cultura, engajamento e mobilização popular envolvidos no seu processo de constituição. Os

exemplos do Palmas inspiraram aqui reflexões sobre possibilidades e alternativas de pensar e praticar educação financeira, podendo também inspirar ações em outros BCDs ou outros atores envolvidos, de alguma forma, com o tema.

Há que se colocar, também, restrições relativas ao escopo da pesquisa. Por tratar de um tema ainda pesquisado de forma incipiente no Brasil, diversas seriam as possibilidades de abordagem e enfoques. Educação financeira é um desafio geral, principalmente em um país que apresenta realidades tão diversas e cenários econômicos historicamente instáveis, e afeta todos os níveis de renda e escolaridade. Este trabalho, no entanto, optou por focar nas possibilidades de ações voltadas a populações de baixa renda, tipicamente excluídas do sistema financeiro tradicional e vulneráveis a problemas de superendividamento e inadimplência, sem pretender abarcar de forma mais detalhada e exaustiva o universo de práticas existentes sobre o tema. O objetivo de levantar um panorama acerca dos atores e programas mais populares se justifica pela exemplificação e maior clareza sobre o cenário de práticas mais convencionais antes de investigar mais profundamente uma prática considerada alternativa. Não obstante, todas as experiências pesquisadas acabaram se mostrando, em alguma medida, importantes por instigar novos questionamentos e elucidar pressupostos.

Por fim, também pela carência de mais estudos no campo, principalmente ao incluir a perspectiva das finanças solidárias, diversas outras indagações e possibilidades emergiram, mas ficaram fora do escopo deste trabalho. É possível, no entanto, destacar alguns pontos despertados para potenciais investigações futuras, como por exemplo, a possibilidade de analisar relações de parcerias interinstitucionais para a promoção de ações de educação financeira, os benefícios e limitações que tais redes constituiriam; os impasses não apenas centrados na promoção de iniciativas, mas nas restrições relacionadas aos padrões de comportamento dos indivíduos em suas relações financeiras; buscar mecanismos de mensuração e avaliação de resultados de programas de educação financeira; avaliar possibilidades e o potencial de replicabilidade das metodologias observadas no Banco Palmas para outros bancos da Rede Brasileira de BCDs; ou, ainda, compreender os novos desafios e demandas de educação financeira que se colocam a partir das mudanças contextuais provocadas pelo uso da moeda social eletrônica.

REFERÊNCIAS

ALVES, S.; SOARES, M. **Microfinanças: democratização do crédito no Brasil:** atuação do Banco Central. 3. ed., ver. e ampl. – Brasília: BCB, 2006. 91 p.

ANDE – Agência Nacional de Desenvolvimento Microempresarial. Referência obtida na internet. Disponível em: < <http://www.agenciaande.org.br>>. Acesso em: 16 mai. 2016.

APREA, C. et al. (Eds.). **International Handbook of Financial Literacy.** Singapore: Springer, 2016.

ARAÚJO, F.; SOUZA, M de. Educação Financeira para um Brasil Sustentável: Evidências da necessidade de atuação do Banco Central do Brasil em educação financeira para o cumprimento de sua missão. **Trabalhos para Discussão.** Brasília: BCB, nº 280, jun. 2012, p. 1-52.

ASIC - Australian Securities Investments Commission. **Financial literacy in schools.** ASIC discussion paper, June, 2003.

ATKINSON, R. The life story interview. In: Gubrium, J.; Holstein, J (Eds.) **Handbook of interview research: Context & method.** California: Sage Publications, 2002, cap. 6, p. 121-140.

AUGSBURG, B.; FOUILLET, C. Profit empowerment: The microfinance institution's mission drift. **Perspectives on Global Development and Technology**, 9(3-4), 323-351, 2010.

BARONE, F. M.; SADER, E. Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectiva. Rio de Janeiro: **Revista de Administração Pública**, 42(6), p. 1249-67, nov./dez., 2008.

BCB – Banco Central do Brasil. **Perspectivas e desafios para inclusão financeira no Brasil:** visão de diferentes atores. Coordenação: Luiz Edson Feltrim, Elvira Curvinel Ferreira Ventura, Alessandra von Brorowski Dodl. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009.

BCB – Banco Central do Brasil. **Resolução Nº 4.282, de 4 de novembro de 2013.** Estabelece as diretrizes que devem ser observadas na regulamentação, na vigilância e na supervisão das instituições de pagamento e dos arranjos de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), de que trata a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/48841/Res_4282_v1_O.pdf>. Acesso em 31 jan. 2017.

BCB – Banco Central do Brasil. **Caderno de Educação Financeira: Gestão de Finanças Pessoais.** Brasília: BCB, 2013.

BCB – Banco Central do Brasil. **Relatório de Inclusão Financeira.** N. 3. Brasília: Banco Central do Brasil, 2015.

BCB – Banco Central do Brasil. Referência obtida na internet. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/pre/bcuniversidade/introducaoPEF.asp>>. Acesso em: jan. 2017a.

BCB – Banco Central do Brasil. Referência obtida na internet. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf>. Acesso em fev. 2017b.

BCB – Banco Central do Brasil. Referência obtida na internet. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/progcidadaniafinanceira.asp>>. Acesso em fev. 2017c.

BIROCHI, R. **Uma abordagem crítica para a educação a distância orientada para as microfinanças**. 2011. 368f. Tese (doutorado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011.

BIROCHI, R.; POZZEBON, M. Improving Financial Inclusion: Towards a Critical Financial Education Framework. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 56, n. 3, p. 266-287, June 2016.

BM&FBOVESPA. **Resultados da avaliação de impacto do projeto piloto de educação financeira nas escolas**. 2016. Disponível em: <http://www.aefbrasil.org.br/wp-content/uploads/Release_BMFBOVESPA.pdf>. Acesso em fev. 2017.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Manual de Regulamentação das Microfinanças: Programa de Desenvolvimento Institucional** / Paulo Haus Martins, Andrei Winograd, Renata de Carvalho Salles. – Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

BOAVENTURA, E. M. **Metodologia da Pesquisa: monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Atlas, 2004.

BRAGA, T. S. **Programas públicos de microcrédito produtivo orientado: Uma avaliação da eficácia do Crediamigo para a inserção da população de baixa renda do setor informal no mercado de crédito**. 2011. 167 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

BRASIL. Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 22 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm>. Acesso em 21 ago. 2016.

BRASIL. Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013. (...) disciplina o documento digital no Sistema Financeiro Nacional (...) e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 9 de outubro de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112865.htm>. Acesso em 31 jan. 2017.

BRUHN, M.; LEÃO, L.; LEGOVINI, A.; MARCHETTI, R.; ZIA, B. The Impact of High School Financial Education: Evidence from a Large-Scale Evaluation in Brazil. **American Economic Journal: Applied Economics**, 8(4): 256-95, 2016.

BUAES, C. S. Educação Financeira com Idosos em um Contexto Popular. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 105-127, Mar., 2015.

CGAP. **Microfinance Consensus Guidelines: Developing Deposit Services for the Poor.** CGAP/The World Bank Group. Feb., 2005.

CGAP – Consultative Group to Assist the Poor. Referência obtida na internet. Disponível em: <www.cgap.org>. Acesso em: 16 mai. 2016.

COLE, S.; SAMPSON, T.; ZIA, B. **Valuing Financial Literacy Training.** Washington DC, USA: World Bank, 2009.

CNC – Confederação Nacional do Comércio. **Pesquisa CNC: Endividamento e Inadimplência do Consumidor.** Disponível em: <http://cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/perfil_de_endividamento_das_familias_brasileiras_em_2016_0.pdf>. Acesso em: jan. 2017.

CVM – Comissão de Valores Imobiliários. Referência obtida na internet. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/noticias/arquivos/2017/20170201-2.html>>. Acesso em: fev. 2017.

DICKERSON, M. Can shame, guilt, or stigma be taught? Why credit-focused debtor education may not work **Loyola of Los Angeles Law Review**, 32(4): 945-964, 1999.

DOCUMENTÁRIO PALMAS. Direção e Roteiro: Edlisa Barbosa Peixoto. Produção: Camila Battistetti. Documentário, 58'11", 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yuXbEPQUbD8&t=16s>>. Acesso em dez. 2016.

ENEF - Estratégia Nacional de Educação Financeira. **Relatório Analítico ENEF.** ENEF, abr., 2014a.

ENEF - Estratégia Nacional de Educação Financeira. **Relatório Estatístico ENEF.** ENEF, abr., 2014b.

ENEF – Estratégia Nacional de Educação Financeira. **Cartilha Selo ENEF.** ENEF, mar., 2015.

ENEF - Estratégia Nacional de Educação Financeira. Referência obtida na internet. Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/>>. Acesso em 19 ago. 2016.

ERTURK, I., FROUD, J., JOHAL, S., LEAVER, A., WILLIAMS, K. The democratisation of finance? Promises, outcomes, conditions. **Review of International Political Economy**, 14(4): 553-75, 2007.

FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos. **Bancarização e Inclusão Financeira no Brasil.** FEBRABAN, julho, 2011.

FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos. **Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária.** FEBRABAN, junho, 2016.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** Tradução Joice Elias Costa. – 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANCA FILHO, G. C. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. **Soc. estado.** Brasília, v. 16, n. 1-2, p. 245-275, Dec. 2001.

FRANÇA FILHO, G.; PASSOS, O. Microfinanças. Microcrédito e Comércio Justo”, In: **Gestão do Desenvolvimento e Cultura**, material didático, Universidade Corporativa Banco do Brasil, 2008.

FRANÇA FILHO, G.; CUNHA, E. Incubação de Redes de Economia Solidária. In CATTANI, Antonio David et al. **Dicionário Internacional da Outra Economia**: Edições Almedina, 2009, p. 31-37.

FRANÇA FILHO, G.; SILVA JUNIOR, J. Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD). In CATTANI, Antonio David et al. **Dicionário Internacional da Outra Economia**: Edições Almedina, 2009, p. 31-37.

FRANÇA FILHO, G. C.; SILVA JUNIOR, J. T.; RIGO, A. S. Finanças solidárias por meio de bancos comunitários de desenvolvimento enquanto estratégia de reorganização de economias locais: lições do caso Banco Palmas. **Revista de Administração**, [S.l.], v. 47, n. 3, p. 500-515, sep. 2012.

FRANÇA FILHO, G. SANTANA, C. Bancos Comunitários de Desenvolvimento enquanto prática e dinâmica institucional. In. FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho e colaboradores. **Bancos comunitários de desenvolvimento (BCD's) como expressão de finanças solidárias**: por uma outra abordagem da inclusão financeira. Fortaleza: Arte Visual, p. 50-95, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

GATHERGOOD, J. Self-control, financial literacy and consumer over-indebtedness. **Journal of Economic Psychology**, 33(3), p. 590-602, 2012.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.35, n.2, p.57-63, abr. 1995.

GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. (Org.) **A pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006, cap. 4. p.115-146.

GOULART, S.; CARVALHO, C. A. O pesquisador e o design da pesquisa qualitativa em Administração. In: VIERIA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em Administração**: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GRANOVETTER, M. Economic Action and Social Structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

GUÉRIN, I. Households' over-indebtedness and the fallacy of financial education: insights from economic anthropology, **Microfinance in Crisis Working Papers Serie**, 1, Paris: Paris I Sorbonne University/IRD, 2012.

GUÉRIN I., MORVANT-ROUX S., VILLARREAL M. (eds). **Microfinance, debt and Over-indebtedness**: Juggling with money. London: Routledge, forthcoming, 2013.

GUÉRIN, I., LABIE, M., SERVET, J. (eds.). **The Crisis of Microfinance**. London: Zed Books, 2015.

HENCHOZ, C. Sociological Perspective on Financial Literacy: A Critical Examination of Three Assumptions Underlying Financial Literacy Programmes. In: APREA et al. (Eds.). **International Handbook of Financial Literacy**. Singapore: Springer, 2016, p. 97-110.

INSTITUTO BANCO DA PERIFERIA. Referência obtida na internet. Disponível em: < <http://bancodaperiferia.org.br/>>. Acesso em jan., 2017.

INSTITUTO BANCO PALMAS. Referência obtida na internet. Disponível em: < <http://www.institutobancopalmas.org/>>. Acesso em dez., 2016.

INSTITUTO BANCO PALMAS. Rede Brasileira de Bancos Comunitários compra plataforma E-dinheiro. Disponível em: < <http://www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancos-comunitarios-compra-plataforma-e-dinheiro/>>. Acesso em jan., 2017.

JAIME JUNIOR, P. **Pesquisa em organizações:** por uma abordagem etnográfica. *Civitas*, v. 3, n. 2, jul-dez. 2003.

JUNQUEIRA, R. G. P.; ABRAMOVAY, R. A sustentabilidade das microfinanças solidárias. **Revista de Administração**, v. 40, n. 1, p. 19-33, 2005.

KRAYCHETE, E. **O Banco Mundial e o desenvolvimento das microfinanças em países da periferia capitalista**. Tese (doutorado). 2005. 225f. Escola de Administração. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

KUNKEL, F. I. R.; VIEIRA, K. M.; POTRICH, A. C. G. Causas e consequências da dívida no cartão de crédito: uma análise multifatores. **Rev. Adm. (São Paulo)**, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 169-182, Junho, 2015.

LAKATOS; E.; MARCONI, M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LANDVOGT, K. **Critical financial capability:** Financial literacy, banking and identity conference. RMIT University, p. 1-14, 2006.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber:** manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. Economia Solidária. In CATTANI, Antonio David et al. **Dicionário Internacional da Outra Economia:** Edições Almedina, 2009, p. 162-168.

LOERWALD, D.; STEMMANN, A. Behavioral Finance and Financial Literacy: Educational Implications of Biases in Financial Decision Making. In: APREA et al. (Eds.). **International Handbook of Financial Literacy**. Singapore: Springer, 2016, p. 25-38.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. **Financial Literacy and Planning:** Implications for Retirement Wellbeing. Pension Research Council Working Paper No. 1, 2006.

MAYOUX, L. Reaching and empowering women: Towards a gender justice protocol for a diversified, inclusive, and sustainable financial sector. **Perspectives on Global Development and Technology**, 9(3-4), 2010.

MATTOS, A. H. G. **Mulheres nos Bancos Comunitários de Desenvolvimento da Bahia**: Percepções de gênero das agentes de crédito sobre seu papel profissional. 239 f. il. 2010. Dissertação (Mestrado) – Escola da Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

MELO NETO, J; MAGALHÃES, S. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento**: uma rede sob controle da comunidade. Fortaleza: Instituto Banco Palmas, 2006.

NERI, M.; BUCHMANN, G. CrediAmigo: o Grameen tupiniquim. In: Marcelo Neri (org). **Microcrédito, o mistério nordestino e o Grameen brasileiro**: perfil e performance dos clientes do CrediAmigo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness**. OCDE, 2005. Disponível em: <<http://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Advancing National Strategies for Financial Education**: A Joint Publication by Russia's G20 Presidency and the OECD. OCDE, 2013.

OECD INFE. **Measuring Financial Literacy**: Core Questionnaire in Measuring Financial Literacy: Questionnaire and Guidance Notes for conducting an Internationally Comparable Survey of Financial literacy. Paris: OECD, 2011.

OECD. **PISA 2012 Results: Students and Money: Financial Literacy Skills for the 21st Century (Volume VI)**. PISA, OECD Publishing, 2014.

PADOAN, P. C. Importance of financial education. In: OECD-US Treasury International Conference on Financial Education. **Taking Financial Literacy to the Next Level**: Important Challenges and Promising Solutions. Washington, DC, US, p. 9-12, 7-8 May, 2008.

PARENTE, S. **Microfinanças**: saiba o que é um banco do povo. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002.

PICHERIT, D. When microfinance collapses: development and politics in Andhra Pradesh. In: GUÉRIN, I.; LABIE, M.; SERVET, J. M. **The Crises of Microcredit**. London: Zed Books, 2015, p. 170 – 186.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; KIRCH, G. Determinantes da Alfabetização Financeira: Análise da Influência de Variáveis Socioeconômicas e Demográficas. **Rev. contab. finanç.**, São Paulo, v. 26, n. 69, p. 362-377, Dec. 2015.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L.V. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 4.^a ed. Lisboa: Gradiva, 2005.

RETZMANN, T.; SEEBER, G. Financial Education in General Education Schools: A Competence Model. In: APREA et al. (Eds.). **International Handbook of Financial Literacy**. Singapore: Springer, 2016, p. 9-24.

RIBEIRO, R. F.; LARA, R. O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 126, p. 340-359, June, 2016.

RIGO, A. S.; FRANÇA FILHO, G. C.; SILVA JUNIOR, J. T. Políticas de Microcrédito no Brasil: uma análise a partir do caso dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs). **Anais do VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social**. São Paulo: ENAPEGS, 2012.

RIGO, A. S. **Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil**: aplicações e implicações, teóricas e práticas. 2014. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

ROA GARCÍA, M. J. Financial education and behavioral finance: new insights into the role of information in financial decisions. **Journal of Economic Surveys**. 0(0), p. 1-24, 2011.

SALEH, A. M; SALEH, P. B. O. O elemento financeiro e a Educação para o Consumo Responsável. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 29, n. 4, p. 189-214, Dec. 2013.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, Dec. 2007.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SERASA. Referência obtida na internet. Disponível em: <<http://noticias.serasaexperian.com.br/inadimplencia-atinge-60-milhoes-de-brasileiros-e-bate-recorde-80-dos-devedores-ganham-ate-dois-salarios-minimos/>>. Acesso em: jan. 2017.

SHERRADEN, M. S.; ANSONG, D. Financial Literacy to Financial Capability: Building Financial Stability and Security. In: APREA et al. (Eds.). **International Handbook of Financial Literacy**. Singapore: Springer, 2016, p. 83-96.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). **Produzir para Viver**: os caminhos da produção não capitalista. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 81 – 126.

SPEER, S; SEEBER, G. Financial Understanding: A Phenomenographic Access to Students' Concepts of Credits. **Journal of Social Science Education**. Vol. 12, n. 2, p. 42-52, 2013.

STAKE, R. **The art of case study research**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1995, p. 49-68).

WILLIS, L. E. Against financial literacy education. **Legal Studies Research Paper n°2008-13**, Loyola University Law School, Los Angeles, 2008.

WORLD BANK. Referência obtida na internet. Disponível em: <<http://datatopics.worldbank.org/financialinclusion/country/brazil>>. Acesso em: fev. 2017.

ZOUAIN, D.; BARONE, F. M. Excertos sobre política pública de acesso ao crédito como ferramenta de combate à pobreza e inclusão social: o microcrédito na era FHC. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v.41, n.2, p. 369-80, mar.-abr./2007.

APÊNDICE A – Lista de Documentos e Fontes

Tipo de Documento	Documento	Fonte
Portal na internet	Informações, cursos, conteúdos com foco na formação do investidor	ANBIMA
Portal na internet	Educação Financeira - Uso responsável do crédito	Banco do Brasil
Relatório	Relatório de Inclusão Financeira	BCB
Livro	Livro: Inclusão Financeira	BCB
Livro	Cadernos BC - Série Educativa	BCB
Brochura	Guia de Excelência de Educação na Oferta de Serviços Financeiros	BCB
Curso <i>online</i>	"Eu e meu dinheiro" - Programa Cidadania Financeira (<i>YouTube</i>)	BCB
Portal na internet	Portal Cidadania Financeira (materiais, vídeos e cursos)	BCB
Brochura	Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais	BCB
Brochura	Glossário Simplificado de Termos Financeiros	BCB
Brochura	Folhetos - Série I (Relacionamento com o SFN)	BCB
Brochura	Folhetos - Série II (Finanças Pessoais)	BCB
Brochura	Cartilhas: Dinheiro no Brasil e Segurança da moeda	BCB
Portal na internet	Calculadora do cidadão (também em formato de aplicativo)	BCB
Curso <i>online</i>	Gestão de Finanças Pessoais (GFP)	BCB
Periódico	Boletim Consumo e Finanças	BCB e Senacon
Portal na internet	Canal de vídeos no <i>YouTube</i>	BM&FBovespa
Portal na internet	Educação Financeira	Bradesco
Portal na internet	Educação Financeira	Caixa
Brochura	Cartilhas e Manuais de boas práticas	CNSeg
Brochura	Programa Educação Financeira	Citibank
Relatório	Relatório de Iniciativas em Ed. Financeira	CONEF
Portal na internet	Portal do Investidor	CVM
Relatório	Relatório Analítico - Educação Financeira	ENEF
Relatório	Relatório Estatístico - Educação Financeira	ENEF
Brochura	Orientações para Educação Financeira nas Escolas	ENEF
Infográfico	Entendendo a ENEF	ENEF
Relatório	Relatório - Projeto de Ed. Financeira Adultos	ENEF
Apresentação	Bancarização e Inclusão Financeira no Brasil	Febraban
Brochura	Guia do Consumidor Consciente	Febraban
Brochura	Guia do uso consciente do crédito	Febraban
Portal na internet	Informações, ferramentas, vídeos - ed. Financeira	Febraban
Portal na internet	Uso consciente do dinheiro	Itaú
Portal na internet	Educação Financeira	Santander

Fonte: Elaboração própria (2016).